



LIDO
Em 28/10/14
Assessoria de Planejamento

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 271/2014-GAG

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei, que altera a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará – RA X.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

Setor Protocolo Legislativo
PIC Nº 105/2014
Folha Nº 01

ASSESSORIA DE PLENARIO 23Out2014 16:21



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº **PLC 105 /2014** (Autoria: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará – RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º O Parque Ecológico Ezechias Heringer, criado por esta Lei, constitui-se em unidade de conservação ambiental, com área equivalente a 375,9508 hectares, cujas coordenadas se encontram descritas no Memorial Descritivo constante do Anexo I.

.....

Art. 2º A Área 28-A, com superfície de 16,4309 hectares, cujas coordenadas constam no Anexo II, é desafetada da matrícula nº 15.201, inscrita no 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, passando à categoria de bem dominial.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.826, de 1998.

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA PROPOSTA PARA A POLIGONAL DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER (PARQUE DO GUARÁ)

LOCALIZAÇÃO: Localiza-se no imóvel denominado "Área nº 28, do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste – SAI/SUDOESTE, destinado ao PARQUE DO GUARÁ".

SITUAÇÃO: 1ª Parte denominada Área 28 – matrícula nº 15.201 - 4º CRI-DF.

DELIMITAÇÕES: Partindo do vértice V-6 de coordenadas N=8.249.157,4413 e E=182.982,7715; daí, segue com o azimute 98º05'19" e distância de 42,681 metros até o vértice V-7 de coordenadas N=8.249.151,4359 e E=183.025,0280; daí, segue com o azimute 186º39'41" e distância de 139,642 metros até o vértice V-8 de coordenadas N=8.249.012,7363 e E=183.008,8295; daí, segue com o azimute 98º35'01" e distância de 160,801 metros até o vértice V-9 de coordenadas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

N=8.248.988,7365 e E=183.167,8295; daí, segue com o azimute $188^{\circ}06'55''$ e distância de 823,767 metros até o vértice V-10 de coordenadas N=8.248.173,2181 e E=183.051,5428; daí, segue com o azimute $278^{\circ}05'30''$ e distância de 166,114 metros até o vértice V-11 de coordenadas N=8.248.196,6001 e E=182.887,0829; daí, segue com o azimute $188^{\circ}05'30''$ e distância de 462,801 metros até o vértice V-12 de coordenadas N=8.247.738,4065 e E=182.821,9402; daí, segue com o azimute $154^{\circ}33'35''$ e distância de 49,056 metros até o vértice V-13 de coordenadas N=8.247.694,1071 e E=182.843,0132; daí, segue com o azimute $129^{\circ}31'36''$ e distância de 241,243 metros até o vértice V-14 de coordenadas N=8.247.540,5711 e E=183.029,0913; daí, segue com o azimute $120^{\circ}42'11''$ e distância de 114,889 metros até o vértice V-15 de coordenadas N=8.247.481,9103 e E=183.127,8753; daí, segue com o azimute $111^{\circ}13'35''$ e distância de 16,339 metros até o vértice V-16 de coordenadas N=8.247.475,9947 e E=183.143,1059; daí, segue com o azimute $186^{\circ}53'06''$ e distância de 31,511 metros até o vértice V-17 de coordenadas N=8.247.444,7107 e E=183.139,3285; daí, segue com o azimute $281^{\circ}40'56''$ e distância de 113,064 metros até o vértice V-18 de coordenadas N=8.247.467,6043 e E=183.028,6067; daí, segue com o azimute $193^{\circ}07'42''$ e distância de 62,382 metros até o vértice V-19 de coordenadas N=8.247.406,8525 e E=183.014,4377; daí, segue com o azimute $132^{\circ}55'43''$ e distância de 264,760 metros até o vértice V-20 de coordenadas N=8.247.226,5283 e E=183.208,2961; daí, segue com o azimute $147^{\circ}36'44''$ e distância de 6,786 metros até o vértice V-21 de coordenadas N=8.247.220,7981 e E=183.211,9309; daí, segue com o azimute $155^{\circ}09'51''$ e distância de 7,537 metros até o vértice V-22 de coordenadas N=8.247.213,9579 e E=183.215,0967; daí, segue com o azimute $181^{\circ}31'27''$ e distância de 5,828 metros até o vértice V-23 de coordenadas N=8.247.208,1321 e E=183.214,9417; daí, segue com o azimute $181^{\circ}38'02''$ e distância de 1,242 metros até o vértice V-24 de coordenadas N=8.247.206,8911 e E=183.214,9063; daí, segue com o azimute $205^{\circ}53'06''$ e distância de 8,049 metros até o vértice V-25 de coordenadas N=8.247.199,6495 e E=183.211,3923; daí, segue com o azimute $220^{\circ}18'23''$ e distância de 110,195 metros até o vértice V-26 de coordenadas N=8.247.115,6155 e E=183.140,1100; daí, segue com o azimute $205^{\circ}52'48''$ e distância de 19,784 metros até o vértice V-27 de coordenadas N=8.247.097,8159 e E=183.131,4747; daí, segue com o azimute $189^{\circ}17'53''$ e distância de 15,260 metros até o vértice V-28 de coordenadas N=8.247.082,7561 e E=183.129,0091; daí, segue com o azimute $179^{\circ}47'44''$ e distância de 20,053 metros até o vértice V-29 de coordenadas N=8.247.062,7035 e E=183.129,0807; daí, segue com o azimute $176^{\circ}55'43''$ e distância de 355,727 metros até o vértice V-30 de coordenadas N=8.246.707,4871 e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

E=183.148,1404; daí, segue com o azimute $185^{\circ}19'25''$ e distância de 40,405 metros até o vértice V-31 de coordenadas N=8.246.667,2563 e E=183.144,3915; daí, segue com o azimute $192^{\circ}42'13''$ e distância de 9,390 metros até o vértice V-32 de coordenadas N=8.246.658,0959 e E=183.142,3265; daí, segue com o azimute $220^{\circ}33'45''$ e distância de 6,712 metros até o vértice V-33 de coordenadas N=8.246.652,9971 e E=183.137,9621; daí, segue com o azimute $235^{\circ}28'25''$ e distância de 3,549 metros até o vértice V-34 de coordenadas N=8.246.650,9853 e E=183.135,0378; daí, segue com o azimute $265^{\circ}11'48''$ e distância de 5,267 metros até o vértice V-35 de coordenadas N=8.246.650,5443 e E=183.129,7897; daí, segue com o azimute $282^{\circ}09'23''$ e distância de 11,614 metros até o vértice V-36 de coordenadas N=8.246.652,9901 e E=183.118,4357; daí, segue com o azimute $286^{\circ}03'04''$ e distância de 119,637 metros até o vértice V-37 de coordenadas N=8.246.686,0691 e E=183.003,4627; daí, segue com o azimute $285^{\circ}20'20''$ e distância de 47,855 metros até o vértice V-38 de coordenadas N=8.246.698,7281 e E=182.957,3127; daí, segue com o azimute $290^{\circ}30'25''$ e distância de 46,685 metros até o vértice V-39 de coordenadas N=8.246.715,0829 e E=182.913,5859; daí, segue com o azimute $283^{\circ}18'11''$ e distância de 39,473 metros até o vértice V-40 de coordenadas N=8.246.724,1657 e E=182.875,1719; daí, segue com o azimute $288^{\circ}55'15''$ e distância de 44,646 metros até o vértice V-41 de coordenadas N=8.246.738,6425 e E=182.832,9385; daí, segue com o azimute $286^{\circ}13'22''$ e distância de 45,474 metros até o vértice V-42 de coordenadas N=8.246.751,3467 e E=182.789,2748; daí, segue com o azimute $288^{\circ}30'20''$ e distância de 58,913 metros até o vértice V-43 de coordenadas N=8.246.770,0455 e E=182.733,4078; daí, segue com o azimute $287^{\circ}13'07''$ e distância de 47,584 metros até o vértice V-44 de coordenadas N=8.246.784,1313 e E=182.687,9563; daí, segue com o azimute $286^{\circ}57'57''$ e distância de 308,089 metros até o vértice V-45 de coordenadas N=8.246.874,0315 e E=182.393,2756; daí, segue com o azimute $287^{\circ}10'59''$ e distância de 352,168 metros até o vértice V-46 de coordenadas N=8.246.978,0705 e E=182.056,8259; daí, segue com o azimute $286^{\circ}04'34''$ e distância de 22,421 metros até o vértice V-47 de coordenadas N=8.246.984,2791 e E=182.035,2821; daí, segue com o azimute $283^{\circ}11'33''$ e distância de 22,841 metros até o vértice V-48 de coordenadas N=8.246.989,4919 e E=182.013,0443; daí, segue com o azimute $278^{\circ}11'52''$ e distância de 25,435 metros até o vértice V-49 de coordenadas N=8.246.993,1187 e E=181.987,8694; daí, segue com o azimute $271^{\circ}46'25''$ e distância de 33,182 metros até o vértice V-50 de coordenadas N=8.246.994,1457 e E=181.954,7033; daí, segue com o azimute $271^{\circ}43'19''$ e distância de 20,618 metros até o vértice V-51 de coordenadas N=8.246.994,7653 e E=181.934,0945; daí, segue



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

com o azimute $262^{\circ}39'26''$ e distância de 26,897 metros até o vértice V-52 de coordenadas $N=8.246.991,3277$ e $E=181.907,4181$; daí, segue com o azimute $267^{\circ}47'55''$ e distância de 12,194 metros até o vértice V-53 de coordenadas $N=8.246.990,8593$ e $E=181.895,2327$; daí, segue com o azimute $278^{\circ}48'16''$ e distância de 12,541 metros até o vértice V-54 de coordenadas $N=8.246.992,7789$ e $E=181.882,8393$; daí, segue com o azimute $297^{\circ}38'42''$ e distância de 7,318 metros até o vértice V-55 de coordenadas $N=8.246.996,1743$ e $E=181.876,3569$; daí, segue com o azimute $326^{\circ}26'38''$ e distância de 9,032 metros até o vértice V-56 de coordenadas $N=8.247.003,7007$ e $E=181.871,3647$; daí, segue com o azimute $344^{\circ}26'35''$ e distância de 9,656 metros até o vértice V-57 de coordenadas $N=8.247.013,0025$ e $E=181.868,7751$; daí, segue com o azimute $3^{\circ}31'57''$ e distância de 7,208 metros até o vértice V-58 de coordenadas $N=8.247.020,1965$ e $E=181.869,2192$; daí, segue com o azimute $28^{\circ}31'05''$ e distância de 8,115 metros até o vértice V-59 de coordenadas $N=8.247.027,3267$ e $E=181.873,0935$; daí, segue com o azimute $46^{\circ}50'40''$ e distância de 192,122 metros até o vértice V-60 de coordenadas $N=8.247.158,7347$ e $E=182.013,2463$; daí, segue com o azimute $315^{\circ}49'08''$ e distância de 180,762 metros até o vértice V-61 de coordenadas $N=8.247.288,3663$ e $E=181.887,2681$; daí, segue com o azimute $314^{\circ}28'56''$ e distância de 310,364 metros até o vértice V-62 de coordenadas $N=8.247.505,8348$ e $E=181.665,8331$; daí, segue com o azimute $321^{\circ}40'18''$ e distância de 63,076 metros até o vértice V-63 de coordenadas $N=8.247.555,3157$ e $E=181.626,7158$; daí, segue com o azimute $33^{\circ}48'22''$ e distância de 439,096 metros até o vértice V-64 de coordenadas $N=8.247.920,1717$ e $E=181.871,0209$; daí, segue com o azimute $344^{\circ}44'29''$ e distância de 13,601 metros até o vértice V-65 de coordenadas $N=8.247.933,2933$ e $E=181.867,4414$; daí, segue com o azimute $49^{\circ}36'05''$ e distância de 124,427 metros até o vértice V-1 de coordenadas $N=8.248.013,9345$ e $E=181.962,1996$, segue com o azimute $329^{\circ}47'35''$ e distância de 436,681 metros até o vértice V-2 de coordenadas $N=8.248.391,3199$ e $E=181.742,4946$; daí, segue com o azimute $309^{\circ}40'48''$ e distância de 169,780 metros até o vértice V-3 de coordenadas $N=8.248.499,7240$ e $E=181.611,8283$; daí, segue com o azimute $64^{\circ}30'22''$ e distância de 330,441 metros até o vértice V-4 de coordenadas $N=8.248.641,9514$ e $E=181.910,0947$; daí, segue com o azimute $64^{\circ}12'43''$ e distância de 702,031 metros até o vértice V-5 de coordenadas $N=8.248.947,3641$ e $E=182.542,2106$; daí, segue com o azimute $64^{\circ}30'23''$ e distância de 488,084 metros até o vértice V-6 onde iniciou esta descrição.

ÁREA: 2.518.943,72m²



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO: A área descrita abaixo está totalmente inserida dentro da Área 28 e incorporada ao patrimônio da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) da União – matrícula nº Av.1/44. 620 do 4º CRI-DF.

DELIMITAÇÕES: Partindo do vértice V-5 de coordenadas N=8.248.635,1472 e E=182.219,2585, segue com o azimute 117°35'46" e distância de 291,882 metros até o vértice V-6 de coordenadas N=8.248.499,9374 e E=182.477,9347; daí, segue com o azimute 117°38'44" e distância de 215,548 metros até o vértice V-7 de coordenadas N=8.248.399,9229 e E=182.668,8749; daí, segue com o azimute 152°42'53" e distância de 123,865 metros até o vértice V-8 de coordenadas N=8.248.289,8399 e E=182.725,6570; daí, segue com o azimute 196°20'33" e distância de 0,192 metros até o vértice V-1 de coordenadas N=8.248.289,6554 e E=182.725,6029; daí, segue com o azimute 194°19'47" e distância de 166,442 metros até o vértice V-2 de coordenadas N=8.248.128,3919 e E=182.684,4082; daí, segue com o azimute 197°25'09" e distância de 299,254 metros até o vértice V-3 de coordenadas N=8.247.842,8613 e E=182.594,8232; daí, segue com o azimute 305°24'09" e distância de 700,478 metros até o vértice V-4 de coordenadas N=8.248.248,6597 e E=182.023,8615; daí, segue com o azimute 26°49'11" e distância de 433,073 metros até o vértice V-5 onde iniciou esta descrição.

ÁREA: 305.182,93m²

ÁREA TOTAL (ÁREA 28 – EXCLUSÃO EBC) = 2.213.760,79 m²

SITUAÇÃO: 2ª Parte denominada Área 27 – matrícula nº 11.205 do 1º CRI-DF.

DELIMITAÇÕES: Partindo do vértice P-1 de coordenadas N=8.246.823,7399 e E=182.365,7770, segue com o azimute 106°58'44" e distância de 841,435 metros até o vértice P-2 de coordenadas N=8.246.578,0243 e E=183.170,5356; daí, segue com o azimute 126°26'05" e distância de 395,314 metros até o vértice P-3 de coordenadas N=8.246.343,2447 e E=183.488,5793; daí, segue com o azimute 153°26'22" e distância de 187,334 metros até o vértice P-4 de coordenadas N=8.246.175,6821 e E=183.572,3446; daí, segue com o azimute 187°57'02" e distância de 492,919 metros até o vértice P-5 de coordenadas N=8.245.687,5008 e E=183.504,1641; daí, segue com o azimute 276°34'55" e distância de 55,491 metros até o vértice P-6 de coordenadas N=8.245.693,8615 e E=183.449,0387; daí, segue com o azimute 247°31'13" e distância de 26,441 metros até o vértice P-7 de coordenadas N=8.245.683,7517 e E=183.424,6069; daí, segue com o azimute 212°16'31" e distância de 18,932 metros até o vértice P-8 de coordenadas N=8.245.667,7447 e E=183.414,4974; daí, segue com o azimute 187°07'31" e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

distância de 20,377 metros até o vértice P-9 de coordenadas N=8.245.647,5253 e E=183.411,9699; daí, segue com o azimute 158°45'00" e distância de 16,271 metros até o vértice P-10 de coordenadas N=8.245.632,3607 e E=183.417,8671; daí, segue com o azimute 128°17'24" e distância de 20,394 metros até o vértice P-11 de coordenadas N=8.245.619,7235 e E=183.433,8743; daí, segue com o azimute 187°04'30" e distância de 7,223 metros até o vértice P-12 de coordenadas N=8.245.612,5552 e E=183.432,9846; daí, segue com o azimute 188°43'09" e distância de 16,504 metros até o vértice P-13 de coordenadas N=8.245.596,2423 e E=183.430,4828; daí, segue com o azimute 197°34'18" e distância de 38,997 metros até o vértice P-14 de coordenadas N=8.245.559,0653 e E=183.418,7098; daí, segue com o azimute 186°01'50" e distância de 24,060 metros até o vértice P-15 de coordenadas N=8.245.535,1389 e E=183.416,1821; daí, segue com o azimute 190°04'09" e distância de 91,555 metros até o vértice P-16 de coordenadas N=8.245.444,9939 e E=183.400,1751; daí, segue com o azimute 212°00'20" e distância de 15,896 metros até o vértice P-17 de coordenadas N=8.245.431,5143 e E=183.391,7503; daí, segue com o azimute 267°33'49" e distância de 19,816 metros até o vértice P-18 de coordenadas N=8.245.430,6719 e E=183.371,9523; daí, segue com o azimute 278°19'32" e distância de 384,004 metros até o vértice P-19 de coordenadas N=8.245.486,2753 e E=182.991,9953; daí, segue com o azimute 280°47'03" e distância de 36,020 metros até o vértice P-20 de coordenadas N=8.245.493,0151 e E=182.956,6113; daí, segue com o azimute 313°01'31" e distância de 17,286 metros até o vértice P-21 de coordenadas N=8.245.504,8097 e E=182.943,9743; daí, segue com o azimute 322°15'11" e distância de 66,058 metros até o vértice P-22 de coordenadas N=8.245.557,0433 e E=182.903,5353; daí, segue com o azimute 323°28'16" e distância de 56,615 metros até o vértice P-23 de coordenadas N=8.245.602,5371 e E=182.869,8363; daí, segue com o azimute 296°14'48" e distância de 26,296 metros até o vértice P-24 de coordenadas N=8.245.614,1663 e E=182.846,2511; daí, segue com o azimute 270°09'20" e distância de 150,201 metros até o vértice P-25 de coordenadas N=8.245.614,5739 e E=182.696,0511; daí, segue com o azimute 335°43'13" e distância de 18,233 metros até o vértice P-26 de coordenadas N=8.245.631,1941 e E=182.688,5539; daí, segue com o azimute 331°41'56" e distância de 14,557 metros até o vértice P-27 de coordenadas N=8.245.644,0111 e E=182.681,6523; daí, segue com o azimute 284°44'37" e distância de 19,370 metros até o vértice P-28 de coordenadas N=8.245.648,9407 e E=182.662,9197; daí, segue com o azimute 261°01'38" e distância de 18,965 metros até o vértice P-29 de coordenadas N=8.245.645,9829 e E=182.644,1871; daí, segue com o azimute 254°03'16" e distância de 21,533 metros



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

até o vértice P-30 de coordenadas N=8.245.640,0673 e E=182.623,4827; daí, segue com o azimute 293°07'04" e distância de 183,314 metros até o vértice P-31 de coordenadas N=8.245.712,0401 e E=182.454,8891; daí, segue com o azimute 298°18'02" e distância de 72,785 metros até o vértice P-32 de coordenadas N=8.245.746,5475 e E=182.390,8037; daí, segue com o azimute 303°41'24" e distância de 92,425 metros até o vértice P-33 de coordenadas N=8.245.797,8157 e E=182.313,9015; daí, segue com o azimute 302°37'09" e distância de 87,792 metros até o vértice P-34 de coordenadas N=8.245.845,1403 e E=182.239,9569; daí, segue com o azimute 277°25'51" e distância de 22,868 metros até o vértice P-35 de coordenadas N=8.245.848,0979 e E=182.217,2806; daí, segue com o azimute 270°00'00" e distância de 63,099 metros até o vértice P-36 de coordenadas N=8.245.848,0979 e E=182.154,1813; daí, segue com o azimute 300°04'09" e distância de 21,646 metros até o vértice P-37 de coordenadas N=8.245.858,9433 e E=182.135,4487; daí, segue com o azimute 36°52'11" e distância de 14,789 metros até o vértice P-38 de coordenadas N=8.245.870,7743 e E=182.144,3219; daí, segue com o azimute 66°17'51" e distância de 44,147 metros até o vértice P-39 de coordenadas N=8.245.888,5211 e E=182.184,7452; daí, segue com o azimute 67°55'55" e distância de 78,726 metros até o vértice P-40 de coordenadas N=8.245.918,0989 e E=182.257,7037; daí, segue com o azimute 93°48'52" e distância de 14,822 metros até o vértice P-41 de coordenadas N=8.245.917,1129 e E=182.272,4925; daí, segue com o azimute 34°54'09" e distância de 51,693 metros até o vértice P-42 de coordenadas N=8.245.959,5077 e E=182.302,0703; daí, segue com o azimute 356°25'26" e distância de 31,611 metros até o vértice P-43 de coordenadas N=8.245.991,0575 e E=182.300,0985; daí, segue com o azimute 4°40'01" e distância de 103,103 metros até o vértice P-44 de coordenadas N=8.246.093,8183 e E=182.308,4872; daí, segue com o azimute 82°22'47" e distância de 176,087 metros até o vértice P-45 de coordenadas N=8.246.117,1684 e E=182.483,0189; daí, segue com o azimute 352°13'29" e distância de 420,002 metros até o vértice P-46 de coordenadas N=8.246.533,3093 e E=182.426,1979; daí, segue com o azimute 262°22'47" e distância de 71,586 metros até o vértice P-47 de coordenadas N=8.246.523,8166 e E=182.355,2443; daí, segue com o azimute 352°58'54" e distância de 120,007 metros até o vértice P-48 de coordenadas N=8.246.642,9242 e E=182.340,5811; daí, segue com o azimute 262°25'56" e distância de 81,262 metros até o vértice P-49 de coordenadas N=8.246.632,2223 e E=182.260,0272; daí, segue com o azimute 1°40'56" e distância de 120,000 metros até o vértice P-50 de coordenadas N=8.246.752,1709 e E=182.263,5501; daí, segue com o azimute 27°32'01" e distância de 65,745 metros até o vértice P-51 de

Setor Protocolo Legislativo

PLC Nº 105 / 2014

Folha Nº 08 AB

SEM EFEITO
Setor Protocolo Legislativo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

coordenadas N=8.246.810,4699 e E=182.293,9421; daí, segue com o azimute 79°32'02" e distância de 73,050 metros até o vértice P-1 onde iniciou esta descrição.

ÁREA: 1.235.747.42m²

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da Base Cartográfica do Distrito Federal, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 45° WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no sistema UTM.

Esta poligonal foi proposta, discutida e ratificada pela Comissão de Regularização Fundiária do PEEH, criada pelo Decreto nº 33.520/2012, que envolveu a participação de órgãos públicos de diversos setores além de representantes da sociedade civil na tomada de decisão, conforme relatório às fls. 7/11, constante no processo administrativo SEMARH nº 0393-000019/2014.

Alertando que a poligonal proposta obedeceu aos limites das áreas urbanas adjacentes ao parque, já registradas em cartório.

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA 28A - POLIGONAL A SER DESMEMBRADA DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER (PARQUE DO GUARÁ) - Matrícula nº 15.201 do 4º CRI/DF

LOCALIZAÇÃO: Localiza-se no imóvel denominado "Área nº 28, do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste – SAI/SUDOESTE, destinado ao PARQUE DO GUARÁ".

SITUAÇÃO: Área 28A – matrícula nº 15.201 - 4º CRI-DF.

DELIMITAÇÕES: Partindo do vértice V1 de coordenadas N=8.247.160,1965 e E=183.211,8296, segue pela curva com D=278.755 metros, R=8905698.465 metros e AC=0°00'06" até o vértice V2 de coordenadas N=8.247.010,2835 e E=183.446,8409; daí, segue com o azimute 114°09'01" e distância de 187,157 metros até o vértice V3 de coordenadas N=8.246.933,7114 e E=183.617,6172; daí, segue com o azimute 187°55'56" e distância de 182,173 metros até o vértice V4 de coordenadas N=8.246.753,2811 e E=183.592,4773; daí, segue com o azimute 188°24'27" e distância de 1,657 metros até o vértice V5 de coordenadas N=8.246.751,6424 e E=183.592,2351; daí, segue pela curva com D=136.920 metros, R=100.069 metros e AC=78°23'44" até o vértice V6 de coordenadas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

N=8.246.667,1349 e E=183.498,1212; daí, segue com o azimute $267^{\circ}16'35''$ e distância de 305,960 metros até o vértice V7 de coordenadas N=8.246.652,5958 e E=183.192,5067; daí, segue com o azimute $286^{\circ}58'44''$ e distância de 3,328 metros até o vértice V8 de coordenadas N=8.246.653,5675 e E=183.189,3242; daí, segue com o azimute $355^{\circ}58'34''$ e distância de 408,093 metros até o vértice V9 de coordenadas N=8.247.060,6548 e E=183.160,6879; daí, segue pela curva com D=55.371 metros, R=91.238 metros e AC= $34^{\circ}46'19''$ até o vértice V10 de coordenadas N=8.247.114,0763 e E=183.171,6039; daí, segue com o azimute $41^{\circ}05'41''$ e distância de 45,569 metros até o vértice V11 de coordenadas N=8.247.148,4180 e E=183.201,5565; daí, segue com o azimute $41^{\circ}05'41''$ e distância de 15,629 metros até o vértice V1 onde iniciou esta descrição.

ÁREA: 16,4309 ha (164.309,45 m²)

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da Base Cartográfica do Distrito Federal, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 45° WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no sistema UTM.

Esta poligonal foi RETIRADA da proposta do Parque Ezechias Heringer, discutida e ratificada pela Comissão de Regularização Fundiária do PEEH, criada pelo Decreto nº 33.520/2012, que envolveu a participação de órgãos públicos de diversos setores além de representantes da sociedade civil na tomada de decisão, conforme relatório às fls. 7/11, constante no processo administrativo SEMARH nº 0393-000019/2014.

Alertando que a poligonal a ser retirada obedeceu aos limites das áreas urbanas adjacentes ao parque, já registradas em cartório.

Setor Protocolo Legislativo
PLC Nº 105/2014
Folha Nº 10



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Gabinete do Secretário

Exposição de Motivos nº 004 /2014 – GAB/SEMARH

Brasília, 22 de Outubro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a definição de poligonal do Parque Ecológico Ezechias Heringer, a desafetação de área vizinha ao Parque e dá outras providências.

Este Projeto é fruto dos trabalhos da Comissão de Regularização Fundiária do Parque Ecológico Ezequias Heringer, criada pelo Decreto nº 33.250/2012, tendo sido aprovado pela mesma.

O principal objetivo do projeto é alterar e complementar a legislação existente para os fins de viabilizar a implementação do referido Parque Ecológico.

Após ter sido definida a poligonal pela referida Comissão com base em vistorias técnicas e considerando aspectos fundiários, urbanísticos e de relevância ambiental, constatou-se um acréscimo na área total do Parque, que, segundo estava previsto no artigo 1º da Lei 1.826/1998, era de 306,44 ha. Assim, o artigo 1º da minuta vem alterar tal dispositivo para estabelecer a poligonal e a sua respectiva área total (375,43 ha).

Deve-se ressaltar que a ampliação dos limites da poligonal priorizou pela inclusão de áreas ambientalmente sensíveis e constituída por vegetação nativa como o campo de murundus à noroeste na área 28 e área adjacente de cerrado sentido restrito; O campo de murundus é uma fitofisionomia rara e extremamente sensível do bioma Cerrado e por ser uma área hidromórfica que no PEEH se apresenta encharcada até mesmo na época da seca, é considerada como uma nascente difusa e, portanto, considerada como área de preservação permanente – APP, com importante papel ecológico na manutenção do córrego de Guará que atravessa o PEEH.

Setor Protocolo Legislativo

PLC Nº 105 /2014

Folha Nº 11

A redefinição da poligonal buscou atender princípios de conservação no sentido de atenuar efeitos de borda e os impactos provenientes de atividades humanas desenvolvidas nos limites da unidade de conservação.

Considerando que a área 28-A não está dentro das poligonais do Parque, a mesma é desafetada pelo artigo 2º proposto, sendo relevante destacar que não há perdas do ponto de vista ambiental e ecológico, haja vista que é uma área degradada, desprovida de vegetação nativa e desmembrada do restante do PEEH.

A **consulta pública** foi realizada no dia 13 de março de 2013 no auditório da Administração do Guará, a qual obteve parecer favorável dos presentes à proposta de redefinição do limites do PEEH.

Tendo em vista que a legislação existente merece ser aperfeiçoada para regulamentar as situações fáticas encontradas pela Comissão, foi incluída na Minuta o artigo 4º e parágrafos, com a definição de regras para regulamentar a concessão de benefícios aos ocupantes que serão removidos.


A presente proposta prevê mais de uma opção de benefícios não cumulativos, a ser acordado entre as partes. São também definidos quais ocupantes poderão ter direito aos benefícios indicados.

Tendo a Comissão encontrado diversas situações de posterior fracionamento irregular das próprias áreas ocupadas, foi proposta regra para impossibilitar que, em uma mesma área ocupada, sejam contemplados mais de um ocupante.

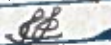
A intenção é que seja concedido um único benefício para a família removida, na pessoa do ocupante mais antigo. Também foi prevista regra para impedir que ocupantes recentes sejam contemplados.

Essas, Senhor Governador, são as razões que justificam a elaboração do Projeto de Lei Complementar que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,


PAULO LIMA
Secretário de Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
AGNELO QUEIROZ
Governador do Distrito Federal

Setor Protocolo Legislativo
PIC Nº 105/2014
Folha Nº 12 



MATRÍCULA - REGISTROS E AVERBAÇÕES - ANOTAÇÕES

MATRÍCULA nº 15201.

IMÓVEL: Área nº 28, do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste - SAI/SUDOESTE, destinada ao PARQUE DO GUARÁ, com a área total de 1.917.057,967m², localizada entre a Via de Acesso SRIA-II; Rede de Alta Tensão; Área dos Transmissores da Rádio Nacional de Brasília; Setor de Serviços Públicos; SOF/SUL; SCEE / SUL; Área Isolada nº 6580 e EPIA/SUL, com as seguintes delimitações: Começa no marco M-11 de coordenadas N=8.246.690,873 e E=183.122,678; daí, segue com o azimute de 87º17'51" e distância de 305,757 metros até o marco M-12 de coordenadas N=8.246.705,412 e E=183.428,292 situado no PC de uma curva à esquerda de AC=79º20'39" e R=100,000 metros; daí, segue pelo desenvolvimento da referida curva com uma distância de 138,482 metros até o marco M-13 de coordenadas N=8.246.791,558 e E=183.552,648 situado no PT da referida curva; daí segue com o azimute de 07º55'56" e distância de 182,049 metros até o marco M-14 de coordenadas N=8.246.971,988 e E=183.547,788; daí, segue com o azimute de 294º09'01" e distância de 187,029 metros até o marco M-15 de coordenadas N=8.247.048,560 e E=183.377,012 situado no PC de uma curva à direita de AC=16º46'00" e R=1.025,000 metros; daí, segue pelo desenvolvimento da referida curva com uma distância de 299,949 metros até o marco M-16 de coordenadas N=8.247.209,307 e E=183.125,017 situado no PT da referida curva; daí, segue com o azimute de 310º55'01" e distância de 231,957 metros até o marco M-17 de coordenadas N=8.247.361,335 e E=182.949,616; daí, segue com o azimute de 334º34'05" e distância de 459,598 metros até o marco M-18 de coordenadas N=8.247.776,681 e E=182.752,112; daí, segue com o azimute de 08º05'30" e distância de 462,485 metros passando pela divisa do SOF/SUL até o marco M-19 de coordenadas N=8.248.234,875 e E=182.817,255 situado no canto do referido setor; daí, segue pela divisa do SOF/SUL com o azimute de 98º05'30" e distância de 166,00 metros até o marco M-20 de coordenadas N=8.248.211,493 e E=182.981,715; daí, segue pela divisa do SOF/SUL com o azimute de 08º05'30" e distância de 964,084 metros até o marco M-21 de coordenadas N=8.249.166,633 e E=183.177,510, situado na divisa do Setor de Serviços Públicos; daí, segue por esta divisa com o azimute de 278º05'30" e distância de 206,481 metros até o marco M-22 de coordenadas N=8.249.195,717 e E=182.912,944; daí, segue com o azimute de 244º30'22" e distância de 487,750 metros até o marco M-23 de coordenadas N=8.248.985,638 e E=182.472,384; daí, segue com o azimute de 188º10'30" e distância de 451,700 metros até o marco M-24 de coordenadas N=8.248.538,212 e E=182.408,108, situado na divisa da área dos Transmissores da Rádio Nacional de Brasília; daí, segue por esta divisa com azimute de 117º38'44" e distância de 215,400 metros até o marco M-25 de coordenadas N=8.248.438,198 e E=182.599,047; daí, segue pela referida divisa com o azimute de 152º42'54" e distância de 123,780 metros até o marco M-26 de coordenadas N=8.248.328,115 e E=182.655,829; daí, continua seguindo pela divisa com o azimute de 194º19'55" e distância de 166,520 metros até o marco M-27 de coor

FICHA

01

15-201

MATRÍCULA Nº

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

Setor Protocolo Legislativo

FIC Nº 105/2014

Folha Nº 13

49
39300001/214
Matrícula: 997

VERSO FICHA

MATRÍCULA - REGISTROS E AVERBAÇÕES - ANOTAÇÕES

denadas N=8.248.166,667 e E=182.614,581; daí, segue ainda pela divisa com o azimute de 197º28'05" e distância de 66,780 metros até o marco M-28 de coordenadas N=8.248.102,923 e E=182.594,521; daí, segue com o azimute de 197º24'19" e distância de 232,270 metros até o marco M-29 de coordenadas N=8.247.881,136 e E=182.524,995; daí, segue pela referida divisa com o azimute de 305º24'09" e distância de 700,00 metros até o marco M-30 de coordenadas N=8.248.286,935 e E=181.954,033, situado no canto da área dos Transmissores da Rádio Nacional de Brasília; daí, segue com o azimute de 343º52'01" e distância de 409,134 metros até o marco M-31 de coordenadas N=8.248.680,226 e E=181.840,269; daí, segue com o azimute de 244º30'22" e distância de 330,215 metros até o marco M-32 de coordenadas N=8.248.537,999 e E=181.542,003; daí, segue com o azimute de 129º40'48" e distância de 169,663 metros até o marco M-33 de coordenadas N=8.248.429,595 e E=181.672,669; daí, segue com o azimute de 149º47'35" e distância de 1.100,495 metros até o marco M-34 de coordenadas N=8.247.477,880 e E=182.226,734; daí, segue com o azimute de 249º47'35" e distância de 477,615 metros até o marco M-35 de coordenadas N=8.247.312,793 e E=181.778,209; daí, segue com o azimute de 141º38'57" e distância de 355,208 metros até o marco M-36 de coordenadas N=8.247.034,038 e E=181.998,758; daí, segue com o azimute de 106º58'44" e distância de 1.174,339 metros até o marco M-11 de coordenadas N=8.246.690,873 e E=183.122,678, marco inicial destes limites, tendo-se as distâncias topográficas e as coordenadas UTM, sendo utilizado no cálculo, o Kr=1.0006849. Proprietária: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, com sede nesta Capital, CGC nº 00359877/0001-73. Registro anterior: R-1, Av.2, R-3 e Av.4, da matrícula nº 11206, Livro 02, Registro Geral do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.-Dou fé.-Brasília, 19 de agosto de 1996.-

Vera E. Vieira da Silva
Substituída

R-1-15201 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. Concedente: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, com sede nesta Capital, CGC nº 00359877/0001-73. Concessionária: CONSÓRCIO WET'N WILD BRASÍLIA, com sede nesta Capital, CGC nº 01318209/0001-80. Título: Escritura de 22 de julho de 1996, fls.099, Livro 1799-E, do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF. Valor: R\$36.050,00, sendo que a concessionária desembolsará o valor de R\$3.605,00, a título de "taxa mensal de concessão", até o 18º mês de vigência do ajuste, sendo a primeira devida 30 dias após a data de assinatura do título ora registrado e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes, sendo que, ambos os valores serão atualizados monetariamente com periodicidade de 12 meses, de acordo com a variação da média aritmética simples do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) e IGP/DI, tomando-se como base o mês de assinatura do título. Do 18º mês até o 24º mês da concessão, caso não tenha ocorrido a operação do Parque Aquático, objeto da concessão, a taxa de uso corresponderá a 25% do preço, ou seja, R\$9.012,50, sendo que, após o 24º mês da concessão, estan

Setor Protocolo Legislativo
PLC Nº 105/2014
Folha Nº 14



MATRÍCULA - REGISTROS E AVERBAÇÕES - ANOTAÇÕES

(Área nº 28, do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste - SAI/SUDOESTE, destinado ao Parque do Guarã-DF).

R-1-15201 - (Continuação)... estando operando ou não o Parque Aquático, a taxa de concessão de uso será ou o percentual mínimo de 5% do faturamento bruto da concessionária pela exploração de todas as atividades do Parque Aquático; ou o valor retro citado, o que for maior. O prazo de vigência da concessão, é de 30 anos, contados da data do título, prorrogável automaticamente por igual período, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais. A concessionária obrigou-se a construir, implantar e explorar comercialmente o empreendimento acima citado, no prazo de 24 meses, contados da data estipulada na forma constante do título, sendo que o terreno objeto da concessão não poderá ser doado, emprestado, cedido, alienado ou transferido a terceiros, a qualquer título, sob pena de rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se a operação aos reajustes e demais condições constantes do título. Multa contratual de 10% e juros moratórios de 1% ao mês. O presente registro de concessão de direito real de uso, recai tão somente sobre 8,56% do imóvel objeto desta matrícula, correspondentes a 164.084,00m², equivalentes a 16,4084ha., situada na parte leste do terreno. Consta do título que não foi apresentada, pela concedente, a CQTCF da Receita Federal, em virtude do imóvel objeto desta matrícula não pertencer a seu Ativo Permanente, de conformidade com o Ato Declaratório nº 109, de 10.08.94, baixado pela Secretaria da Receita Federal; e que foi pago o Imposto de Transmissão, por ato "inter vivos", conforme Guia nº 60087935, datada de 27.07.96.-Dou fé.-Brasília, 19 de agosto de 1996.-

Vera E. Vieira da Silva
Substituta

Av.2-15201. - RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO. De acordo com Escritura de Retificação de 12.11.98, fls. 143, do Livro 1957-E, do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, celebrada entre as partes contratantes, foi retificada a Escritura de 22.07.96, fls. 099, do Livro 1799-E, das mesmas Notas, objeto do R-1 retro, na forma em que se segue: O imóvel objeto da concessão, não poderá ser doado, emprestado, cedido, alienado ou transferido a terceiros, a qualquer título até a implantação total do parque, sob a pena de rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, e não como constou do citado documento. Pela mesma Escritura ora averbada, ficam ratificados e inalterados os demais termos e condições da referida Escritura para todos os fins e efeitos de direito. Dou fé. Brasília, 02 de fevereiro de 1999.

Vera E. Vieira da Silva
Substituta

Setor Protocolo Legislativo

PLC Nº 105/2014

Folha Nº 15

FICHA

02

15.201

MATRÍCULA Nº

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA - REGISTROS E AVERBAÇÕES - ANOTAÇÕES

VERSO FIGHA

Av. 3-15201. - RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO. De acordo com Escritura de Re-ratificação de 12.11.98, fls. 115, do Livro 1970-E, do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, celebrada entre as partes contratantes, foi retificada a Escritura de 22.07.96, fls. 099, do Livro 1799-E, das mesmas Notas, objeto do R-1 e Av.2 retro, na forma em que se segue: O prazo de construção, implantação e exploração comercial do empreendimento, será de 21 (vinte e um) meses, a contar da data de 24.11.1998, fica excluído os dizeres dos PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO da CLÁUSULA VIII da Escritura ora re-ratificada, passando a vigorar a seguinte redação: PARÁGRAFO PRIMEIRO - no sentido de que durante os 21 (vinte e um) meses, contados de 24.11.1998, o recolhimento da taxa de uso corresponda ao maior percentual pago na vigência do prazo original, ou seja, 25% do preço proposto pelo Concessionário; PARÁGRAFO SEGUNDO - no sentido de que após o 21º mês, estando operando ou não o Parque Aquático, a taxa de concessão de uso seja aquela que for maior entre o percentual mínimo obrigatório de 5% do faturamento bruto do Concessionário, pela exploração de todas as atividades do Parque Aquático e o valor proposto pelo Concessionário acima mencionado. Pela mesma Escritura ora averbada, ficam ratificados e inalterados os demais termos e condições da referida Escritura para todos os fins e efeitos de direito. Dou fé, Brasília, 02 de fevereiro de 1999.

Vera E. Vieira da Silva
Sobalheira

Av. 4-15.201 - Protocolo nº 131.419, de 16/09/2011 - De acordo com Mandado de Averbação datado de 24/08/2011, extraído dos autos do processo nº 2011.01.1.156989-3 (Ação Civil Pública), ajuizado pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios contra Companhia Imobiliária de Brasília, devidamente assinado pelo Dr. Atala Correia, MMº Juiz de Direito Substituto em exercício na Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, averba-se que o desmembramento ou qualquer outra forma de parcelamento da área fica na dependência de autorização do supracitado Juízo de Direito. Dou fé. Guará-DF, 28 de setembro de 2011.

Sebastião de Paula Rodrigues - Oficial Substituto

Av. 5-15.201 - Protocolo nº 131.626, de 27/09/2011 - Bloqueio Administrativo - De acordo com ofício nº 3923/2011, extraído dos autos do processo nº 2011.01.1.149947-9 (Processo Administrativo) instaurado na Vara de Registros Públicos do Distrito Federal a requerimento do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e, em consonância com a r. decisão proferida pelo Dr. Ricardo Norio Daitoku, MMº Juiz de Direito do supracitado Juízo especializado, averba-se o bloqueio administrativo da matrícula. Dou fé. Dou fé. Guará-DF, 28 de setembro de 2011.

Sebastião de Paula Rodrigues - Oficial Substituto

PROTÓCOLO: 229.083
CERTIFICO, não constar dos livros de registros deste Serviço de Registro Imobiliário, nenhum OUTRO ônus, hipoteca ou quaisquer registros relativos a existência de ações reais e pessoais reipersecutórias, exceto o especificado no AV-5, sobre o referido imóvel até às 10:44:05 horas da presente data. Certifico ainda, que a presente certidão foi lavrada por meio reprográfico, conforme autoriza o art. 19, §1º, da Lei nº 6.015/73.

O referido é verdade e DOU FÉ.
Guará-DF, 04 de outubro de 2011.

Lindomberg dos Passos Macarambi
Escritor - Autorizado

Emolumentos: R\$ 19,58 (Lindomberg) Validade da certidão: 30 dias (art.1º, IV, Dec.nº93.240/86)
Código de segurança: f603-6b02-2a23-41b0-b6b8-3297-d5ba-41b0

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES



MATRÍCULA Nº 11205. —

IMÓVEL: Uma gleba de terras com a área de 1.348.777,96m², denominada "ÁREA Nº 1", destinada, juntamente com outras três de números 2, 3 e 4, à implantação do Parque do Guarã - Setor de Áreas Isoladas Oeste, reconhecido pela planta SAI Oeste PR-130/1, de 08 de março de 1976 e situado na Zona Metropolitana desta Capital, no antigo imóvel Bananal, desmembrado do Município de Planaltina, Goiás e incorporado ao patrimônio da NOVACAP, área essa localizada entre a Estrada Parque Indústria e Abastecimento, -- EPIA, a via de ligação do SRIA II, o SRIA II, o Bosque --- do Guarã e Setor de Postos e Motéis, com a seguinte delimitação: Começa no marco 1 de coordenadas X=8.246.659,453 e Y=181.365,476, cravado próximo ao balão de entrada, do SRIA II; daí, segue-se com o rumo verdadeiro de 38º34'05"SE e com a distância de 734,00 metros até o marco 2 de coordenadas X=8.246.085,562 e Y=181.823,084; daí segue-se com o rumo verdadeiro de 29º16'58"SW e com a distância de 1.133,27 metros até o marco 3 de coordenadas X=8.244.953,190 e Y=181.777,943; daí com o ângulo interno de 100º15'16" e com a distância 666,766 segue-se até o Vértice cravado no limite do Setor de Postos e Motéis; daí, com o ângulo interno 90º09'45" e com a distância 669,414 metros até o marco 7 de coordenadas X=8.245.523,398 e Y=182.532,971; daí segue-se com o rumo verdadeiro de 81º51'57" SE e com a distância de 60,00 metros até o marco 8 de coordenadas X=8.245.514,909 e Y=182.592,367, cravado no limite da faixa de domínio da Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA; daí, segue-se com o rumo verdadeiro de 8º08'03" NE e com a distância de 575,91 metros até o marco 9 de coordenadas X=8.246.085,111 e Y=182.673,901; daí, segue-se com o rumo verdadeiro de 25º44'19" NW e com a distância de 188,10 metros segue-se até o marco 10 de coordenadas X=8.246.254,540 e Y=182.592,198; daí, segue-se com o rumo verdadeiro de 53º32'08" NW e com a distância de 397,13 metros até o marco 10-A de coordenadas X=8.246.490,565 e Y=182.272,813, cravado no limite da faixa de domínio da Via de ligação do SRIA II; daí, segue-se com o rumo verdadeiro 73º20'45" NW e com a distância 840,86 metros até o marco 10-B de coordenadas X=8.246.731,551 e Y=181.467,225; segue-se com o rumo verdadeiro de 79º12'33" e com a distância de 73,00 metros até o marco 10-C de coordenadas X=8.246.717,883 e Y=181.395,516; daí, segue-se com o rumo verdadeiro de 27º12'33" e com a distância de 65,70 metros até o marco 1 de coordenadas X=8.246.659,453 e Y=181.365,476 ponto onde tiverem início estes

Vide averbação de denominação e características Av.02.-

(ÁREA Nº 27)

FICHA

1

11205

MATRÍCULA Nº

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

Folha nº 51
 Processo nº 39300014/2014
 Rubrica: [assinatura] Matrícula: 7770

69
 0393-000019/2014
 Bio 2622750

Setor Protocolo Legislativo
 P.L.C. Nº 105/2014
 Folha Nº 17

estes limites. — Proprietária: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL "NOVACAP", com sede nesta Capital, CGC número 00037457/0001-70. — Registros anteriores de ns. 12.173 e 12174, fls. 177/178, do Livro 3-L, do Cartório do Registro de Imóveis de Planaltina, Goiás e Transcrição número 94, fls. 77, do Livro 3, deste Cartório. — Dou fê. — Brasília, 16 de maio de 1977. —

Moacir Gangana Filho

Moacir Gangana Filho - Escrevente

R-1-11205 - Título: Incorporação. — Transmitente: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL "NOVACAP", com sede nesta Capital, CGC nº 00037457/0001-70. — Adquirente: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA "TERRACAP", com sede nesta Capital, CGC número 00359877/0001. — Forma do Título: Petição de 27 de abril de 1977, acompanhada da Planta SAI-OESTE PR-130/1, de 8 de março de 1976, elaborada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal; de fotocópia da página do Jornal "Diário Oficial do Distrito Federal", número 49, de 14/3/1977, que publicou o Decreto Governamental nº 3.597, de 11/3/1977, relativo à aprovação da mencionada Planta; de exemplar da publicação da Lei nº 5.861, de 12/12/1972 e de cópia da Ata de Constituição da Adquirente, documentos esses que ficam aqui arquivados. — Valor da incorporação: CR\$8.635.031,25. — Dou fê. — Brasília, 16 de maio de 1977. —

Moacir Gangana Filho

Moacir Gangana Filho - Escrevente

Av.2-11205 - ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO E CARACTERÍSTICAS. De acordo com petição de 05 de outubro de 1984, da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, já qualificada, acompanhada das Plantas SAI/Sudoeste PR-228/1, PR-229/1, PR-230/1, PR-231/1, PR-232/1, PR-233/1, PR-234/1, PR-235/1, PR-236/1, PR-237/1, PR-238/1, PR-239/1 e PR-240/1, datada de 12/04/84, e elaboradas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, plantas estas que substituíram a Planta SAI/Oeste PR-130/1 de 08/3/76 e modificaram a Planta SAI/Sudoeste PR-194/1, de 11/12/80, bem como de cópia da página do Diário Oficial do Distrito Federal, de 16/08/84, que publicou o Decreto nº 8129, da mesma data, do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, que se refere à homologação da Decisão nº 01/84, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, relativa às modificações adiante mencionadas, foram alteradas a denominação e as características do imóvel retro matriculado, que passaram a ser as seguintes: —

DENOMINAÇÃO: ÁREA Nº 27 - SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE-SAI/

Amalva

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES—



-2-

MATRÍCULA N.º 11205

LIVRO - REGISTRO GERAL

(Av.2-11205) continuação...ÁREA Nº 27 - SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE - SAI/SUDOESTE, destinada ao PARQUE ZOOBOTÂNICO - JARDIM ZOOLOGICO.-LOCALIZAÇÃO: Localiza-se entre a EPIA; Bosque do Guarã; Setor de Postos e Motéis, Via de Acesso ao SRIA - II.-- DELIMITAÇÃO: "Começa no marco M-01 de coordenadas N=8.245.650,834 e E=183.363,155, situado no canto do Setor de Postos e Motéis; - daí, segue pela divisa lateral do referido setor com o azimute de 98900'38" e distância de 60,00 metros até o marco M-02, de coordenadas N=8.245.642,467 e E=183.422,610, situado no canto do Setor de Postos e Motéis; daí segue com o azimute de 08900'38" e distância de 575,910 metros até o marco M-03 de coordenadas N=8.246.213,148 e E=183.502,921; daí, segue com o azimute de 333926'14" e distância de 188,100 metros até o marco M-04 de coordenadas N=8.246.381,506 e E=183.418,749; daí, segue com o azimute de 306926'05" e distância de 395,043 metros até o marco M-05 de coordenadas N=8.246.616,286 e E=183.100,705; daí, segue com o azimute de 286958'44" e distância de 840,860 metros até o marco M-06 de coordenadas N=8.246.862,002 e E=182.295.946; daí, segue com o azimute de 259932'02" e distância de 73,000 metros até o marco M-07 de coordenadas N=8.246.848,732 e E=182.224,111; daí, segue com o azimute de 207932'02" e distância de 65,700 metros até o marco M-08 de coordenadas N=8.246.790,433 e E=182.193.719; daí, segue com o azimute de 141938'57" e distância de 734,000 metros até o marco M-09 de coordenadas N=8.246.214,417 e E=182.649,460; daí, segue com o azimute de 182922'11" e distância de 561,678 metros até o marco M-10 de coordenadas N=8.245.652,835 e E=182.626,220; daí, segue com o azimute de 90909'20" e distância de 736.433 metros até o marco M-01 de coordenadas N=8.245.650,834 e E=183.363,155, marco inicial destes limites".-ÁREA: 916.492,787m2.-OBSERVAÇÃO:- As distâncias são topográficas, e as coordenadas UTM, sendo utilizado no cálculo o Kr=1.0006849.-Dou fê.-Brasília, 04 de março de 1986.-

Esportes do Cordeiro Borges - Tls. Judiciário
R-3-11205 - DOAÇÃO. Doadora: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, com sede nesta Capital, CGC nº 00.359.877/0001-73. Donatário: DISTRITO FEDERAL. Título: Escritura de 30 de janeiro de 1978, lavrada às fls. 415/420, do Livro de Registro de Escrituras nº A-1 da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, retificada e ratificada por outras de 30 de dezembro de 1981 e de 22 de dezembro de 1988, lavradas, respectivamente, às fls. 71/75 do Livro de Registros de Escrituras nº B-1, e às fls. 101/104 do Livro de Registros de Escrituras nº B-2, ambas da citada 1ª Sub

70
Processo nº: 0393-000019/2014
Rubrica: B. 2622750

Folha nº 52
Processo nº 343 000017/2014
Rubrica: *[assinatura]* 8470

Setor Protocolo Legislativo
PLC Nº 105/2014
Folha Nº 19

procuradoria Geral do Distrito Federal. Valor histórico: Cz\$ \$18.255.76, nele incluído o de outros imóveis. A presente doação refere-se às características e nomenclatura da área nº 27, constantes da Av. 2 desta matrícula. Fica aqui arquivada a fotocópia da CND do INSS nº 198739. Dou fé: Brasília, 30 de dezembro de 1991. - *Marcos Vinícius de Oliveira* -

Mestre Carapana Vilhã - Técnico Judiciário

Protocolo: 229.083

CERTIFICO, não consta dos livros de registros deste Serviço de Registro Imobiliário, nenhum ônus, hipoteca ou quaisquer registros relativos à existência de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o referido imóvel objeto desta Matrícula, que pertença ao 1º. Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal e que atualmente integra o acervo documental deste Serviço por força de decisão administrativa proferida pelo Exmº Senhor Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (PAs 17.465/97 e 3.791/98), às 10:38:23 horas da presente data. Certifico ainda, que a presente certidão foi lavrada por meio reprográfico, conforme autoriza o art. 19, §1º, da Lei nº 6.015/73.

O referido é verdade e DOU FÉ.
Guará - DF, 04 de outubro de 2011.

Lindomberg dos Passos Macarambi
Deputado
Exercício Autorizado

Emolumentos: R\$ 19,58

Validade da certidão: 30 dias (art. 1º, IV, Dec. nº 93.240/86)

Código de Segurança: b12f-318f-ff11-529d-9162-2da4-834c-cb49



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



Comissão de Regularização Fundiária do Parque Ecológico Ezechias Heringer

Decreto nº 33.520 de 03 de fevereiro de 2012

CONSULTA PÚBLICA			
Processo nº 391.000.220/2012	Coordenadora:	Marina Lopes Ribeiro	
Assunto	Apresentação e discussão da alteração da poligonal do Parque Ecológico Ezechias Heringer – PEEH		
Interessados	Instituto Brasília Ambiental – IBRAM		
	Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal - SEOPS;		
	Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI;		
	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - SEDHAB;		
	Procuradoria do Meio Ambiente, do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário – PROMAI		
	Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP		
	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB		
	Administração Regional do Guará		
	Associação dos Chacareiros da Margem Esquerda do Córrego do Guará e Adjacências – ASCHAG		
Comunidade do Guará			
Data	13 de março de 2013		
Horário	Início:	09h	Término: 12h
Local	Auditório da Administração Regional do Guará Área Especial do CAVE – QE 23 Guará II		
<p>Nilton (Presidente do Ibram) – Gostaria de chamar para compor a mesa com a gente os dois colegas da Terracap: o Henrique e o Alessandro, da Sedhab, a Graça e da Promac, nós estamos aguardando o Dr. Elder. Damos início aos trabalhos agradecendo a presença dos colegas.</p> <p>Klecius – Bom dia. Nós queremos colocar uma questão de ordem. Quem não me conhece eu sou o Klecius, muito conhecido aqui no Guará e somos um dos membros de uma Comissão nomeada pelo Senhor Governador do Distrito Federal. Fazemos questão de ler apenas dois artigos desse decreto que foi assinado pelo Senhor Governador. Decreto 33.520, de 3 de fevereiro de 2012, cria a comissão para a regularização do Parque Ecológico Ezechias Heringer, Região Administrativa do Guará (RA X): O Governador do Distrito Federal nas atribuições que lhes confere considerando os artigos tais e tais fica instituída a comissão para criação de área do parque ecológico Ezechias Heringer. Queria lhes lembrar que essa Comissão é composta de 13 membros onde tem representantes, do Ibram, da Secretaria de Habitação, da Promac, da Procuradoria do Meio Ambiente, da Procuradoria Geral da Terracap, da Codhab, um representante dos</p>			

“Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar
Brasília - DF - 70.750-543 - (61) 3214-5641

Setor Protocolo Legislativo
DIC Nº 105 / 2014
Folha Nº 21



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



ocupantes do parque e três representantes da comunidade que foram eleitos. A questão de ordem é que esta comissão, um dos objetivos dessa comissão, está escrito lá no artigo 3º: Compete a comissão o planejamento e a adoção das medidas necessárias para a regularização fundiária do Parque Ezequias Heringer, com a retirada dos ocupantes e a adequação de sua poligonal.

Essa comissão esteve reunida durante quase um ano, com treze representantes. Nem sempre os treze porque... principalmente da Administração Regional do Guará que não mandava seu representante... infelizmente, não mandava seu representante, parece que não tinha interesse de resolver o problema do parque. Nós tivemos lá durante quase um ano e não cabe agora nós fazermos aqui uma assembléia consultiva, uma audiência consultiva, porque essa comissão já estudou e caminhou o relatório ao governador e falta ainda a Terracap entregar essa poligonal pronta para essa comissão para que a comissão realmente aprove porque foi aprovado os detalhes da comissão. Então não cabe aqui a gente vir discutir uma coisa que o governador já nomeou uma comissão para estudar essa questão do parque. Então, nossa questão de ordem doutor Nilton, é que essa audiência seja transformada em uma audiência informativa apenas para que a comunidade conheça, dê suas opiniões, mas não uma audiência consultiva. Nós queremos que se transforme devido a já haver uma comissão nomeada pelo governador através de um decreto, ou vamos jogar fora um trabalho de um ano, que se teve (palmas). Então, na realidade, nós queremos por questão de justiça e... até... você está vendo aí, oh, isso aqui deveria estar mais cheio para ser uma assembléia consultiva. Essa audiência consultiva deveria ser feita depois que tivéssemos tudo pronto lá na comissão. E não está ainda! Então não dá pra fazer. Então nós pedimos que essa comissão seja transformada, essa audiência, pra terminar, em uma audiência informativa para que a população conheça, saiba o que está acontecendo, para que a gente tenha realmente atender aquilo que foi ordem do seu governador. Obrigado! (palmas)

Nilton - Primeiramente eu queria pedir para o Dr. Camilo compor a mesa e pedir também que, na verdade gente, como foi falado pelo Clessius é isto aqui é fruto de uma comissão e é fruto de um trabalho que está sendo exposto e como é, vamos dizendo assim, como um dos integrantes não dá para colocar todos os colegas para compor a mesa, mas eu queria pedir também para vir a mesa um representante da comunidade aí... não sei... o Klecius, apenas para compor a mesa também como representante porque é membro da comissão, lá? Apenas, vamos dizer assim, vamos responder a questão de ordem da seguinte forma: foi relatado que essa comissão foi criada pelo próprio governador do Distrito Federal com o intuito de regularizar essa questão do nosso parque. Essa comissão é composta com membros do governo para dar os encaminhamentos e membros da comunidade também. E hoje, na verdade é uma consulta pública, eu acho que o fórum para deliberar sobre essa consulta, nós estamos aqui com alguns convidados na mesa também porque não são membros da comissão, mas participaram ativamente, que é o Dr. Roberto Carlos; o nosso promotor do Guará, que participam na colaboração e também são aqueles que nos ajudam a construir soluções. Então eu não vejo como a nossa comissão, agora se reunir e deliberar por que se essa reunião é fruto da própria comissão, vamos dizer assim, essa consulta é um rito aprovado pela própria comissão é ela que pode desconstituir ou não, o rito mas isso gente eu tenho, vamos dizer assim, não é deliberativo, se a gente quiser dar o nome de apenas um informativo, daremos, essa comissão vai se reunir agora na próxima semana, quinta-feira, e já fica já o encaminhamento de transformação disso como informativo. O Ibram não ter que, como membro da comissão, não deliberando, que é apenas membro da comissão, mas o Ibram não vê problema nenhum em a gente discutir melhor o assunto, ser for o caso, porque na verdade, o Ibram vê só um problema é a gente não resolver o problema do Parque. Esse é o único problema que a gente vai batalhar, e é o objetivo nosso e é o exemplo que nós vamos dar para as outras unidades de conservação. Essa é a única coisa que nós não aceitamos nesse processo: é não resolver o problema do Parque. Então enquanto for protelado e demorar, nós vamos sempre querer acelerar e ver a comodidade nessas construções. Foi assim desde antes da iniciativa da criação e quem levou ao Governador essa vontade de fazer a comissão foi até, foi o órgão ambiental - o Ibram - esse estudo nós vamos começar a apresentar e depois abrir a fala também para os colegas da mesa e também para a população. Ele é um estudo... eu quero só lembrar que esse estudo foi feito em comum, porém o Ibram como é órgão ambiental precisou tecnicamente ver o assunto. E em todo o momento, tanto o Ibram tanto o Governo do Distrito Federal como a própria comissão não interferiu com aspectos políticos da construção dessa comissão... dessa poligonal. O aspecto adotado foi o aspecto técnico. É evidente que a comissão opina em cima da questão política socioambiental mesmo né?, que envolve muita gente, tanto que nós hoje, já foi até colocado pelos colegas, o horário que dificultou a presença dos colegas, talvez uma maior divulgação por parte até dos órgãos envolvidos para ter uma presença maior, mas é transformar isso, nós vamos deliberar nessa quinta-feira o que eu acho que vai ser muito rica aqui a nossa discussão, mesmo não sendo deliberativa. Lembro que aqui é um estudo da comissão,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



técnica. É um estudo que não sofreu interferência política nenhuma, apenas a condução de fazer o melhor. Então, tecnicamente nós estamos muito seguros, inclusive eu e a equipe do Ibram e, de antemão já queria iniciar agradecendo toda a nossa equipe, seja os colegas dos parques, da nossa equipe de parques. Eu estou sendo o porta voz e o grupo de pessoas que construíram que foi a Marina e o Thiago, né? Que eu já queria agradecer em público. São dois técnicos concursados do órgão e assim trabalharam e eu nunca pedi para ela tirar ou deixar nenhuma área dentro. O único requisito que tinha era que ambientalmente, que é a nossa função, do Ibram, é ambientalmente mais correto ou não, aquela área, qual a sua relevância dentro da poligonal. Então isso já foi explicitado, só vou mostrar para vocês. Vocês vão ver se isso está correto, tecnicamente. Agora se, socioambientalmente tivermos alguma dificuldade, aí cabe conosco construir soluções técnicas, mas socioambientais viáveis. Mas tecnicamente o desenho ideal é esse. Já foi mostrado para a comissão, nós já discutimos dentro da comissão. Mas hoje não é para deliberar mesmo não. Hoje não é para bater martelo e dizer que vai ser desse jeito e acabou. Se a nossa comissão na próxima semana resolver que devemos ter outra consulta pública, em um melhor horário, de uma melhor forma ou outra condução, faremos. A comissão é permanente. Ela tem essa prerrogativa, foi nomeada pelo Governador para fazer isso mesmo. Isso apenas é o cumprimento pelo órgão ambiental de um cronograma já acordado tá? Agora se hoje ainda temos, ainda não estamos seguros né? Ou podendo estar... tem uma participação de alguém que poderia nos ajudar nessa construção de soluções, vamos dar uma outra oportunidade sim. Aí a gente na próxima semana dentro da nossa comissão. Daremos uma outra oportunidade a essa pessoa construir e se também a comissão achar que pela discussão hoje e houve instrumento, ela conseguir arrumar que a gente tenha segurança que as pessoas foram ouvidas e esse é o melhor desenho, aí a gente não precisaria fazer outra. Mas eu preciso reunir a comissão e levar para a comissão essa preocupação da comunidade do Guará, dos envolvidos para que na quinta que vem delibere sobre isso. Mas eu estou resguardado aqui gente, porque nós estamos aqui com a comunidade, nós estamos aqui com o Ministério Público, em que nós vamos apresentar um estudo técnico, então, feito por Analistas do órgão ambiental tudo concursado. Então estou muito seguro para o que nós vamos apresentar agora. É evidente que eventualmente podemos discutir e ver se é possível alguma alteração em cima, devido à própria comunidade que são os donos realmente do espaço público. Então cabe ao Ibram a competência de cuidar e zelar, dar infraestrutura, mas nós só garantimos que não vamos nos afastar do objeto dessa comissão, que é regularizar. Estamos atrasados nos tempos, já era para estarmos mais adiantados e qualquer coisa que venha a atrapalhar, por contexto em geral nós não vamos conseguir no final, pois tem muitos envolvidos. Tem gente dentro do Parque, tem gente de fora, da comunidade. Tem muita coisa envolvida e até gente que tem outros interesses que não é só de regularização fundiária, que talvez não esteja presente. Então já falei demais sobre esse aspecto e eu queria passar a palavra só para as boas vindas dos colegas, que seja muito mais breve do que eu, apenas para é para os colegas que estão na mesa e eu vou começar já com o nosso promotor que é um parceiro nesse projeto. Ele vem buscando solução não só aqui, como na Rebio e sempre que eu o convido para estar junto com a gente, ele sempre está. A comunidade sabe disso, todos dessa mesa sabem disso e que ele poderia ficar lá na sala dele, muito confortável lá, mas ele vem, vem até sábado. Teve um sábado que fizemos uma reunião, então eu estou muito seguro com isso. Então vou passar para o Dr. Roberto Carlos, só para dar as boas vindas aí para o público.

Dr. Roberto Carlos (Ministério Público) - Bom dia! É uma satisfação estar aqui no auditório para a gente acompanhar esse processo, no qual estou envolvido há mais de dez anos. Só deixar bem claro que embora o Ministério Público, por sua própria atuação, ele não integre essa comissão, ela foi uma sugestão do próprio Ministério Público na primeira audiência pública que fora realizada aqui para discutir a questão do Parque e, ele fica de fora, mas ele fiscaliza o cumprimento dos propósitos da comissão e em todos os seus aspectos. Então em qualquer um dos aspectos que não tenha sido alcançado, a função do Ministério Público é cobrar e fazer com que os objetivos buscados com essas reuniões, audiências e essas comissões de implantação do parque, restabelecendo, como deve ser, será sempre cobrada pelo Ministério Público tanto por parte da promotoria do meio ambiente, quanto por parte da promotoria Especial Criminal do Guará, que já tem a Dr^a Adriana que trabalha especificamente nessa causa, nos casos de infração penal ocorridas dentro do parque. Então, um trabalho de educação ambiental já se iniciou, nós já vamos para o terceiro curso com os infratores, graças a justamente a condição desses forçosos tanto por parte da promotoria de meio ambiente quanto por parte da promotoria Especial Criminal do Guará. Então, a audiência pública todos tem a palavra, desde que maneira ordenada e vamos aqui trazer as questões mais importantes da pauta de hoje e não significa dizer que outras questões devam ser deixadas completamente, mas nesse foro nós vamos tratar das questões para que fomos convocados. (palmas)

Nilton - Vou passar a palavra rapidamente. Tem alguns colegas e a gente vai passar rapidamente o uso já para



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



apresentação, para abrir para a população.

Carlos Nogueira (Administrador do Guará) - Bom dia a todos e a todas. Quero primeiramente agradecer a Deus e na pessoa do nosso Superintendente do Ibram, Dr. Nilton Reis, agradecer a todos da mesa e aqui quero fazer uma ressalva e dizer que o Guará, ele respira, realmente, o meio ambiente. Quarta-feira, 9 horas, Presidente, iniciando os trabalhos e temos aqui, quase 100 pessoas, que dá a importância que o Parque Ezechias Heringer tem para a nossa cidade. Agradecer ao nosso Governador Agnelo, que tem determinado que nós possamos é... ter qualidade de vida para os nossos parques. E também agradecer a nossa assessoria, porque a Assessoria de Comunicação, bem como, a Ouvidoria e a comunidade fizeram um esforço... inclusive a nossa Lúcia Rosa deu uma entrevista na rádio comunitária do Guará. Foi divulgado no Jornal do Guará, Guará Hoje, bem como todos, praticamente todos... estamos aqui justamente divulgando o evento nesse dia oito do três, no Guará Informa, divulguei na Rádio Nacional como está aqui comprovada a nossa entrevista, o Guará Informa também no dia três de março. Então nós temos aqui os convites bem formulados. Participei das três semanas do ParticiParque e lá também juntamente com os colegas ficamos a divulgar a nossa reunião, e-mails nós passamos para que pudéssemos no dia de hoje, numa quarta-feira, às nove da manhã termos quase cem pessoas aqui. Então tá tudo documentado aqui. O Guará nunca vai se furtar de divulgar, de promover o nosso Parque. Então, a gente agradece a participação dos senhores que deixaram os seus afazeres, deixaram as suas residências, deixaram as suas famílias para estar nesta manhã, neste debate para trazeremos qualidade de vida para os nossos guaraenses. Muito obrigada! (palmas)

Maria das Graças (Sedhab) - É, bom dia a todos. Eu sou a Graça trabalho na Sedhab. Inclusive participo dessa comissão junto com a Lilian que tá no auditório. Eu tenho a agradecer a vocês, a participação de todos né? E, falar que isso é uma coisa ótima para nós na cidade: a definição dessa poligonal. O nosso secretário Magella também está empenhado nisso para que isso aconteça. Nós técnicos que somos de carreira estamos trabalhando na Secretaria há bastante tempo, então isso era um desejo nosso, que isso de fato acontecesse tá? Para definir essa poligonal. Eu desejo a todos uma boa consulta pública para todos tá? Um bom dia. (palmas)

Nilton - Gente, vamos ao que interessa então, né? É, qual vai ser o rito agora: Nós vamos fazer uma explanação do que essa comissão nesse tempo construiu, o porquê dessa poligonal e logo depois nós vamos fazer as inscrições das pessoas que queiram fazer o uso da palavra e tentar passar as informações para depois a gente levar de volta para a nossa comissão. Tudo isso na próxima semana, na quinta-feira, tudo o que conversamos aqui para que essa comissão continue os seus trabalhos e façam, talvez, um novo plano de trabalho em cima do que foi deliberado e uma senha do plano que já havia sido acordado. Mas a comissão é soberana para a gente discutir esse assunto. Vamos? Quem vai passar, a senhorita? Então, hoje, né? Nós estamos em uma consulta pública e as alterações dos limites do Parque Ecológico Ezechias Heringer. Gente, a relevância do parque: então todos aqui sabem, nós temos uma proteção ao córrego do Guará, a presença de espécies raras e ameaças de extinção, compõe o corredor ecológico entre o Lago Paranoá e a Reserva Biológica do Guará que já fazer parte também do estudo dentro do Instituto - Ibram - e junto da nossa Procuradoria e junto também com o nosso Dr. Roberto Carlos, essa questão da Reserva Biológica. Então a nossa comissão ela foi criada pelo Governador em 3 de fevereiro de 2012. Conclusão ela tem, já fez um ano e ela se debruçou com vários encontros. Quando começamos o trabalho muitos achavam que ele não ia dar em nada, mas ele hoje já é um fruto desse trabalho sendo apresentado pra vocês, os objetivos dela é a desocupação do parque e a readequação da poligonal. E quem são essa comissão? São representantes de vários órgãos do GDF, e da Sociedade Civil. Então, bem, também nos temos representantes da sociedade civil que não ficou de fora. Além da comunidade, também os ocupantes do parque. Na verdade, são aqueles que nós temos que construir uma solução para a retirada deles, porque, eu acho que é o objetivo de todos que estão aqui, como o nosso, essa solução. E, é nós fizemos essa proposta que está sendo apresentada. Foi discutida com a nossa comissão e ela tá vindo hoje pra socializar mais com a população. O que nós temos aí: qual que é o motivo dessa operação, que foi a sugestão da comissão e objeto da comissão. Por que? Porque nós temos uma cristalinidade entre a legislação e o registro cartorial. Nós temos vários decretos estão aqui colocados e nós vimos alguns registros cartoriais. Então, até 84 tinha registro cartorial. Em 88 não foi feito registro cartorial. A lei também que criou e, veio depois dela, não foi feito o registro cartorial. Então é necessário fazer - aí eu vou falar para vocês que isso infelizmente não é apenas o nosso parque do Guará - a maioria dos parques hoje necessitam disso. Eu estou provocando até a nossa Terracap para a gente dar uma solução mais rápida para a situação, mas não é como a questão de ocupações também não é um privilégio. É, é uma coisa não só



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



do Guará. Ela também está colocada em todos os parques do Distrito Federal, a maioria, não todos - tem um ou outro que não - mas a maioria sim e por que dessa comissão? E por que o Ministério Público pegou isso também como uma meta? O que nós estamos fazendo aqui é um laboratório para depois a gente replicar para os demais locais! Então a importância é exatamente essa, além do Parque do Guará ter a sua importância, além de tudo isso, o Guará tá sendo o primeiro que nós estamos fazendo de uma forma coletiva essa solução. Então aí a importância de hoje, a gente tentar construir, pois não podemos errar. Porém, os acertos vão ser transferidos e replicados de forma célere porque aí nos já estamos aprendendo a fazer o processo que não foi feito antes, por vários motivos, mas não cabe aqui discutir isso. Mas cabe agora discutir o que vai vir. Então, enfim, a gente tinha essa disparidade na legislação e registro cartorial. Agora vamos apresentar: nós temos três poligonais. Vocês vão ver até que elas mudam de tamanho e mudam de desenho. Primeiro aí, na outra tela tinha o registro cartorial já de 84, o último realizado, e ele tá aí na tela na cor vermelha. O vermelho quando se junta com o verde é o mesmo desenho do verde. Então ele pegava a parte de baixo e na parte superior. Então ficava de fora aquela ponta ali da esquerda né e ele entrava na poligonal do parque, né? Então esse era o registro cartorial de 284 hectares. Nós temos o mapa ambiental que foi feito pelo Ibram tanto pela Semarh e esse mapa fazia, dentro da questão ambiental, outro desenho. Esse outro desenho tinha 313 hectares e esse desenho está na cor azul. Então, onde não tiver o verde, tiver o azul é porque que muda a poligonal. Ele cresce um pouquinho aqui, ele, vamos dizer assim, deixa de fora na parte superior aquele pedaço que tá de verde né? Então ele tem uma alteração. E também tem a própria lei de 98, que não tem registro cartorial com 306 hectares que é esse verde. E esse verde também tem o desenho. Aí vocês vêem que todas as três propostas que tá hoje valendo, dois são: um tem registro, outro é uma lei e o outro é a vontade dos ambientalistas, quando desenharam viram a necessidade desse desenho em azul. Então isso é o que nós encontramos. É o que a comissão encontrou para dar uma solução. Aí vocês estão dentro do que é a situação, todos esses problemas que nós estamos conduzindo dentro dá... esse era um dos dois objetos que era a definição da poligonal, a outra é a desocupação. Gente, também vou alertar a vocês que não precisa decorar tudo agora não. Se a gente precisar voltar nas telas, a gente volta durante o debate tá? A gente retorna, vocês pedindo a gente volta. E qual é, proteção as áreas sensíveis, então o que nós temos? Nós temos a premissa que nós precisávamos fazer duas coisas: nós temos campos de murunduns né? Que a gente achou que é... que forma a questão uma ambiental viram que era uma oportunidade que não estava incorporada ao registro cartorial que ele tinha uma importância, um importante papel ecológico na manutenção do córrego do Guará e, a gente explanou isso para a nossa comissão da importância de absorver a questão dos campos de murunduns. Então ambientalmente é importante, levamos para a comissão. Houve dentro da comissão um consenso da importância dessa área e ele foi incorporado a nossa proposta que vai vir para frente. E também a lagoa de oxidação, que ela tem... comporta grande fluxo de reprodução de fauna nascidas e também, essa incorporação também é de uma área que vai (daqui a pouco eu vou mostrar para vocês) ela faz o fechamento da poligonal e vai trazer maior proteção. Então essas foram as coisas que logo no início levamos na nossa comissão, na questão técnica, ambiental, da importância que essas duas áreas tem incorporadas. E aí a comissão analisou isso. Aqui é um desenho do... aqui nós temos duas áreas, a proposta. O que a gente fez? Áreas adicionadas, áreas retiradas e registro cartorial do parque. É o que ta de amarelo é a proposta da retirada de áreas, seja aquela área inferior onde já tá degradado e a gente via que seria uma oportunidade de regularizar isso e fizemos também, levamos para a comissão, uma proposta de adicionar áreas. No final, vocês vão ver que o parque vai crescer. Volta ali no mapa: um (1) é áreas degradadas ali; dois (2) adequação urbana. Lá em cima: adequação urbana que foi feita por causa do projeto da... ah, interferência com lótu, é! Então foi adequação urbanística. Agora o três (3), como já tinha relatado, o campo de murunduns que a gente incorporou. O quatro (4) são áreas da sede adquiridas dentro dos registros, a nossa sede a gente acabou de reformar e colocamos um espaço público lá e recentemente foi colocada toda aquela infraestrutura. Ela tava de fora, então, quer dizer, precisa realmente resolver a questão. Vamos lá? Cinco (5) áreas de recuperação, nós incluímos e seis (6), a conexão e proteção das áreas... e aquela lagoa... e a gente precisava de fechar a nossa poligonal. Então é só a motivação. Agora qual é a nossa... o que a gente pensou? Nós vamos alterar? Vamos. Nós vamos ter um princípio: nós vamos aumentar a área total e vamos diminuir os efeitos de borda, redução dos impactos externos. Essa proposta que é colocada por nós é a proposta que ela tem a maior... a menor né? Enfim, impacto da, na questão de área/perímetro, o efeito de borda. Então, essa também tecnicamente também foi a solução dada pelos técnicos da Sugap para o desenho. Então são muitos aspectos enquanto se faz esses estudos que a gente tem que levar em consideração. Esse é mais um dessa proposta que também foi levado em consideração. A nossa comissão, vendo a finalização do órgão ambiental, propôs, então que a gente fizesse a ampliação, que a gente tivesse a preocupação de pegar aí com o campo de murunduns, de adequar a questão da sede, adequar uma área para recuperação, uma outra área de conexão para áreas sensíveis, lagoa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



de oxidação. Com isso, o parque chega a 342 hectares. Essa é a proposta da comissão. Então basicamente fiz bem simples para ficar o mais didático possível para poder a gente debater. Mas, em suma, eu queria agradecer aos dois colegas, a Marina e o Thiago pela - pois eu só to passando e lendo - eles que elaboraram todo o estudo e ajudaram e, tecnicamente foi o que a gente conseguiu fazer de melhor ambientalmente e socialmente também. Então hoje essa nossa reunião era mais para mostrar esses estudos, quais foram as preocupações, o que pensamos e qual a importância disso. Agora eu vou abrir às falas, para que os colegas que queiram fazer o uso da palavra coloquem os seus posicionamentos que a comissão vai estar registrando essa reunião. Vai levar o que foi hoje discutido para a reunião da semana que vem e também, caso o órgão ambiental não tenha visto alguma coisa que vocês vislumbram também, porque nós sabemos que como toda representatividade não é obrigatório os colegas que hoje são da comunidade detenham todos os anseios, de toda a comunidade do Guará, uma população enorme. Por isso, é a dessa consulta que estamos aqui. Eles são, lógico, portavozes, estão lá e têm muita experiência dentro da questão do parque, mas todos vocês que também que vieram hoje é porque querem contribuir também. E, desta forma, eu abro as inscrições. Se tiver uma colega que possa anotar quando começar os inscritos para me ajudar e a gente poder e já fazer o uso da palavra, todos os colegas. E aí nós damos um limite até o... [são que horas agora? Dez e quinze] eu acho que até onze e meia, uma hora e quinze inicialmente a gente consegue debater, senão, depois a gente delibera de novo até que horas é o limite nosso. Por que todos também devem ter outras tarefas. Então, eu queria fazer... se alguém ... Thiago, da Sugap, fazendo as inscrições. Então, o colega, o Analista lá do Ibram vai fazer as inscrições com vocês pra a gente já passar a palavra. Já temos os inscritos. O Marcelo já está inscrito. Quem é o primeiro inscrito para... aí dá o microfone e ele já faz o uso da palavra. Vamos tentar ser objetivo, pois tem um bocado de mãos levantadas. Então, vamos dar um tempo de três minutos para o uso da palavra, e se for necessária na fala do colega, a gente prorroga, então um tempo de três minutos, pois é muita gente se inscrevendo e pode, a gente, não é? Dialogar e tentar, quando tiver contemplado já pela fala do colega tentar não fazer uso da palavra de novo por que atrapalha até o encaminhamento das coisas. Vamos já ao primeiro. Quem é o primeiro a ser inscrito? É o Marcelo que está inscrito, Thiago? Qual o primeiro que está? Ah, é o Klecius? Então Klecius...

Klecius – Alô. Bom dia novamente. Não foi à toa que eu pedi a transformação naquela hora, do momento de uma questão de ordem, transformar essa audiência pública, de consultiva em informativa. E eu estava esperando esse momento aqui agora exatamente para poder explicar o porquê daquele pedido. Nós gostaríamos de lembrar que essa comissão que estava lá trabalhando, não parou nenhum momento. Visitando o parque, vindo aqui conversar com as meninas do parque, que a gente brinca que são as engenheiras aqui do parque, e tudo para saber sobre a questão da poligonal. Então como nós pedimos para transformar em informativa é porque nós sabemos que para registrar uma poligonal você precisa sim dessa audiência consultiva. E nós, simplesmente, pedimos essa transformação para lembrar o seguinte, existe um cronograma que foi feito pela comissão para ser cumprido esse cronograma aonde inclui várias atividades. Desculpe Nilton, eu vou passar um minutinho porque é importante. Pra que seja feita as atividades. E nós temos, além da poligonal, outras atividades a serem feitas como a retirada dos ocupantes. Onde um dos principais... é... que farão parte desse processo é a própria Terracap, junto com a Procuradoria, para a retirada dos ocupantes. Então qual é a nossa preocupação, é que a gente adiante demais essa consulta, se faça essa audiência pública e se adiante esse caso da poligonal, sem, esquecendo dos outros casos do nosso cronograma. A nossa coordenadora da comissão, a Marina, que está aqui, sabe que existe alguns dados que ainda não foram colocados na comissão para que ande com todas as atividades. E a principal atividade lá é a retirada dos ocupantes ilegais do parque. E agora, como vamos registrar essa poligonal? Perder áreas, 28A, que não foram nem tocadas aí no assunto, mas nessa modificação está se retirando a 28A. Lá onde era as oficinas, colegas. Então a minha preocupação que é seja aprovada aqui, que só façamos o registro dessa nova poligonal quando nós tivermos cumprido todas as outras atividades. Não adianta a gente aqui registrar a poligonal se nós não retirarmos os ocupantes. Não adianta registrar a poligonal, não adianta perder a 28A, se nós não resolvermos o que vamos fazer dentro do parque, certo? Então a minha preocupação, eu volto a insistir, por isso mesmo que a gente lembra... vamos aprovar aqui que só seja colocado aqui, só seja registrado essa nova poligonal a partir do momento que todas as outras atividades, Marina, do cronograma estejam sendo cumpridas e forem cumpridas. Não dá pra registrar uma nova poligonal sem primeiro retirar os invasores. Certo? [Palmas] Quanto a área 28 A, a comissão verificou que seria importante, tudo bem que a área... quem não sabe o que é que é a área 28A, aquela área em frente ao Park Shopping, onde sei que os colegas... esteve lá, aquela área estaria se trocando pela murundum, pela murundum, pela lagoa, mas é importante também que se decida o que vai fazer com aquela 28 A. Não é só entregar tranquilamente para a Terracap e chega lá transformar em milhões de prédios lá



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



e diminuir a qualidade de vida. É preciso que seja decidido o que vai fazer com aquela 28 A, certo. E que seja colocado lá, atividades de interesse da comunidade e não somente entregar tranquilamente e ser transformada lá, em prédios de tantos andares. Porque ali, é, inclusive, um ambiente de cultura, vocês sabem que os colegas que levei pra lá que afirmam que os circos e outras atividades levam para lá. Aliás, eu encerro lembrando o seguinte: o Circo de Soleil se instalou ali, minha gente, e eu quero prestar contas a vocês para esse trabalho nosso. Quando foi... o Circo de Soleil veio para lá, essa comissão também correu atrás de que não poderia se ocupar. Aquilo é área do parque, ia degradar. Foi feito, no momento, um acordo do Ibram e o Circo de Soleil para que fosse dada a licença ambiental. E pasmem, nessa licença, se muitos não sabem, está escrito lá que o Circo de Soleil deveria entregar às escolas públicas do Guará, foi sugestão inclusive de membros do Fórum de Proteção Permanente do Guará, que fosse entregue alguns ingressos para as crianças pobres do Guará pudessem assistir o Circo de Soleil, já que estavam dizendo que lá não deveria nem cobrar que era cultura. Sabem quantos ingressos está escrito no acordo? Pasmem: 1.692 ingressos. Deveria ser entregue para as escolas. E o que se sabe é que até o momento, a não ser que seja pra próxima vinda deles, nem uma escola do Guará recebeu nenhum desses ingressos. O Ministério Público, que sempre tem nos ajudado, e que a gente tem que elogiar aqui, abriu uma investigação para saber disso. Então é só para a comunidade saber. (Nilton Reis - Concluir, klecius). Vou concluir dizendo, eram 1.692 ingressos para as crianças do Guará. Existem muitos boatos por aí, que eu não quero entrar nesse mérito pra onde foram esses ingressos. O certo é que as escolas do Guará não receberam. E eu até me sinto nesse momento... em dizer isso, que eu sou professor e a vontade possa é que as escolas, as crianças fossem assistir ao Circo de Soleil porque não tinham condições de pagar 300 reais, 200 reais. [Palmas] E a gente vem aqui agradecer ao Ministério Público e pedir a ele que apreze essa investigação que nós já estamos com um ano e é preciso saber a onde estão esses ingressos. Se não tão o Circo de Soleil tem que simplesmente dizer pra quem entregou esses ingressos. Boatos têm por aí, por onde andou esses ingressos. Mas ele tem que descobrir aonde é que está, pelo amor de Deus. E encerrando realmente, não temos condições aqui, essa assembléia, de aprovar, ou que nós não aprovar, mas pelo menos dar uma consulta positiva da nova poligonal com a garantia que a poligonal só saia a partir do momento que todas as atividades do cronograma sejam cumpridas também. Não dá pra mudar a poligonal e deixar aí o parque como está. Nós temos que resolver todos os problemas do parque e não só sua poligonal, obrigado! (Palmas)

Nilton - Agora, Éé... Gente, quando, pelo rito, acho que quando a gente for citado, e puder esclarecer logo né? Puder alguém da mesa citar, alguém puder fazer, que faça o uso da palavra logo ou no mínimo, três, quatro exclamações para andar mais rápido. E agora, só para não cair no esquecimento, vou aproveitar porque o Clessius fez o uso da palavra antes, e agora, dois esclarecimentos bem breves: primeiro, reiterando que... é... o Ibram coordena a comissão, mas não é dono da comissão. A comissão é formada por um grupo e deliberará do que foi hoje isso aqui. Por enquanto, dentro do nosso cronograma foi acordado anteriormente que seria uma consulta pública e o próprio nome já diz, consulta. Não quis dizer deliberação pública. O tema é esse. Então, fica explícito, reitero essa visão do Instituto Brasília Ambiental como membro da comissão, mas como membro e responsável por coletar as informações vai fazer na quinta-feira que vem um debate e, concordo com o colega Clessius (membro, colega meu, e eu nem sou da comissão. Na verdade ajudo a comissão igual ao Dr. Roberto Carlos, mas não falto a nenhuma reunião) que o objetivo da comissão são dois, e a desocupação também. Então, de que forma amarrar para que as coisas sejam resolvidas, vocês podem ter certeza que (não vou dizer mais, mas igual a vocês... mas talvez não, porque senão aí ser soberba) o meu objetivo é tirar todo mundo de dentro do parque. E o sonho é levar vocês todos junto com o Governador do Distrito Federal e toda a equipe, assinar a retirada dos colegas que hoje estão lá dentro, mas de forma pacífica como foi dito dentro no nosso plano de manejo. Então, esse objetivo que é o da nossa equipe Ibram, de trabalhar todo dia para isso e estar hoje aqui trabalhando nisso. E vamos conseguir sim! Agora, como vamos fazer o cronograma e adequar? A comissão vai dizer à próxima semana, mas hoje estamos ouvindo tudo o que vocês estão falando para levar para a nossa comissão. Outra coisa, sobre o Circo de Soleil - é rapidamente - Circo de Soleil, o Ibram agiu de todas as formas para o cumprimento do que foi acordado, o Ibram já notificou, já autuou. Tenho toda a documentação, tô tranquilo. E, eu acho que o que houve foi só um ruído de informação. É, pelo menos, eu vou checar isso, mas realmente existia o termo de doação dos ingressos. O Circo de Soleil apresentou, e a gente não aceitou, o primeiro documento que nos mandaram de doação de ingresso, porque a gente achou que não comprovava essa doação e provocamos o Circo de Soleil para apresentar novos documentos, tá? Então nós estamos seguros disso, não tem problema nenhum. Outra coisa é que, só porque houve um ruído e esse ruído, quero dizer para vocês, eu vou checar, mas não era para as escolas públicas do Guará nos documentos. No documento era para entidades



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



filantrópicas né? Incluiria também, e preferencialmente, vamos dizer assim, poderia ser porque é uma área carente... Eu vou checar, porque não estou com o documento em mãos, mas como eu participei da negociação porque foi um problema ambiental, né? E aí, a gente relata. E tem o Ministério Público que está aqui do meu lado, né? Então, se eu não tivesse muita segurança, eu não estaria tranquilo para falar para vocês. O próximo! Fuíca.

Adolfo Fuíca – Bom dia a todos e todas. Sou o professor Adolfo Fuíca, morador daqui do Guará vai fazer 30 anos e moro ali de frente a 19. Eu queria colocar uma posição do fórum, que eu pertencço ao fórum que também é uma sociedade de amigos do parque e da Rebio do Guará. A primeira coisa que me causa até hoje uma certa... é incômodo, que se fica incomodado é aquela parte cinza que fica no meio do verde é da Radiobrás. Nunca foi incorporado. Então, acho que nós estamos hoje no século 21 pensando em aumentar as áreas de preservação. Então eu, nesse momento, não acredito que nós temos que suprimir uma área para ganhar outra. A questão ambiental nós temos que ter conectividade. Nós temos que ter áreas conectas e só o córrego, hoje, não funciona mais assim. Então nós temos hoje aquela aberração ali no meio, que é um clube de servidores. Porque ali tinha. Todos nós escutamos de vez em quando a rádio Nacional, na Amazônia, que aquela era a torre que mandava as ondas para a Amazônia. Hoje, nós estamos com a tecnologia que não precisa disso mais, está desativando. Porque aquela área não vem para o parque. Hoje, a gente escuta aberrações. Eu estive ali por perto, estão querendo virar, ali, um condomínio dos servidores. Aquilo virou clube, lá era uma torre. Então, em um segundo momento, se eu tive um laser eu ia colocar aí. Os cantos de murunduns não estão ganhando, gente, porque foi decreto, desde 98. Eu lembro que a gente discutiu na Câmara, com o nosso querido Cafú, e o campo de murunduns foi adequado ao nosso parque. Porque já tinha sido objeto de algumas imobiliárias e de algumas empreiteiras, de fazer ali uma quadra. Quando eles viram a sensibilidade do terreno, eles viram que ia ser um tiro no pé como em muitos lugares de Águas Claras que fizeram os prédios em cima da água, em cima do lençol de um metro de afloramento. Então, aquela área nós já ganhamos desde 98. As outras áreas de expansão que estão dizendo que estão dando, não estão dando. Nós temos que pensar que hoje nós queremos é aumentar a qualidade de vida. Então, essa área 28 A, que se fala. Que tira ela do parque, para nós ambientalistas, ela é importantíssima, mesmo estando degradada. Por que o pássaro que sai daqui do Córrego do Guará para ela chegar no Zoológico, ele tem aquele descampado. Então o desviu, o tico-tico, o papa-capim, a colerinha, várias espécies, não conseguem fazer esses vôos longos. Então eles precisam da conectividade. Nossas aves, que hoje no Guará pode ver que está cheia, almasgata, aquele do rabo cumprido, vocês vão ver que nossas espécies estão todas sendo urbanizadas. Então, se suprime uma área a gente limita espécies. Então a área 28 A, ela tem que continuar no parque. Ela tem que ser registrada no cartório como campo de murundum, ou seja, essas áreas foram incluídas no parque, mas não foram registradas no cartório. Então nós queremos que nessas áreas que foram propostas sejam incluída a área 28 A, porque a 28 A deve ser recuperada com a proposta da sustentabilidade. Nós estamos no século 21, não queremos mais ali, por que não... uma... uma recuperação dessa área 28 A com nossas dezenas de espécies do Cerrado que estão em extinção. Se você faz uma recuperação, você pode ter ali um Centro Cultural Sustentável. Para que o Circo de Soleil, não seja só ele privilegiado. Mas assim o Orlando Fey, assim o Udi Grudi de Brasília seja também. Um espaço cultural com uma recuperação toda ambiental, com dezenas de jatobás. Eu queria calar agora. (Nilton Reis – O tempo, companheiro). Ali é uma área já com as questões dos jatobás que hoje é a espécie que mais capta dióxido e monóxido de carbono da atmosfera. O jatobá é a mãe do nosso Cerrado e se nós tivéssemos uma conectividade com várias espécies, esse jatobá, ele é hoje defendido no mundo inteiro por nossos pesquisadores da USP, a melhor espécie, que pega da atmosfera monóxido ou carbono com a sua fotossíntese e em estado de dióxido e monóxido, transforme não em um pulmão, ele é o fígado do nosso planeta, ele transfere em água e ar pra nós. (Nilton Reis – Vamos concluir). Então a 28 A tem que ficar com o parque e o restante dos murunduns. Obrigado!

Nilton Reis – Próximo que está inscrito... Marcelo, representante do grupo dos chacareiros.

Marcelo – Pela apresentação aqui, pessoal, pela apresentação aqui, está mais do que claro e nítido, que os chacareiros, não depedram o parque. Porque se tivesse estaria colocado ali seria zoneada as áreas como os chacareiros. As áreas colocadas ali foi a 28 A, foi aquela área ali próxima ao setor de oficina sul. Então tá provando que o chacareiro não faz isso. Eu gostaria de falar com o doutor Roberto Carlos Batista ou doutor Canito. É o seguinte: os chacareiros hoje respondem processo, estão fazendo suas penas ambientais. Aí eu falo, na 28 A, quem acabou com aquela área está respondendo a um processo? Aquela parte lá de cima, está respondendo a um processo? E aí também faço uma pergunta aos ambientalistas, a área 28 A, com a atual tecnologia que nós temos hoje, tem condições de recuperar essa área? Porque



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



estão tirando essa área? A quem interessa retirar essa área... né? Então quer dizer, estão tirando uma área. Porque ali não tem chacareiro. A área está desocupada. Não dá pra se recuperar essa área? Essa é a minha questão que eu pergunto, que fica na minha cabeça. Por que tirar a 28 A? Por que não se recuperar? Assim como o administrador do Guará falou aqui, o Guará respira o verde, então vamos acrescentar mais essas áreas. Acho que tinha que acrescentar não só essas áreas mais outras áreas também que estão aí. E essa é a grande questão. E aqui eu quero enfatizar bem claro, o chacareiro não tá denegrindo o parque. Tanto é que se não tinham mostrado ali, aquelas área estão analisadas no processo. E eu tenho outra proposta a fazer, para se recuperar essa área, viu presidente Nilton Reis, é... as grandes empresárias que estão construindo, JC Gontijo, Dan Hebert, estão construindo do lado aí. (Público – Direcional). Direcionar para recuperar essas áreas. Dinheiro eles tem. E eu acredito como... Meu... Antecessor que falou, essa área 28 A ela é muito importante pro parque sim. E minha proposta é que não se retire ainda essa área do parque, englobaria ela no parque, ela já é do parque, mas que não seja retirada. (Palmas)

Nilton Reis – Gostaria de agradecer e só arrematar que o Marcelo, que acabou de fazer o uso da palavra, é membro da comissão e eu não me lembro de voto contrário durante toda a discussão nossa da poligonal e nem esse registro que deixou pra hoje fazê-lo após a nossa proposta, né Marcelo? Nós fizemos várias reuniões em conjunto e eu não me lembro de você se posicionar tão firmemente com a 28 A. Porém, está registrado, como comunidade, a sua preocupação e na próxima reunião, você faz o uso da palavra conosco lá e a gente tenta construir uma solução dentro da sua proposta.

Marcelo – Eu sou o único membro que representa os chacareiros. Com certeza são treze membros, eu sou um. Então doze membros, com certeza, são membros da comunidade. Eu sou apenas um voto. Com certeza doze é maior que um.

Nilton Reis – É, mas poderia fazer o uso da palavra naquele fórum. É, por favor, Guto.

Guto – É, bom dia. Guto, sou representante também do Fórum e da Sapeia que é uma sociedade de amigos do parque e da nossa reserva. Sou morador do Guará também. Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer que, eu comprimento a mesa em seu nome, dizendo que você não é da comissão, mas você representa o Estado, né. Então assim, tem um peso grande nisso. E a comissão de fato tem trabalhado diuturnamente pra que a gente consiga essa área do parque porque, a meu ver, se não fosse essa luta de muito tempo, nós já teríamos perdido essa área pra imobiliária. Eu quero dizer que a minha sensação é que, campo de murundum e lagoa de... oxidação, é um bode na ação, é um bode. Oh, o parque está inserido parcialmente na Apa do Planalto Central. Nós temos uma lei, ou seja, ninguém vai aqui negar, tecnicamente, que a área de campo de murundum é extremamente sensível e tem uma relevância biológica enorme, não é? Então, eu acho que isso a gente não pode fazer aqui uma mera troca, sabe Nilton? Não dá pra aceitar tirar a 28 A, que vale milhões, milhões, né? E aí a gente nem está falando de compensação ambiental porque, pra mim, playground aqui na área 27 não é compensação ambiental para um parque ecológico, né? E, de certa forma, a gente suprime essa área 28 A e dizer aqui que o parque está ganhando um benefício, vai pra 342 ha, oh, balela isso, balela. Nós vamos considerar todas essas áreas de importância ecológica e fazer a discussão da 28 A, que pelo jeito, pela fala enfática da companheira da Sedhab, não é isso? Parece que já há projetos para essa área. Parece-me, não estou afirmando aqui. É só uma suposição. Parece que o GDF já tem projetos para essas áreas que estão sendo desativadas. Eu não sei, não perguntei isso... é, tecnicamente pra Terracap. Mas, eu acho que nós temos que fazer a discussão aqui da retirada dos chacareiros e, aí, me perdoe Marcelo, no plano de manejo que foi feito pela Gontijo, por ocasião daqueles empreendimentos que valem muito dinheiro, que estão ao lado do Parkshopping, apontou as áreas que estão ocupadas pelos chacareiros como, para recuperação, não é? Então assim, é bobagem dizer que os chacareiros, que são ocupantes irregulares, não impactaram o meio ambiente. É bobagem dizer que nós vamos ganhar com essas duas áreas aqui referidas. E tirar a 28 A, que me parece já ser uma tendência de uma decisão governamental. Agora, tem que ser melhor discutido. Eu quero discutir, de fato, a compensação ambiental pra essas áreas. Ora, tá tudo bem. Tem um gráfico ali que pouquíssima área está registrada. Para isso temos lei. E podemos ir à justiça, sim, discutir a definição da poligonal. Muito obrigado!

Nilton Reis – Obrigado! É nós temos aqui os peritos que querem fazer o uso da palavra e membros da mesa também, porque foram citados já algumas vezes. E... é, aí gente vai muito do sentimento de cada um e, só o termo que não é bom, mas não considerar o aumento da poligonal, pra uns pode ser muito pouco, pra nós, do Ibram, é, vamos dizer



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



assim, não é o mundo que nós queremos..., mas é importante registrar e é importante sim, crescer área e não vejo como balela o crescimento, vejo sim como um avanço ambiental. Então, o entendimento dos técnicos do órgão, do entendimento da Presidência. Agora, podemos discutir porque para um pode ser pouco. O meio ambiente é bonito por causa disso, porque têm muitas visões e, até precauções para uns e prognósticos para outros, mas tem um rito que temos que seguir e, eu acho importante a gente debater com a sociedade e todos falarem o que sentem nesse momento, porém, a gente tem que dizer também o que a gente acha para poder abrir o diálogo. Eu vou passar para os dois citados, primeiro quem tinha pedido a palavra, o próprio Dr. Roberto Carlos, depois o representante da Sedhab também quer fazer o uso da palavra.

Roberto Carlos Batista – Só algumas explicações. No que se refere ao Circo de Soleil, o Ministério Público desenvolve já investigação pra apurar justamente essa obrigação a que se comprometeu a empresa de repassar esses bilhetes para os espetáculos. Obviamente que o representante terá que se explicar se entregou de fato, pra quem entregou e se cumpriu como deveria. O segundo ponto diz respeito à área 28 A que, que... ah... respondendo já a pergunta do Marcelo no que se refere aos processos judiciais em tramite, até esse momento a área 28 A está integrada formalmente dentro da poligonal do Parque do Guará. Significa dizer que, estando dentro da poligonal do Parque do Guará, aquelas infrações que a lei considera como crime dentro da unidade de conservação chamado Parque Ezechias Heringer, ela continua em vigor. Então, não tem como mudar isso uma vez que a questão fundiária ainda não foi resolvida, né? A questão fundiária, ela iniciou-se a ser resolvida a partir da criação da comissão pelo governador a pedido do Ministério Público. É, no que se refere à 28 A ainda, é bom que se afirme que a Promotoria da Ordem Urbanística entrou com ação judicial e obteve uma sentença favorável dizendo que aquela ocupação, pelas características da vocação da área, ou seja, Parque Ezechias Heringer, é irregular. Então, havia uma proposta de mudança, éh, de destinação da área e pelo plano diretor local do Guará, e esta mudança foi rechaçada por uma decisão judicial em vigor. Esta decisão foi também graças à atuação do Ministério Público mais a Promotoria da parte urbanística. Então, até então, não houve nenhum tipo de mudança. Em relação ao Guto, houve sim ganhos. Essa expressão que você usou que é balela, não é balela porque todas as reuniões o Ministério Público esteve presente fiscalizando por não integrar a comissão. E a proposta, isso é uma proposta ainda não foi sacramentada porque demanda inscrição cartorária. A proposta é de aumentar conforme foi exposto aqui. Agora, no que se refere àquele quadrado lá é área da Petrobrás, da Radiobrás, né, que foi dito pelo... terceiro... quarto integrante, eu acho, que para ser incorporado ao parque, ao que nós queríamos, precisa de uma doação por parte da União Federal, que não é uma coisa simples. Isso se buscará fazer mas não demanda exclusivamente vontade dos agente do Distrito Federal e sim do Governo Federal. Então aquela área de revisão porque ali passa a linha do trem ou do metrô? Não dá pra ver. É do metrô. Então aquela é uma linha de servidão, uma área de servidão, mas a proprietária é a Radiobrás. Então ela integra o patrimônio da União Federal. Nós buscaremos o diálogo com a Secretaria do Patrimônio da União pra buscar incorporar essa área, pra não ficar aquela ilha lá dentro do que a gente tá vendo naquele quadrado. Agora não depende exclusivamente do Distrito Federal, depende da boa vontade da União Federal, né? Porque é uma doação e a área é considerável. Dá muito bem pra ver que a área é considerável. Então eram essas as explicações que nós tínhamos a fazer em relação ao trabalho do Ministério Público e em relação a algumas dúvidas suscitadas e a gente se sente à vontade pra falar porque a gente acompanhou essas reuniões como observador.

Nilton Reis – Obrigado doutor Roberto Carlos (palmas). Vou passar rapidamente pra colega da Sedhab pra voltar para os colegas, né, que estão contribuindo com a discussão.

Maria das Graças Medeiros de Oliveira – Eu só queria responder ao senhor Guto que eu fui muito enfática, né? O enfática significa que nós técnicos e a Secretaria também, nós estamos loucos para que essa poligonal do parque seja sim aprovada e registrada. Isso há muito tempo que a gente vem tentando. Agora, quanto a projeto, eu já trabalho na secretaria já tem, não é nesse governo, tem anos, eu nunca ouvi falar em alguém que estivesse fazendo algum plano de ocupação pra área e muito menos um projeto. Eu desconheço. Isso pra mim não existe, tá?

Nilton Reis – Eu queria passar pro próximo que pediu a palavra.

Wellington - Bom dia a todos, bom dia à mesa. Eu venho aqui como cidadão do Guará, empresário do local. Meu nome é Wellington, eu sou proprietário do Chalé da Traíra Sem Espinha e da Boutique da Pizza, da QE 42. Eu venho aqui pra tirar uma dúvida, um esclarecimento. Se os 30 empregos diretos que eu gero no meu quiosque. E é uma empresa com termo de uso de área pública doado pelo Governo do Distrito Federal, com alvará de funcionamento. Éh se a minha



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



empresa é inferior ao Posto Gasol, que há ao meu lado. Então eu queria que o senhor presidente prestasse atenção aqui. O meu quiosque está dentro de um cotovelo, dentro de um retorno, aquela pontinha que o senhor está vendo. Ou seja, o gráfico foi respeitado desde da creche, do batalhão ao posto de gasolina, sendo que... depois do posto de gasolina fez esse triângulo aonde tá pegando a minha área de trabalho. Eu sou completamente a favor do parque. Quem me conhece aqui sabe que eu venho tentando ornamentar, melhorar. Membros aqui da mesa freqüentam, sabem que eu não trago problema algum pro Guará. Se tiver alguma reclamação. Tá aí até nosso administrador, gostaria de saber se tem, que eu desconheço. E levantar essa pauta porque, afinal de contas, o que será das 30 famílias desses funcionários que eu tenho que trabalho comigo. Obrigado!

Nilton Reis – Ok. É na verdade. Obrigado pela fala. Essa consulta pública tem essa fundamentação mesmo, é da gente debater, ver os anseios, também as preocupações. O colega foi orientado. Parece, o que eu fiquei sabendo, na verdade, do seu caso, na chegada aqui conversando com a técnica, analista do Ibram. E ela me relatou do seu caso que taria [sic], nessa pontinha, né? E aí eu falei, olha tudo bem. Eu acho que ela até orientou o senhor de vir hoje, estar aqui presente, né? E fazer o uso da palavra, para registrar isso à comissão. Nós, quanto Instituto. Eu ainda não tive tempo de conversar com ela. Porque eu falo sobre meio ambiente, da relevância desse seu pedaço ali. Mas nós vamos internamente, dentro do Ibram, na próxima reunião ver o que o Ibram pensa da área ambiental e junto com a comissão analisar o seu caso. Tá registrado sua preocupação e, é o que nós podemos fazer para dar uma resposta mais rápida. Lembrando que aqui não é para bater o martelo da poligonal é para ouvir coisas que o órgão ainda não tinha visto. E quando ela inseriu foi por medidas de outros entes do governo que nós podemos debater com esses outros entes do governo essa inserção, né Marina. A gente foi demandado, além da questão, né, nós fomos demandados à inserir essa área e vamos negociar também com nossos colegas de governo essa área e vamos dar uma resposta para o senhor e demais membros da sociedade aqui, ta? Próximo inscrito... O Cidrônio, gente, eu vou deixar o colega falar primeiro, logo depois, como o Cidrônio não está aqui para se inscrever eu vou pedir só nesse caso, necessário fazer o uso da palavra... O Cidrônio? Então logo depois daqui, faz o uso da palavra.

Glênio – Muito bom dia! Meu nome é Glênio. Sou morador recente aqui do Guará também. Nos instalamos ali no bairro novo, relativamente novo que é o Park Sul. São aqueles blocos brancos que estão sendo construídos perto do Park Shopping. Então estou representando 250 famílias do Ilhas Maurício, mais 1150 famílias do Living e mais 650 famílias do Park Sul. Então, é uma população que tá chegando ao bairro, são recém chegados ao bairro do Guará, estão na jurisdição do Guará e têm total interesse de conservar e lutar pelas causas do parque também, né? Eu faço um alerta a população do Guará, o seguinte: que não é só necessário defender o parque do Guará, como também o seu entorno, porque o planejamento, o estudo que nós tivemos acesso na Caesb, serão 20 mil pessoas que se instalarão nas adjacências do parque em, até 2016, com uma projeção a 2050, 2040, de 136 mil pessoas morando naquele setor SMAS, SG..., é... Setor de Garagens, Concessionárias e Veículos. Então, população do Guará, nós alertamos, nós estamos diante de um adensamento demográfico muito grande e nós vemos com perigo, certo, a colocação de áreas que hoje são tidas como irre recuperáveis, do lado de fora. É queria dizer ao senhor presidente que... Parabenizar pelo trabalho da comissão, pelas autoridades representadas aqui, mas nós entendemos que, no tocante a área 28A – já tive acesso ao documento –, não há informações suficientes, talvez ela esteja ainda no âmbito técnico, para justificar a retirada dessa área. E pedir um apelo à população em relação a área da Radiobrás, que existe hoje mecanismos sociais para que nós exerçamos pressão junto ao Governo Federal para que seja anexada essa área ao parque, entendeu! Porque realmente é uma facada no meio do parque aquela área pública que é um terreno federal. Nós temos certeza que em cooperação com o Ministério Público do Distrito Federal e com a pressão da população, nós conseguiremos fazer pressão junto ao Governo Federal para anexar essa área. E gostaria agora de colocar uma pergunta à comissão com relação ao planejamento de longo prazo, porque eu acredito que a decisão com relação ao polígono do Parque do Guará, ele é uma decisão para 20, 30 anos. Não é pra nós, são para nossos filhos e nossos netos, né? E é preciso haver uma consciência hoje de sustentabilidade, de nós fazermos política ambiental não pra nós, para os nossos filhos, né? É preciso raciocinar, termos mais empatia com aqueles que nos seguem. Então vamos fazer um apelo à população aqui, pra considerar outros planejamentos do governo, quais sejam. Por exemplo, a interbairros, que é uma coisa que estava no planejamento do governo anterior, nesse governo talvez tenha sido deixado de lado. Mas é uma via que vai ligar Samambaia, Ceilândia é, Águas Claras, passando por dentro do parque. A comissão chegou a realmente considerar aspectos da travessia da pista interbairros por dentro desse bairro. Fazer esse planejamento porque também é investimento de grande vulto, tinha até financiamento no exterior que foi deixado de lado para subsidiar



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



esse projeto. Não sabemos qual é o status da interbairros que vai trazer um fluxo de veículos por dentro do Parque do Guará. Entendo que, se for oficializado esse polígono, o projeto da interbairros vai ser colocado de lado. Particularmente pros moradores, do ponto de vista urbanístico, é um prejuízo, do ponto de vista ambiental é um grande lucro, tá? Então, gostaria de deixar essa pergunta e parabéns pelo trabalho da comissão e obrigado pela oportunidade!

Nilton Reis – Obrigado, éh. O senhor, gostei da questão, que ela realmente é uma questão problemática nessa interbairros, tudo, mas a gente fez nossos estudos, talvez socializar melhor a questão da 28 também. A gente sabe que a 28 A além de ser, vamos dizer assim, ela dentro dessa poligonal né, ela ser, digamos assim, das áreas a menos ambientalmente né, indicada hoje, se fosse se fazer né, apenas uma troca, vamos dizer, um momento, mas alguma perda para o parque, né, de uma nova poligonal ela era mas a gente viu que poderia realmente incorporar. Teve outras visões também ambientais a cima dela, porém, também tem que pensar que essa ampliação, mas aí nós da comissão, debruçou também sobre o assunto, que a gente vê que aí é um jogo de construção governamental também como Go verno do Distrito Federal. É evidente que a sociedade tinha uma discussão um dia, lá dentro do Ibram, quando nós entramos, que eu não sei se vocês acompanharam, mas como vocês são pessoas que acompanham né essa questão do parque, da unidade de conservação, era o Olhos D'Água. O Ministério Público nos provocou, nós chegamos e existia lá no Parque Olhos D'Água aquela área superior onde a Terracap já havia até vendido para um empresário aquela área, né? E a gente quando chegou, tinha uma discussão e aqueles que queriam que aquela área permanecesse sem ser parque, que não era, não constava na poligonal, alegavam que lá não tinha nenhuma nascente e outros que queriam a incorporação alegavam que ali tinha nascente e o que a gente fez pra assessorar o governador? Governador, se tem ou não tem, vamos incorporar? E o governador assinou um decreto de incorporação daquela área. Então tudo vai, além da parceria dos órgãos de governo de pensar coletivamente, também tem da sociedade que o que você falou, também é importante, dessa questão dos instrumentos que a sociedade tem hoje né que antes não tinha né, vamos dizer você ia buscar assinaturas na rua pra poder entregar no órgão ambiental ou entregar no SPU pra pedir a questão da Radiobrás. Hoje não, hoje você consegue mobilizar a gente sem né, de uma forma, com uma boa explanação, pessoas aderirem ao projeto. Então cabe a sociedade também né fazer essa mobilização. E eu digo que o Ibram já sinalizou que é necessário, o Ministério Público, o doutor Roberto Carlos está me provocando aqui que precisa marcar uma reunião com urgência que vai provocar isso pra gente fazer o mais rápido possível. O SPU para pode tratar desse assunto. Sabemos que do lado do SPU também há uma vontade com a questão ambiental do Distrito Federal. Toda vez que a gente recorre, também consegue construir soluções. E aí pra sociedade ajudar melhor fica para dar celeridade. Cotidianamente, nós temos um cronograma nosso, interno de regularização dessa área que a comissão vê, ele tá um pouco atrasado, mas não é coisa muito grande, mas tem um atraso. A vontade nossa é dar mais celeridade no cronograma e várias ações têm que certas, e a retirada dos chacareiros e depois da retirada dos chacareiros tem todo o que vamos fazer com aquela área. Tem casas que vão ficar pra fazer a educação ambiental ou pra ter para uso da própria comunidade, como escoteiros, ONG's que poderiam ser parceiras do parque. Tem outras áreas que vão ter que ser recuperadas, né. Temos áreas, né: Então, toda essa parte também tá dentro de um escopo nosso de projeto, mas não adianta não conseguir fazer o básico que é a poligonal e a retirada de quem está lá dentro de forma pacífica. Esse é o objeto emergencial e esse emergencial tem 30 anos. Então, 40, nem sei qual o prazo que nós temos, né, desse emergencial. Então nós estamos tentando fazer e juntando todas as opiniões, mas, vamos dizer assim, não é fácil, mas nós vamos conseguir. Tá bom, então vou passar para o Cidrônio.

Sidrônio – Bom dia a todos. É o seguinte, primeiro eu queria falar para o Wellington que a comissão aprovou, a poligonal, foi discutida lá, e não inclui o empreendimento dele. Mas uma coisa que me deixa assustado, éh, nós discutimos a questão da poligonal aqui, não discutimos, demos sugestões nessa audiência informativa, vou enfatizar isso novamente. Informativa. Agora, o que nos deixa em alerta sempre é que a Administração do Guará está concedendo licenças para pessoas se instalem dentro do parque. Uma das provas mais recentes é justamente uma área contígua a área da Radiobrás, onde tem o cercado de latão e onde foi construído uma casa de alvenaria. Tá novinho lá. Vocês podem ir lá. Outra coisa também que dentro dessa poligonal, inclusive já alertei o... Carlinhos a respeito, você me permite te chamar de Carlinhos, né? São áreas de transbordos de lixo que estão sendo invadidos ali pelo parque, atrás do posto da... Petrobrás, ali é um. Ali ao lado desse múltiplas funções aqui é outro. Então, nós estamos lutando, sim, até contra o próprio governo, vamos dizer assim. Ele representa o governo. E nós queremos dar um basta nisso, dar um basta nisso. Com relação, Marcelo, a essa proposta que você fez aqui e o doutor Roberto Carlos já se pronunciou, não é um contra dois, contra três não. É o seguinte Marcelo, é aqueles que têm a legalidade, cumprimento da lei, e aqueles que descumprem a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



lei. Pode ter voto vencido, mas demandas lá. Mesmo esse voto vencido que foi por você propalado na própria comissão quando diz claramente, e consta em ata da reunião, que é interesse dos chacareiros se retirarem do parque. Era essas considerações aí, o resto já foi falado (palmas).

Nilton Reis – Vamos ao debate. Quando é citado tem que fazer o uso da palavra. Deixa eu passar para o administrador.

Carlos Nogueira – O Cidrônio colocou duas colocações. Primeiro que atrás do posto tem realmente uma área de transbordo que ao longo dos anos foi dado para o SLU, que é o órgão competente para fazer a coleta dos lixo. Nós acabamos com a da 18 que também não tinha, tinha mais de 30 anos. Então nós temos hoje duas áreas de transbordo que é essa na QE 09 e essa que fica realmente ali atrás do posto, aonde você citou. Desconheço essa residência, depois você me passa a informação que a administração não tem nenhuma... área de ... até porque eu posso dar, quem dá essas licenças não é só a administração mas a própria Procuradoria das Cidades. Então eu gostaria de saber dessa residência, dessa casa que está colocada lá para que possamos tomar as providências e saber que residência é essa, que atividade está exercendo lá. Agora com relação a área de transbordo, Cidrônio, justamente nós não temos área de transbordos dentro da cidade, temos só essas duas né, e tem uma lá na 38 próximo das casas do servidor que na verdade não é uma área de transbordo. Estão se colocando lá porque não tem como buscar. Então pelo menos fazemos as coletas nessa área de transbordo que provavelmente com a construção da cidade do servidor ela vai ser eliminada também. Mas essa lá realmente não existe. Muito Obrigada!

Nilton Reis – vamos passar para o próximo, a fazer o uso da palavra. Jeferson!

Jeferson – Bom dia comunidade, bom dia mesa. Meu nome é Jeferson Maxmil sou membro do Fórum, faço parte da Comissão também que tá trabalhando né, tá traçando a poligonal porque ainda vai ter muito trabalho. Agora eu tenho algumas indagações, alguns questionamentos sobre o nosso parque, né. Porque a gente tem que pensar no todo, porque se for pensar só no local vai dar problema porque o nosso parque ecológico se vocês analisarem no mapa a gente tá cercado. Tem é esses novos vizinhos aí nossos do Guará, a gente recebe com o maior carinho, vocês não tem culpa de nada, mas infelizmente aquele grande, aqueles grandes empreendimentos lá, ele tá fazendo que o parque fique talvez uma panela de pressão, vamos colocar um termo mais fácil, um termo didático. Se vocês analisarem tem esses cantos novos aqui, tem a cidade do Guará e a nossa preocupação o tal de Centro Metropolitano também que vai tá ali, beirando ali o nosso parque ali na periferia do parque ecológico ali. E a nossa grande preocupação é a tal da área 28 né? Vocês sabem que a área 28 A é uma área que faz um limite muito importante. Se você construir prédios ali acabou, virou uma panela de pressão. Alguns possam, se não sabem, o Guará, ele é o que, um santuário ecológico. Os pássaros que saem lá de cima do santuário ecológico da Bacia do Paraná, no sul do nosso país, eles precisam de áreas pra descanso quando eles estão voando e algumas espécies utilizam nosso Parque Ecológico do Guará. E talvez aquela área da 28 A é uma área que eles passam ali. Porque ali é a área entendeu, que eles vão passar. Imagina se fizer grandes empreendimentos ali, como é que vai ficar. A área teve uma ação do homem muito grande lá, com certeza a área está bastante degradada. Mas a gente pode pensar em outras coisas pra lá, não em edifícios, entendeu? Isso aí é pro pessoal da Sedhab aí pra levar isso pra nós também, o Guará tá preocupado. Se vocês analisarem o mapa virou uma ilha, o Parque Ecológico do Guará é uma panela de pressão. Então isso faz com que o, a ecologia, que o meio ambiente vai perder muito com isso aí, entendeu. Porque se não tem é uma qualidade de ar pros animais, pra flora, pra fauna, fica bastante comprometido o parque. Então a gente tem que pensar no todo quando se fala Parque Ecológico do Guará, a gente não tem que se pensar só em determinadas áreas. Alguma área, como a área de transbordo, aquela área da QE 09 é crime gente, tá do lado da Rebio, tem que tirar aquele transbordo de lá, administrador. O senhor tem que tomar uma atitude e tirar de lá e tentar arrumar uma outra área (Palmas). Oh, talvez aquela área ali, se jogar lixo lá, vai dar rato, dá outros animais, então é uma área que tem que ser tirada. Bota, é difícil de arrumar gente, mas tem que tirar porque é uma área que possa afetar o parque. Então a gente tem que pensar num todo. A gente tem que esquecer só no Parque Ecológico do Guará, só aquele pedacinho, só aquele miolo. Porque não vai ser pulmão não gente. Como vai ser pulmão se ele não vai ter condições de tá passando ventos ali pra tá tendo uma composição do meio ambiente correta. Então a gente tem que pensar num todo, a preocupação é muito grande, entendeu? É claro que a Comissão tá fazendo um trabalho, uma discussão. A gente participou lá, né doutor, com o pessoal aí. Agora a gente tem também um questionamento para a Administração do Guará. A gente participou um ano dessa Comissão, gente, é uma discussão, é cansativo. A Administração do Guará, senhor administrador, o senhor mesmo sabe está em falta,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



né? Se foi, foram uma ou duas vezes lá. O senhor teve uma vez presente lá. Eu acho que tem que dar mais, tem que dar mais ênfase a Administração do Guará, ela tem que tá mais presente na Comissão porque é muito importante discutir o meio ambiente (palmas). Isso é muito importante para a comunidade do Guará. Então são alguns questionamentos que tá comentando, entendeu? É, se você fala dos moradores irregulares, é claro que eles estão lá, mas eu acho que eles falam que querem sair, mas parece que não querem, gente. Tem o André, que na justiça tem várias enxurradas deles na justiça. Aqui os veículos de comunicação do Guará mesmo até já sofreram penalidades por isso aí porque tem um jornal aqui do Guará que fez um, que tem uma parceria com o Fórum, tem uma parceria com a comunidade, ele tá lançando alguns informativos sobre o que está acontecendo e algumas pessoas que estão ocupando irregularmente estão processando o jornal porque o jornal tá divulgando algo sobre o meio ambiente. Então tem que pensar né, tem que pensar no todo e esse é meu recado, vamos analisar direitinho pra que o parque só fique na conversa gente. Porque vai traçar a poligonal, mas vai acertar o parque e um monte de prédio e aí, como é que vai ficar? Então a área 28 A tem que ser repensada (palmas).

Nilton Reis – Obrigado Jeferson. Eu vou passar rapidamente para o administrador que foi citado e já pode ir se deslocando o próximo colega. E que horas nós já temos aqui só pra. É, pela teoria estaríamos a 20 minutos do término da nossa reunião, porém vamos acelerar pra ver se conseguimos ouvir a todos e registrar na Comissão. Porque hoje é mais pra ouvir e menos pra falar, né?

Carlos Nogueira – Viu Jeferson. Primeiro que nós temos sempre, na Comissão tem constado sempre o nome de um servidor. Segundo, todas as vezes que me chamam me faço presente. Duas ou três vezes. Quero inclusive dizer aqui pra todos vocês, nessa reunião, eu quero que conste em ata, que eu gostaria que fizesse, que eu participasse de todas a partir desse momento. Apesar de já ter ido em umas três. Passar a ir junto com o servidor porque eu não tenho que tomar conta só de um parque, eu tenho toda uma cidade pra tomar conta dela. (palmas) Então faço isso com muito amor, com muita determinação juntamente com toda a minha equipe. Mas, eu gostaria de estar participando... eu, além do funcionário, do servidor que está nomeado pra fazer parte da Comissão, eu gostaria de a partir desse momento de ser provocado para que possa participar junto com o meu servidor que faz parte aqui que é o Miguel. Muito obrigado. Eu gostaria só de ratificar isso porque eu amo o parque, eu estou aqui no Guará desde 1969. Então eu sou pioneiro, talvez vocês não eram nem nascidos quando eu já estava na cidade trabalhando. Muito obrigado.

Nilton Reis – O outro inscrito pra fazer o uso da palavra. Thiago nós temos quantos inscritos só pra gente se... 9, mais 9 gente, então vamos fazer o seguinte, vamos acabar, encerrar as inscrições pelo adiantar da hora e qualquer, vamos dizer assim, fala extra que tiver a gente pensa em colocar mais um ou dois mas. (Platéia: A moça aqui quer falar.) Mas ela não está inscrita? Ela está inscrita. Não, ela tá contemplada, ela vai falar. A partir de agora está encerrado pra gente poder dar encaminhamento. Tem problema não, tá. O senhor pode fazer o uso da palavra.

Antonio Senna - Obrigado. Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Antonio Senna, do Conselho de Segurança do Guará e também membro do Fórum em defesa do parque. Nós temos duas discussões básicas aqui nesse momento, é a questão da área 28 A e a questão dos moradores que estão dentro do parque. A questão da 28 A, o Dr. Roberto Carlos, no transcorrer dessa consulta pública, ele fez um comentário, eu acho que foi uma explicação muito bem dada com relação a questão judicial do que está ocorrendo na 28 A. Então aquela área está sub-júdice. Ela, de qualquer maneira hoje, ela está fazendo parte da poligonal do parque. Poligonal essa que vai e vem, cada hora muda, uma hora tira, outra hora acrescenta. E precisa ter uma definição, nós queremos a regularização do parque. A questão da poligonal, ela tem que ser definida o

E precisa ter uma definição, nós queremos a regularização do parque. A questão da poligonal, ela tem que ser definida o
questão de um projeto amplo de ver realmente que uma unidade pode usurpar dos benefícios daquela área. A questão dos
moradores ela se resume apenas só em uma ação, é a retirada. É uma área pública, uma área de toda comunidade do
Guará, não uma área pra poucos e eles não podem ter esse benefício até porque a degradação, eu vou ser obrigado a
discordar do Marcelo, existe sim. Quando você está lá dentro da área, você precisa fazer fossa séptica, você altera o meio
ambiente, degrada com certeza. A 28 A especificamente, ela tem um problema muito sério que é, a gente tá notando que a
Terracap está fazendo um jogo de empurra-empurra, tentando segurar aquela área até pelo seu poder econômico. Aquela
área é muito cara. A Terracap não vai abrir mão daquela área, seria até interessante ela ter um representante pra se
manifestar a respeito. O que é que eles estão pretendendo fazer, se realmente serão edifícios, se serão Centro Cultural ou
regularizar aquele parque. Então nós temos que ter esse cuidado, mas é uma área totalmente degradada. A questão de uma



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



facilidade da gente ter de fato uma poligonal definida ela precisa ter uma discussão dentro dessa Comissão. Eu acho que essa Comissão já de um ano, apesar que a regularização, está tentando se regularizar a mais de 30 anos, essa Comissão é nova. Eu acho que essa Comissão poderia avançar mais nas suas propostas, ainda está um pouco tímida com relação às definições. E eu gostaria até de fazer 'um desabafo aqui com relação a Sedhab, que nós tivemos uma reunião lá no Centro... na Confederação Nacional da Indústria e houve uma questão da poligonal do Guará. Essa poligonal foi definida lá e o próprio Sedhab fez a alteração dela depois dessa consulta, depois dessa aprovação e a área específica é o Condomínio do Jôquei Clube. Então e pra ficar claro também que a gente tem essa informação que não é questão de que eles estão atendendo a tudo não, eles estão atendendo dependendo da sua conveniência. Então nós precisamos ter o cuidado e continuar com esse trabalho da Comissão e tentar forçar uma situação mais favorável e o mais rápido possível pra que a gente tenha a definição mesmo daquela 28 A, se vai ser realmente parte da poligonal do parque ou se é interessante a gente ter o restante toda ela aprovada num tempo muito curto ou ficar brigando, inclusive uma briga judicial. Se essa briga judicial não for resolvida nunca teremos essa regularização do parque. Então, eu acho que é isso que eu queria dizer e muito obrigado.

Nilton Reis – Parabéns. Vamos chamar o próximo e dizer que o sentimento passado pelo colega que acabou de fazer o uso da palavra, dentro da Comissão eu falei muito nessa linha que a gente tenha um objetivo a ser alcançado. Quanto aos chacareiros o senhor, a única a sim discordância é a questão dos chacareiros por que, a da 28 eu concordo que é uma forma da gente acelerar aquele objetivo nosso da poligonal. Agora, a questão dos chacareiros eu já até na Comissão também, como estratégia, a gente sabe que o direito um dia vai dar pra nós, nós vamos vencer o processo, mas ele pode demorar 10, 15, 20 anos e o órgão ambiental entende que se conseguirmos construir um termo pra desjudicializar os processos e entregando aos chacareiros alguma benesse para que ela saia daquele espaço o meio ambiente ganha. Então, é evidente que é um direito líquido e certo que ele não tem direito, isso a gente tem essa consciência, né e não tem problema nenhum, estamos em consenso. Só como estratégia eu acho que a gente poderia e é o que a Comissão vem tentando fazer um termo entre nós, governo, e os chacareiros de retirada deles e de forma célere pra gente resolver o problema. Porque a gente sabe que se for esperar acontecer na justiça eles podem ir prorrogando isso via judiciário e o senhor sabe que nós podemos demorar isso, eu e o senhor nem chegar a ver isso resolvido. Então se nós precisamos daquela área, nós temos que fazer de qualquer, juntar esforços pra resolver a questão, como uma das estratégias seria essa da gente tentar, vamos dizer assim, assinar um termo com os chacareiros de retirada imediata. Porque se deixar judicializar aí realmente, continuar do jeito que está entra com 10, 15 vezes com várias ações (**Público: 30**) 30 vezes? É 30 anos já temos né de luta, mas pode vir mais... aí então, quer dizer, precisaria de uma proposta de... muitos anos podem durar essa briga. Então a gente precisaria de uma proposta que conseguisse fazer de forma pacífica e célere, que pro órgão ambiental a coisa mais importante é a celeridade na resolução do problema, né. Então é pra gente ver que como poderiam se empenhar os outros órgãos do governo também nessa proposta aos chacareiros, né, para que eu conseguisse junto com o Ministério Público fazer um documento robusto, que eles saíssem de lá e tirassem da justiça todas as ações. Evidente que não vamos conseguir todos de uma vez só, mas cada um que sai enfraquece no judiciário esse posicionamento e enfraquece a sua permanência. Então é isso que a gente tá buscando e é isso que estamos tentando construir o mais rápido possível, mas passa também pela regularização como o Clessius falou que não é só a poligonal, tem que ter um documento amarrando, mas a nossa Comissão vai se debruçar na próxima semana e vamos ver de que forma ou adéqua o nosso cronograma que tinha sido pré agendado, com essas preocupações dessa reunião de hoje e vamos né? A comissão vai deliberar em cima de tudo que foi falado hoje. Ver o que conveniente e o que ela entende que pode não ser. Isso que eu tenho a falar aos senhor. E quanto a Terracap lembrando eu posso até passar a palavra, tem dois membros da Terracap aqui que estão na reunião as pessoas que acabou achando que eles não estão presentes, mas fizeram o uso da palavra no início, mas eles estão aqui presente. E aí eu passo para que eles tenham...

Terracap – Éh, desculpa eu não ter apresentado antes, mas nós estamos representando o corpo técnico da Terracap. Éh, estou presente em todas as reuniões da comissão. E é só apenas ratificando a informação do Nilton, a Terracap é uma empresa imobiliária. Ela vive disso, o intere.. a área dela. Eu não tenho informações mais detalhadas sobre o empreendimento, mas com certeza ela vai usar para fazer algum empreendimento sim. Não sei os detalhes. Mas esse objetivo cabe a 28A. Então, a Terracap vai no consenso da poligonal do parque, ela abriu mão de ou..., abriu mão, que foi discutido anteriormente que não abriu mão, enfim, mas a área foi ampliada em função da área 28 A. Esse é acordo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



da Terracap.

Nilton – O próximo colega que está inscrito? Pronto, a colega.

Eliene - Bom dia a todos, bom dia. Eu sou moradora da área 28. Meu nome é Eliene. E faz quatro anos que eu estudo aqui essa área do Guará. Porque quando a gente vai falar de uma coisa a gente tem que estudar, certo? Tem quatro anos que faço estudo sobre essa bananal e sobre essa área do Guará, certo? Os registros cartoriais estão todos errados! Essa área, eu não sei se os senhores sabem no cartório do 1º Ofício, ela era uma área. Quando foi para o do 4º Ofício, ela foi desmembrada ela foi para outra área. Então, quer dizer, tem que criar uma ação pra se mover para ver saber aonde essa área e se ela já foi usada. Primeira parte. Segundo, no processo de vocês do Ibram, vocês já estão tirando o centro metropolitano. E a comissão só decidiu parte. E vocês já estão, dentro do processo de vocês, dentro do processo deles já está o centro metropolitano decidido. Entendeu? E o que acontece? Em 2005, entra o centro metropolitano, localidade da Caesb, já é 20 mil pessoas. Imagina agora, né? No processo de vocês também já tem definido a área comercial, tudo, e o centro metropolitano. Então, eu acredito que essa comissão, principalmente, a gente incomoda, os chacareiros? Eu queria que vocês os chacareiros e visse só são pessoas idosas que estão ali. Eles estão lá desde 1960, da década de 60, 67, mais ou menos. Essas pessoas já tem costumes, já tem costumes lá. Já criaram os filhos, já criaram os netos. Então, nossos não somos invasores. É tanto que lá na nossa conta de luz, não tem invasores, tem chacareiros. Há muito tempo. Certo? (borburinhos da platéia) Aí o que, que acontece? É, agora, não existe chacareiros não. As pessoas vem agora por que? (Platéia: negativo.) Porque? Não! Agora é área de milhões.

(intervenção do Nilton – vamos respeitar a palavra, mesmo sem concordar e depois a gente abre pra poder fazer uso).

Eliene - A área agora vale milhões. É tanto que estão construindo vários prédios ao redor. Todo luxo! Todo luxo porque nós não vamos conseguir morar ali naqueles prédios. Vamos? Não vamos. Só quem tem dinheiro, não é verdade? E se, sabe-se lá quanto de coisa que eles vão aumentar. Porque tem uma partezinha aqui que tá riscada, já, aumentando, dentro do processo deles aqui, do Ibram. Que já tá uma linhazinha aqui traçada fora da 28 A, pra dentro do parque também, certo? Quem quiser ver depois, eu mostro. É, e só vão aumentar, só vão aumentar. Isso é ilusão, de quem achar que é fácil. Outra coisa, nos Estados Unidos ninguém retira ninguém na área ambiental. Você educa as pessoas e coloca elas pra aprender a conviver com o meio ambiente. O Governo Federal investe. Pega, paga, as prefeituras pagam as pessoas para não fazer a degradação, para conservação [sic], entendeu? Então Brasília está retrógrada, em tudo! Tanto o Ministério Público quanto os juízes, quanto todo mundo! Tá retrógrada, não tá crescendo. Porque não se retira as pessoas do local, se ensina, se educa. E isso que teria que ter sido feito. Por quê? Estão lá há quanto anos? Quanto tempo elas estão lá? Já deveria ter educação ambiental há muito tempo para essas pessoas. Que isso? Ali na..., na Águas Claras tem chácara pra todo lado. Ninguém pode tirar ali. Vai ficar lá! Mas daqui a um tempo quando vai valer milhões também, aí começa, são invasores também. Não é? (Nilton – para concluir) Para concluir, o que, que acontece: os registros cartoriais estão todos errados, essa comissão só é pra regularizar esses registros que estão errados, entendeu? Essa comissão é só um disfarce! Só um disfarce pra que? Pra fazer prédios e trazer mais pessoas e pessoas pro Guará. Essa que é a grande verdade. (Palmas)

Nilton – Quanto à equipe Ibram eu peço que a senhora entre com o documento alertando ao Ibram sobre esse posicionamento. Na verdade não! À nossa comissão, sobre o posicionamento da senhora. Outra coisa que gostaria de falar aos colegas hoje que são, parte chacareiros, o Instituto Brasília Ambiental ele não se pauta... vamos dizer assim... é pautado por uma coisa chamada lei e na lei não temos como hoje, eu não sei a lei americana e de outros países, mas a nossa diz que Unidade de Conservação tem que ter servidor e visitantes. Então, fica impossível regularizar dessa forma porque não teve os instrumentos. O Estado só consegue fazer as coisas quando se tem o instrumento pra fazer. Qual é a proposta? A proposta é: a gente com os chacareiros construir uma solução de retirada pacífica. E esse é o objetivo da consulta. A gente sabe que tem conflito. Quando a gente começou essa reunião falamos exatamente que aqui tinha muitos interesses envolvidos. Não falamos que estava fácil, falamos que estávamos procurando uma solução de forma pacífica. Então é dessa forma que nós temos que trabalhar e é dessa forma que nós vamos conduzir e nossos estudos apresentam uma saída pra, bem como o membro, representante de vocês na comissão sabem, vai haver uma proposta governamental para todos os chacareiros e tentar resolver de forma pacífica porque sabemos que estamos lidando com brasilienses, são



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



peçoas, são colegas, então... agora a lei não permite ficar. Então, também não adianta querer fazer o que a lei não deixa, porque aí nós vamos tá agindo fora a lei e isso não existe, como fazer como gestor público. Agora, se tiver outra oportunidade, eu peço ao Klecius fazer rapidamente o uso da palavra, porque é o direito (manifestação de pessoa da platéia)... é porque ele foi citado, mas o senhor tava inscrito, para fazer o uso? (manifestação de pessoa da platéia). Mas isso fica pra próxima semana, então, bora [sic] Klecius...

Klecius – Eu me sinto na obrigação de falar em nome da comissão! A senhora vem aqui dizer o que não conhece! Primeiro dizer que a comissão tinha que ser responsável só pela parte... (reclamação da chacareira Eliene) Eu estou com a palavra agora e ouvi à senhora caladinho. Ouvi à senhora caladinho.

(intervenção do Nilton – vamos manter... não é debate... bem lembrado, vamos fazer silêncio. Vamos respeitar a palavra e vamos ter cuidado).

Klecius – Então ela disse aqui que a comissão... (reclamação da chacareira Eliene)

(intervenção do Nilton – ele está no uso da palavra)

Klecius – ...Estava somente responsável pela regularização! Não! A comissão, o artigo 3º fala da retirada dos ocupantes do parque. Então não somos isso, certo? Segundo: foi dito aqui que... (manifestação na platéia) o parque

(intervenção do Nilton – Gente, gente olha! Vamos respeitar! Eu vou dar a Klecius só mais dois minutos, só pra concluir a palavra) (reclamação da platéia)

Klecius – ...Não, não, eu vou falar sim! Porque estamos aqui, somente agora... nós estamos aqui, se vocês querem saber, essa luta do parque, de vários aqui do Guará começou desde 80! Tivemos aí reuniões no parque. (reclamação da platéia)

Intervenção do Nilton – Vamos, vamos... Gente! Ô Clessius! Clessius! Só pra dar continuidade. Vamos, questão de ordem. Pra concluir Clessius, pra gente poder dar prosseguimento (reclamação da platéia) Companheiro, vamos só respeitar...

Klecius – Essa luta nossa é desde 80. Tem colegas que recebeu até tiro dos chacareiros lá em 94 e eu tava junto. Então é isso... (reclamação da platéia). Essa luta é há muito tempo a luta dos moradores do Guará, não é luta do parque não, só porque o parque vale não. A luta pelo ambiente! E essa luta vem de muito tempo. Eu gostaria de saber se os chacareiros que estão dizendo que estão morando lá, como essa senhora, se ela é simplesmente chacareira ou se ela tem outra construção? (reclamação da platéia)

Intervenção do Nilton – Olha, nós já estamos levando pra outro lado. Encerrado, encerrado! Klecius!... Vamos fazer o seguinte: eu sei que todo mundo, como eu falei, têm muitas pessoas com interesses e interesses. Agora, é vamos tentar manter a ordem e o respeito pelos demais colegas até quando a gente não concorde em nada do que o colega colocou, porque como são interesses diferentes, visões diferentes, fica aqui - facilitando como comissão - que a colega que fez o uso da palavra, que antecedeu agora, que ela entre com um documento para a comissão. A comissão vai analisar e ver o que é justo. Mas eu quero só botar para os nossos chacareiros, os colegas que estão hoje nessa reunião, que o Governo do Distrito Federal está tentando buscar uma solução pacífica pra isso e é a forma como vamos tentar conduzir. Então, nós sabemos que existe pressão, existe até pressão daqueles que querem que a comissão não dê em nada, pra futuramente a gente poder parcelar todo o parque, né? Existe! Tem muita gente que tem interesse que a gente se bata entre nós e nada saia. Qual é a nossa missão? Fazer que saia! É uma solução dessa comissão! Então é isso que vamos fazer. Quanto mais a gente se agredir, quanto mais a gente não conseguir se reunir, alguém vai tá lucrando com isso e fomentando por trás disso pra que não dê certo. Então a gente tem que ter coisas concretas. Apresentar coisas em documento. Bota o documento. Nós vamos pegar e vamos apresentar quantas razões forem o caso ou acatar coisas que... (fala de pessoa da platéia) Ok! Ótimo! Então, é vamos dizer assim, faz parte da democracia. Vamos lá, o próximo inscrito! Jair, senhor Jair!

Jair – Senhores, bom dia! Eu cumprimento a mesa, a todos os presentes! Eu gostaria de colocar algumas coisas, não que eu seja contra alguma coisa, acho que nós temos o direito de diálogo, temos que respeitar, sim, a opinião de cada um de nós aqui. Tem que ter intervenção e atenção mútua entre os componentes aqui. Isso é obrigação nossa para que nós



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



podemos [sic] ter um diálogo de alto nível aqui. (Palmas) E outra coisa, nós que estamos no parque há muito tempo, foi perguntado aqui: o que vocês fazem? Nós não podemos ficar parado no tempo, nós temos o direito de estudar e progredir e ter outros empregos também! (Palmas) Então temos outras atividades, temos que pagar as nossas contas. Segunda coisa: há tempos atrás, quando começou a Estrutural, essa região que nós chacareiros estamos lá foi invadida por várias vezes. Só não foi formada outra Estrutural porque nós chacareiros (Palmas) Impedimos essa invasão! O Administrador do Guará, na época, era o Cláudio Monteiro e nós fomos conversar pessoalmente com ele e pedimos apoio, que pudéssemos confrontar o pessoal que estava invadindo. Eu fui ameaçado por três vezes por impedir que ali fosse invadido. Então nós temos, sim, uma história de proteção ao parque. Nós queríamos sim que os governos anteriores, e que o professor Ênio, por várias vezes, de uma forma violenta, desrespeitosa pensou tirar vários de nós lá. E todos somos testemunhas disso. Nós queremos sim um diálogo, Nós queremos sim, uma forma pacífica e respeitosa sermos tratados como tal e que possamos juntos construir alguma coisa. Isso sim é uma forma descende de resolver os problemas que lá estão. Nenhum chacareiro é favorável a degradação de nada. Nós queremos sim ser tratados com o respeito devido e não da forma como até hoje foi conduzido. Isso eu gostaria de deixar bem claro. Eu acho que a colega lá falou e falou com muita propriedade que nós não estamos lá há dois, três quatro anos não! Nós estamos há mais de 20 anos. Começamos do nada. Eu, em particularmente, estudei sim, corri atrás, me formei, tá certo? Porque eu acho que nós temos essa obrigação como cidadãos. Então, não me venha aqui colocar de que porque eu tenho outra atividade, eu sou invasor. Eu não aceito! E isso é, acima de tudo, um desrespeito por quem procurou progredir na vida. (Palmas) ...Agora nós devemos sim, de uma forma pacífica, eu tenho certeza, pacífica, ordeira, e respeitosa, eu tenho certeza que todos os chacareiros estão se dispondo a negociar, mas que seja dessa forma. MUITÍSSIMO obrigada! Me desculpa se me demorei. (Palmas)

Nilton – Vamos passar ao próximo, mas eu queria falar a todos os colegas e lembrar que, até nos termos que tento usar todo o momento dentro da nossa comissão é preocupado exatamente com isso que o senhor falou. É tratar esse grupo nunca de forma desrespeitosa. Como moradores do Distrito Federal e que a lei impede, hoje, né, que permaneçam e eu tenho que cumprir a lei, mas eu tenho que negociar de que forma isso vai ser feito e estamos buscando soluções e sempre vendo de forma respeitosa. Nunca houve, eu... posso dizer que, eu não sou dono de todas as falas, eu não sou dono do passado, mas da minha boca não sai nenhuma acusação desrespeitosa. Pelo menos, eu tento me policiar, até o termo invasores eu não uso, né? Eu tento sempre me policiar nisso. E, pode ter certeza, o que o nosso plano de manejo diz ser uma saída pacífica. Eu sou um grande parceiro pra fazer isso dentro desse processo, vocês podem contar comigo que eu vou tentar manter a par disso. Sempre me coloquei a disposição pra construir soluções e tem, na mesa aqui, o Dr. Roberto Carlos aquele que mais vem pressionando os outros órgãos do governo pra levar uma proposta a vocês que eu acho que isso é, igual o Clessius falou, que nós sabemos é o que determinará o êxito ou não da saída, alguma proposta. Apesar de ter gente que não concorda, eu já vi colegas que não deveriam ter nenhuma contraproposta do governo. Mas eu sei que pra área do meio ambiente isso é importante, ter uma contraproposta pra gente poder resolver o caso, pra meio ambiente o mais importante é a gente cumprir a determinação legal e se a gente conseguisse fazer isso, os outros entes do governo nos ajudarem e eu já até pedi para o Dr. Roberto Carlos pra nos pressionar pra votar ações urgentes nisso. E ele tá aguardando a visita até do GDF lá, pra construção desse documento e ainda não foi feito. Nós temos que sair daqui com essa missão de construir esse documento pra apresentar aos chacareiros e discutir. Então é esse e acho que não existe magia nisso. É chegar, apresentar uma proposta e se a gente conseguir construir isso, eu acho que todo mundo ganha: ganha a comunidade do Guará e ganha o meio ambiente, o nosso parque. Porque esse é o pólo aqui de discussão. E o próximo, quantos faltam ainda pra terminar aqui, dos inscritos? Dr. Getúlio, membro da comissão. Quantos ainda? Oito ainda? Eita! Então vamos ser rápidos. Vai Dr. Getúlio.

Getúlio – Bom dia a mesa, Dr. Nilton, Ministério Público e os demais componentes. É um bom dia pra todos vocês. O que nós queremos pessoal, nós não vamos chamar vocês de invasores, vamos chamar de ocupantes ilegais ou ocupantes irregulares. Tudo bem. Agora se vocês tivessem algum documento que comprovem que não são ocupantes irregulares, certo? Aí, eu peço até desculpa pra vocês. Quanto ao problema da poligonal que é o objeto em questão aqui do parque, o campo de murunduns faz parte também do Parque Ecológico Ezequias Heringer, isso tá na Lei 1826. Eu acredito que também os ocupantes irregulares, os ocupantes ilegais que estão querendo negociar a saída do parque que é bom pra todos vocês. Não existe Lei, não existe fundamento para a permanência de vocês aí indefinidamente dentro do parque. Foi formada esta comissão justamente por tanta falta de respeito... É tanto que, um dos ocupantes ilegais, o Marcelo, ele faz parte dessa comissão representando vocês os ocupantes ilegais. Diante disso, o Ministério Público



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



também faz parte da comissão, Dr. Nilton, o Dr. Carlos tá aqui, Roberto Carlos Batista que é do Ministério Público, né, Dr. Tâmis que é do Ministério Público está fiscalizando, ele não tá participando tá fiscalizando, né? E o pessoal da Terracap também participa. Quer dizer que não é um grupo isolado, não é um grupo isolado. O nosso interesse não é construir prédio lá dentro não! É preservar o meio ambiente, conforme o artigo 225 da Lei, da... da... Constituição Federal, entendido? Preservar o meio ambiente para as recentes e futuras gerações. Para vocês que são hoje ocupantes do local... futuramente que já podem sim andar dentro do nosso parque. Então nós queremos que aqui defina logo essa poligonal, incluindo o campo de murunduns, rapidinho, incluindo o campo de murunduns que faz parte do parque. Cerca-o todo, tá entendido? Sendo que o primeiro fato é cumprir o cronograma de trabalho, entendido? Regularização fundiária do parque com a retirada dos ocupantes ilegais como tá na lei. Que, quando nós falamos do parque inclui também a Reserva Biológica. Alguém, o Ibram falou através da Lei. Não, o pessoal da Reserva não vai receber o local para morar. Eu até que sou solidário com a pessoa que não tem local para morar, embora ta morando numa Reserva Biológica e tudo, mas eu acho que é justo é legal, aquele que não tiver ao menos um recurso pra receber dessa residência que arrume um local pra eles morar, entendido? Então que seja cumprido, que seja cumprido o nosso cronograma de trabalho, viu Doutor? Doutor... Nilton, que seja cumprido e Dr. Roberto Carlos na pista né, que nada é tratado né? Quando o problema, a senhora falou aí que lá nos Estados Unidos é assim, assado. Nós estamos no Brasil, vamos cumprir as leis brasileiras, entendido? Bom, quanto ao doutor, ao senhor administrador, eu acredito que ele não autorizou ninguém a morar dentro do parque. Por que? O Código Civil diz o seguinte: o administrador público e privado, o administrador público só pode fazer aquilo que está escrito na Lei. Se o administrador privado pode fazer o que não está na Lei e que não é proibido, não existe Lei mandando o administrador público conceder área pra ninguém. Colocar ninguém em área pública.

Nilton – Obrigada Getúlio. O próximo?

Gama – Bom dia a todos! Meu nome é Gama, do Guará. Eu sou membro da comissão de regularização fundiária do Parque Ecológico do Guará e olha, eu espero que essa, esse encontro aqui, essa audiência informativa tenha repercussão, porque hoje, ô Presidente, a gente viu aqui que existe interesses, muitos interesses e que têm gente que não abre mão deles, né? Então é como alguém falou assim, que tem que negociar mesmo, muito, ta? Tem que transparência nesse processo. Tanto no processo da comissão de regularização fundiária quanto o processo, éh, que hoje existe com viés político viu? A gente vê que aqui existe um viés político muito forte. E aonde tem o viés político, a transparência ela deixa a desejar. Então, pra você, Presidente Nilton Reis, eu quero fazer alguns questionamentos aqui, entendeu? Eu sou membro da comissão de regularização fundiária. Há um ano, nós estamos igual ao Ibram com o parecer do lado, entendeu? Todas as reuniões representa... nós somos pessoas que temos os nossos afazeres. A gente sacrifica e corre pra lá, ta? Então veja bem: um ano é muita coisa, esse processo tá muito lento. Existe alguma coisa, nos bastidores, alguma coisa que ta atrapalhando. E essa coisa precisa vir à tona, tá? Eu gostaria que o senhor, eu quero falar também alguma coisa sobre o administrador, Carlos Nogueira. Olha, é compromisso do governo Agnelo essa questão da regularização fundiária do Parque Ecológico. O senhor administrador, o senhor é porta-voz simplesmente do governo aqui dentro da nossa cidade. Então, quando... quando o senhor foi nomeado, aqui é sério! Então nós encaramos essa comissão com muita seriedade, ta? E eu to achando que alguns seguimentos não estão levando isso tão sério. Eu fico preocupado. Será que estão levando a comissão a sério? Olha, isso é muito sério? Você viu pessoas aqui vindo aqui, tanto pessoas de, éh, os chacareiros, os moradores, os técnicos, os ambientalistas, a preocupação, porque está em jogo é o meio ambiente, a qualidade de vida. O Guará ta crescendo e a densidade populacional é terrível e nós estamos perdendo qualidade de vida. Então, isso é muito sério e a gente quer negociar mesmo, a gente quer uma posição que seja benéfica pra todo mundo. Todo mundo tem suas razões, moram lá dentro do parque há muitos anos... então eu gostaria, Presidente, que o senhor apresentasse aqui pra nós, por exemplo, o cronograma de atividades que foi construído após o acordo elaborado em um ano. Nós construímos lá um cronograma de atividades. Esse programa, a comunidade tem que saber dele! Entendeu? Nós temos atividades dentro desse cronograma que é que contemplada no mês de janeiro, fevereiro e a gente não sabe o que aconteceu com ela. O que, que aconteceu? A gente precisa mostra isso aqui. Porque a comissão trabalhou sério lá dentro né? E tem um cronograma que a gente precisa acompanhar isso. E o cronograma, ele vem com todas as etapas que determinam a, ah desocupação legal do Parque Ecológico do Guará. Do outro lado, éh, eu gostaria dentro dessas atividades que já foram, que estão tecidas no cronograma, janeiro e fevereiro. Eu queria que o senhor apresentasse aqui e explicasse os desdobramentos, porque, pelo que eu estou sabendo, existe uns entraves aí, existe coisas que não foram cumpridas. Por que não foram cumpridas? Quero saber disso. Queremos, inclusive, dar publicidade, porque hoje existe a transparência, a Lei de Acesso



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



reunião aqui serviu para que as pessoas reflitam todo o trabalho que foi feito. Segundo, é o seguinte: foi falado aqui que existe uma explicação, uma justificativa para aquele caso do Circo de Soleil, entendeu? Aquilo também nos preocupa bastante, porque, o que, que aconteceu naquilo ali? Nós precisamos entender aquilo ali, presidente. Então, agora é o seguinte: existe, existe essa justificativa? Isso devia ser tratado pelo Ministério Público né? Entendeu? Porque o Ministério Público tem um processo que está em andamento e todos esses documentos dão subsídios para, o, a transação do processo. E por outro lado, eu quero agradecer a população do Guará pela presença, porque eu sei que agora a gente tá, dentro, começando ter a consciência, tentando negociar, hoje nós temos lideranças de qualidade aqui nessa reunião. Hoje, parece, éh, pouca gente, mais de cem pessoas, nós somos pessoas de qualidade. São lideranças interessadas na questão do parque, interessadas em saber dos desdobramentos, interessadas na transparência desse processo. Muito obrigado! (Palmas)

Nilton - Éh, quanto à questão da transparência, eu sou colega, conheço o Gama há algum tempo, tudo. Um ano, acho, um ano e pouco, você foi lá na sala, a gente conversou um pouco, pela primeira vez. E eu também tenho uma característica de falar as verdades pras pessoas e, eu digo que, se falta transparência, falta a comissão como um todo, porque nós acordamos essa comissão tudo que íamos fazer. Se, por acaso, a comissão entender que deve publicizar e mandar ô, na próxima semana, um e-mail com o cronograma, alguma coisa assim parece não ter problema nenhum não. A gente só não botou nessa apresentação, tá no site é, mas aí não colocou na apresentação porque realmente a gente precisa discutir mais essa poligonal pra gente saber que isso é conflituoso. Agora, transparência pra quem tá no correto, não tem problema nenhum. Ruim quando a gente tá no errado. Que existe o atraso do que nós acordamos entre nós, existe. Eu fui o primeiro, né, a relatar. Por que existe isso? Porque deu final de ano, porque alguns atores, éh, algumas ações nós precisamos ainda construir, como é o termo, mostrar alguns dados. Pra mim, o maior atraso ainda, o maior atraso que tem, é ainda não ter a minuta de proposta pros chacareiros. Esse, pra mim é o maior atraso. É o que, pra mim, vai me dar à segurança pra poder conversar com eles, nós, a nossa comissão conversar e conseguir avançar. Porque sem essa, a gente fica de mãos atadas. Mas, em relação a isso não tem problema não. Tá no site? Tá. A Marina acabou, e nem me preocupe com isso, porém, a Marina já disse que tá no site. Então, é só consultar, não precisa nem mandar. Entra no site do Ibram né, e baixe e tá disponível, tá disponível hoje. Quem tiver aí *smartphone*, pode consultar nesse momento. Então é super-transparente. Tá lá o cronograma, pode baixar *online*. Então, isso, acho que é tranqüilo. Agora, se a comissão quiser ver alguma outra forma, botar um banner, não sei, o que achar lá no parque, para poder divulgar. Também estamos abertos a qualquer forma de, de divulgar, porque não tem problema nenhum. Nós temos tudo aberto. Agora eu queria chamar o próximo e lembrar para ser um pouco mais célere. Eu tô usando muito a palavra e hoje e só pra ouvir. Mas é porque eu tinha que responder mesmo ao Gama, porque realmente é bem transparente. Se a gente diz busca, vamos buscar outro mecanismo, então, de divulgar melhor o que estamos fazendo, para a comunidade. Para que ela saiba que todos nós temos estarem sabendo de tudo que estamos fazendo, mas temos que buscar. Mas hoje eles já podem saber muito, se adentrarem ao nosso site. Pode saber até aqui, sentados onde estão, o que está acontecendo. É só entrar no site do Ibram. Então, não tem nem forma de a gente, botar, barrar a informação. Gente vamos ao próximo.

Carlos Nogueira - Gama, você tem toda a razão. Éh, ô Gama, você falou sobre minha pessoa. Então é fundamental a determinação do Governador que nomeou justamente uma comissão de pessoas idôneas, comprometidas com o parque. Então não há necessidade do Administrador tá em todas, que nós temos diversas situações na cidade. Mas é tanto que tem uma comissão de pessoas competentes: professor Clessius, da qual você faz parte, Cidrônio, o Jefferson e tantos outros para justamente ta, literalmente, focado no nosso par que. Muito obrigado!

Adriano - Bom dia a todos, meu nome é Adriano Castelo, sou conhecido mais como Castelo, sou presidente da Brasil Jovem e líder comunitário aqui no Guará. Há muito tempo já venho acompanhando todas as ações do governo, e inclusive, como delegado. Parabenizo a comissão, porque tenta deixar público, eu acho que as coisas quando tem que ser transparentes tem que ser feita dessa forma para que a comunidade tenha acesso a todas as informações e que possa ser, de fato, éh, expressada a vontade pública, no modo geral. Éh, eu tô vendo muito que os olhos tão focados muito pro parque Henrique[*sic*] Heringer, a proposta da poligonal, mas nós estamos esquecendo também que nós temos outros parques aqui



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



dentro do Guará. Tem o parque ali do Pólo de Modas, nós temos o parque da QE 42 que é conhecido como Parque do Bosque dos Eucaliptos que hoje tem uma placa lá na frente, tá como Parque JK, já, colocaram até um outro nome lá. Então é assim, é uma questão preocupante. Inúmeras vezes eu fiz denúncias à imprensa com relação ao descaso público da Administração na questão da conservação do meio ambiente. Por que? O que a gente precisa? Nós, os moradores do Guará, eu tenho 36 anos, 33 anos de Guará, né? Que tem gente aí com muito mais tempo aí que mora no Guará. Mas eu amo a minha cidade, eu gosto da minha cidade, eu gosto de onde eu moro. E eu preciso que o governo que aqui hoje se encontra, faça as coisas de forma transparente, como? Inúmeras vezes fizemos inúmeros ofícios pedindo para a Administração, pedindo pro Ibraeim/sic, pro Ministério Público tomar uma ação enérgica e rápida, em caráter de urgência com relação à degradação do parque JK. Nós precisamos, o parque hoje tá largado! Temos lá drogados, o banheiro não funciona. Hoje tá lá, ponto de tráfico de drogas. Encaminhamos ofícios pro 4º Batalhão, pra Polícia Civil, inclusive, também na pessoa do Dr. Jefferson, delegado da Polícia Civil e o Antônio Carlos, que é o Coronel aqui da PM. E assim, eles não podem agir dentro do parque. Por que? É obrigação do Ibama, do Ibraeim/sic, em fazer ou convocar o policiamento dentro da área. E aí a gente pede pra vocês uma atitude também com relação a isso. Agora, nós precisamos preservar as áreas que a nossa cidade têm, sim, isso não resta dúvida. Agora, não vamos focar os nossos olhares somente pro Parque Henrique/sic Heringer, nós temos outras áreas no Guará também e isso nós precisamos que sejam revitalizadas, reformadas e que haja espaço pra que a comunidade possa desfrutar do seu lazer no final de semana com os filhos, com suas crianças, com seus pais, com seus avós, enfim, com a família inteira. Eu tô aqui pra colocar essas informações. Obrigado!

Nilton – Eu vou passar ao nosso Administrador, mas, antes só pra passar para ele, só responder. Éh, realmente, nós temos um esforço, nós temos que vencer isso de forma célere nos outros parques do Guará e também, não só do Guará, de Brasília, como um todo. E os dentro do projeto Brasília, Cidade Parque, alguns, muitos parques estão hoje em revitalização ou implantação, como o parque As a Sul foi implantado, revitalizado, Parque do Guará estão, ligadas as ações só que o Estado ainda não, infelizmente não está respondendo na velocidade da demanda da sociedade. Então, eu não consigo te garantir, digamos assim, investimentos públicos on-line aqui, por quê? Porque nós estamos trabalhando em muitos parques hoje. Se eu disser que pra vocês, hoje estamos na outra revitalização do Dom Bosco, semana passada foi Três Meninas, daqui a duas semanas, já te convido, é inauguração do Bosque, lá no setor Sudoeste, Parque do Bosque. Na outra semana vamos ter... então, quer dizer é muita coisa pra, mas que são pequenas, mas temos o desejo de fazer, né? Então, não vamos sair fora. (fala de pessoa da platéia) Mas é isso mesmo. É só apresentar. O Brasília, Cidade Parque consiste nisso. Você faz uma parceira, adere ao projeto e o Iesb foi o parceiro do projeto Asa Sul. Então, não tem problema. Agora, o Estado realmente, vamos dizer assim, pra conduzir tudo, todas as áreas ao mesmo tempo tá com dificuldade pelo pouco material humano. Já houve a entrada de cem servidores, mas você sabe que o Ibram faz fiscalização, licenciamento, e toda parte de áreas protegidas e nós temos uma carência de material humano pra conduzir. (intervenção do Adriano – e a segurança?) Não, é, e aí também tem, o Governador já vai destinar recursos pra segurança dos parques, extras, porque além de que estamos criando parques novos, nós não temos. Agora, é, mas isso deve dar uma resposta rápida... Vou passar para o Administrador e já tem gente indo embora, então temos que correr.

Carlos Nogueira – Pessoal, como é bom a gente tá de posse da verdade! Primeiro lugar que o órgão competente pra ver as, as, as benfeitorias dentro dos parques, eu tenho que respeitar aqui, que é do Presidente do Ibram. Segundo, me surpreendeu agora Castelo, porque o Castelo, há seis meses atrás/sic, eu queria que ele trouxesse um projeto pra que eu pudesse buscar o Ibram pra estreitarmos o processo de revitalização, com parceria, da competência do Ibram. Há seis meses eu pedi uma reunião a ele, mas não foi atendido. E me surpreende ele, jogar por parte da Administração, sendo que a Administração não é, literalmente, competente tratar de parques. Nós somos um órgão que ajuda num aceiro, nas benfeitorias, na colocação de gramas, gente é um parceiro, um amigo. Então, interessante agora! Pedi a ele há seis meses, não vai acreditar isso, que isso não seja verdade. Que ele sabe muito bem disso e até hoje, passaram-se seis meses e não fez nenhum projeto, projeto do parque JK. No Parque Denner nós colocamos iluminação, colocamos API, colocamos agora um PEC... plantamos grama, tá limpinho. Agora, de lá, não vem nada daquela sociedade ainda e eles, pedimos projeto, reunião há seis meses atrás/sic, veio registrado esse projeto, que o parque não é dele, o parque pertence ao Ibram. E eu não vou chegar lá e meter a cara porque, no que é dos outros, mas eu posso, pra acessibilidade deles, se você me trazer um projeto consistente, inteligente, que eu sei que você tem competência pra isso, pra que pudesse chegar e... e inclusive pra falei com o nosso presidente lá. Se a duas ou três vezes, o outro pede recurso, nós temos a Câmara dos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



Deputados, nós temos o parceiro, o próprio, a própria comissão já falou sobre isso, professor Clessius, o Guto tá aqui que é um batalhador através da sua pessoa que eu sei, tem sido um batalhador intransigente aqui dentro do nosso parque. Eu tava falando a respeito da sua pessoa aqui pra ela, não foi minha... minha doutora Graça, da Sedhab. Então, eu espero ainda, eu tô aguardando ainda, tô aguardando ainda o seu projeto, né? Ainda falei ainda "ô Jefferson", eu ainda falei, citei o seu nome. N parcerias com os meninos da comissão, n parcerias com o Jefferson que é um cara inteligente, e me traga que eu tenho certeza que o nosso presidente vai passar esse parque pra nós poder cuidar dele. Muito obrigado! (Palmas)

Nilton - O colega, é, conclua. (comentário do Adriano na platéia...). Logo que você tiver, traga para o Administrador. Administrador que era interlocutor e a gente faz o termo, não sei ainda, de adesão da associação, de algum grupo que represente e aí a gente discute o projeto com a área técnica nossa e é o que mais o Brasília, Cidade Parque em específico. É investimento, seja ele de entidades, né, colaboradores e também a participação popular é a mais importante do projeto. Então, não tem nenhum, oh! É evidente, como o Dr. Roberto Carlos me alertou, pra lembrá-lo que qualquer projeto tem que ser aprovado dentro Ibram, como o Administrador falou. Então, vamos dizer, antes de botar um prego, a gente acorda e depois você faz: Aí não tem problema, tá bom? Próximo?

Amarildo - Primeiramente, bom dia a todos e a todas né? As lideranças, né, o Presidente do Ibram, Nilton Reis, né? Dr. Roberto Carlos, né? O promotor, o Carlinhos. Enfim, as lideranças que também ajudam a cuidar do parque, tá ali o Jefferson, tá todo mundo aqui. E hoje a presença aqui, tá bastante maciça e isso é importante pra começar a, de fato, fazer o que interessa pra cidade, pro parque e pro meio ambiente. E por que eu digo isso? Eu sou o Amarildo, do Jornal Guará Hoje e tô aqui atuando no Guará há alguns anos, tô a mais de 20 anos, com o Jornal do Guará propriamente, aliás, Guará Hoje. São, são oito anos, né? Aqui no Guará tem duas mídias que divulgam o parque positivamente. O jornal do Guará e o Guará Hoje, né? Então a gente sabe que fazer esse trabalho é um trabalho em si, tá? Por que? Primeiro que a gente tem que tomar bastante cuidado com o que vai falar, a forma como vai citar as coisas no jornal, etc. pra poder levar pra comunidade aquela demanda e buscar junto ao governo e autoridades competentes, as soluções para os problemas. E parece aqui hoje, parece a buscar solução. Apesar de discussão meio à parte aqui, mas eu percebo aqui uma reunião bastante produtiva, no sentido de ter uma solução ambiental e, ao mesmo tempo, uma solução pra comunidade, né? Falando um pouquinho de imprensa. A gente também, ao mesmo tempo que, realiza o trabalho da gente, que visa principalmente atender a comunidade, entendeu? E eu também sou muito ligado ao meio ambiente. Carlinhos sabe muito bem disso. A prova que eu tenho é o projeto Guará na Gente, que tá aqui atuando há três anos. Nesse período, éh, foram plantadas cerca de 400 mudas de árvores no Guará, éh, com apoio da Administração Regional, inclusive com autorização da Administração Regional. E eu percebo que nesse período, apesar de ter algumas pessoas que ajudam nesse trabalho, mas se tornou o projeto que mais investiu no meio ambiente de forma isolada no Guará, tá? Depois, agora recentemente, o governo plantou 1.500 mudas pela cidade, pelas ruas da cidade. Tudo isso tem a ver com o meio ambiente. As pessoas aqui falam muito de parque, mas esquecem o lixo, que as avenidas precisam ter algum verde e por aí vai, entendeu? Então a gente vendo essa necessidade, essa demanda, a gente tirou, saiu de dentro de casa, nós no domingo enquanto, todo mundo tava na sua casa com a sua família, a gente decidiu fazer alguma coisa, algumas horas em prol do meio ambiente, principalmente no Parque Denner que foi citado aqui. O Parque Denner, quando a gente começou a trabalhar há oito anos só tinha mato e terra batida, entendeu? Tô errado Carlinhos? Não né? Então, o que, que acontece? Vendo aquilo a gente começou o projeto lá. Lá é a minha menina dos olhos, a menina dos olhos onde comeci o projeto. Quem quiser provar tá lá já implantado o Parque Denner, e já têm uns 5 metros de altura já, as primeiras árvores e algumas menores. Mas não é disso que eu quero falar exatamente, tá? Eu quero falar sobre a imprensa. Imprensa, por que eu quero falar sobre isso? O nosso trabalho, tanto o Jornal do Guará, quanto o Guará Hoje - são os dois veículos de comunicação da cidade - éh, não é 100% perfeito, vamos dizer assim. Ninguém de nós é 100% perfeito, mas o nosso trabalho busca principalmente atender a comunidade e, principalmente visando, no meu caso, à frente do Jornal Guará Hoje, é, tentar proteger o meio ambiente que é a minha bandeira, principalmente, entendeu? Então, desde que o jornal foi lançado, em várias oportunidades a gente falou do Parque do Guará. Falando da questão dos chacareiros, falando da questão da destruição do meio ambiente, falando da questão da chegada dos... dali por perto, entendeu?... O que, que acontece? A mídia tem o objetivo de levar, trazer para a comunidade o que é certo, o que é errado, o que tá acontecendo, entendeu? E nunca, em momento algum, no caso do Jornal Guará Hoje, foi de interesse do Jornal falar bem ou mal de alguém, entendeu? Por que eu digo isso? Em 2012, falando dessa demanda, nós levamos um processo de um dos chacareiros, apenas um. Em oito anos de jornal nós levamos um processo só... falando da área 28 A e falando de uma demanda que os chacareiros estariam dispostos a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



negociar com o governo a questão da saída do parque, entendeu. Então a lista foi entregue no Ibram, ao Presidente Nilton Reis pra que esses chacareiros pudessem negociar com o Ibram, e o governo, né? E o jornal publicou essa lista. Tá aqui os chacareiros que estariam dispostos a negociar com o governo. O chacareiro não gostou que teve o nome divulgado, etc e tal, que por questões éticas. A gente trabalha de forma ética, entendeu? Processou o jornal dizendo que estaria sendo desacreditado e pediu 12.500 reais, aproximadamente de, de, de benefício em relação... à indenização... [Exatamente! Obrigada pela ajuda]. Então o que eu estou dizendo, eu estou errado? A gente tem um cuidado muito grande em relação com isso, tá? Eu apurei com a minha repórter lá atrás, que entendeu muito bem do assunto, entendeu? É formada há muitos anos, entendeu? Eu também tenho o registro de jornalista, não fico brincando de trabalhar. (intervenção do Nilton - Vamos concluir companheiro!) O quê, que acontece? Tem chacareiro aqui que fala muito bonito, faz um discurso lindo aqui na frente, inclusive, mas na prática não faz o que deveria ser feito. Na prática as pessoas deveriam trabalhar de forma correta. Eu perdi a ação? Não perdi, por que? Nós trabalhamos corretamente, entendeu? A gente pode errar? Pode! Nessa questão disseram que a gente lava errado. Não estávamos! Se tivesse, a gente teria perdido a ação. A gente tá aqui pra defender a comunidade. Então, me revoltou bastante (palmas) e eu agradeço à comunidade que respeitou o nosso trabalho, e respeitou também, a questão do meio ambiente. É isso que eu peço, um cuidado maior com quem acha que tá ajudando e tá prejudicando. É isso. Obrigado. (palmas)

Nilton - Obrigado companheiro. Próximo! (reclamação de pessoa da platéia) A gente tá com problema de tempo. Ok! Correto! O próximo? Senhor Gilson. Quem é depois do Gilson? Maria Zelândia... Magno?

Gilson - Bom dia! Bom dia senhoras e senhores! Bom dia à mesa! Eu sou morador aqui do Guará e estou, também, desde o início desta cidade. É sempre o Parque Ecológico do Guará, algumas pessoas acham que ele começou em dois mil... é, éh, em 86, 88, tem uma série de datas. Na verdade esse parque ele foi fundado pelo Ezechias Heringer, professor Ezechias Heringer em, se eu não estou enganado, 63,64, por aí. Em 61, ele fundou o Parque Nacional de Brasília. Ele foi responsável ali por essa área que é do Ibama, é companheiro nosso lá do Ibama. Em 61, foi fundado o Parque Nacional de Brasília juntamente com: Parque Ecológico do Guará. Não era, claro, o nome dele; Cabeça do Veado, no Gama, éh, Reserva Biológica da UnB, Jardim Botânico, Águas Emendadas. Então, ele mapeou toda área, área ambiental do Distrito Federal. E essas áreas foram..., alguém falou aqui que era federal, realmente na época isso aqui era uma área federal, não era o GDF, não era do, éh, éh, distrital, e sim, federal. E nessa época foi formado, foi fundado esse parque. Esse parque de lá pra cá, quem é morador do início do Guará sabe que nós todos construímos esse parque, desde criança cuidamos desse parque. E de lá pra cá, infelizmente, o que nós temos visto é muita enrolação por parte do governo. Não se tomou até agora as medidas necessárias para implantação verdadeira desse parque. Esse parque continua, o plano de manejo que foi feito não atende, não atendeu à época, a expectativa das pessoas que estão lutando por esse parque. O plano, ah, o que foi feito, até então, pelo parque não feito pelo Governo do Distrito Federal, e sim por verbas de compensação de dano ambiental por empresas que cometeram infrações ou que estão pagando alguma coisa de compensação ambiental. Então não foi[sic] verbas destinadas do Governo do Distrito Federal e eu acho que nós já estamos mais do que..., já está mais do que na hora do Governo do Distrito Federal dizer a que veio, qual a verdadeira, o verdadeiro interesse com o Parque Ecológico do Guará. Qual seja. Negociar com, negociar é coisa primordial, eu concordo com você, é a briga nossa a retirada do pessoal que está invadindo o Parque Ecológico do Guará e que esse pessoal, alguns estão aí, como disse, desde a década de 60. Mas isso não é nem 10% que tá aí dentro desde a década de 60. A maioria, a grande maioria está aí de 10 anos pra cá. 20 anos pra cá. Eu já estive aqui na Administração, saí do Ibama uma época e vim aqui justamente pra tentar resolver esse problema do Parque Ecológico do Guará. Nós fizemos, na época, três meses que estive aqui, fizemos uma grande ação. Foi retirar toda a vila que tinha ali ao lado do Parque, no SOF, Carrefour. Então naquela área tinha uma vila que tinha mais de mil pessoas. Nós retiramos e deixamos tudo montado para que fosse retirado, depois, os chacareiros. Que fossem para São Sebastião, foi destinada a área. Mas aí de lá pra cá, entraram políticas, entraram negociatas, entraram empresários, imobiliárias, interesses, especulações e tudo foi à bancarrota está na situação que está o impasse hoje. Você bem sabe, Nilton, que a jurisprudência de que, existe jurisprudência, invasão e principalmente, em área pública, invasão em área pública no final as pessoas vão perder todos os direitos, já existe jurisprudências sobre isso. As pessoas não têm o direito de invadir área pública, muito menos uma área ambiental. E, não pode chegar e dizer que estão lá cuidando dessa área, porque ninguém está lá cuidando dessa área, está cuidando da sua área, do seu interesse, dos seus interesses pessoais, seu interesse pessoal. Então é o que eu gostaria aqui de fazer uma proposição Nilton, de como resolver verdadeiramente, alguém do GDF chegar e dizer: "Nós temos interesse



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



de implantar todo o Parque Ecológico do Guará” ou “não temos interesse” e então, deixar que a população tome uma posição, por que? Porque não pode é continuar essa enrolação. Os chacareiros têm que ter uma posição, o GDF tem que ter e a sociedade têm que saber o que está acontecendo com o Guará. Ou seja, nós estamos sendo enrolados há muito tempo. E tem que alguém chegar e bater o martelo e dizer “vai ser assim, assim e assado”. Com respeito a essa audiência pública de hoje, o resultado, qual vai ser? Será que isso que foi proposto aqui vai ser aceito? É isso que vai vingar? Ficou bem claro que a população aqui, nem os chacareiros e nem os outros moradores aqui do Guará estão favoráveis a essa troca. Então pergunto, porque, não é nem uma pergunta, que essas duas áreas já estão designadas para o Parque Ecológico do Guará, tá? E nós gostaríamos realmente de saber qual é a função, qual é o interesse do GDF. Que nos apresente daqui um mês, daqui dois meses, daqui até o final do ano, vamos apresentar uma proposta de retirada dos invasores do Parque Ecológico do Guará e vamos a isso e, é isso aí, vamos negociar. Pronto! (reclamação da platéia) Que... (intervenção do Nilton - Vamos concluir) eu não conheço outra palavra, eu não conheço outra palavra, tá? Eu sou morador aqui do Guará (intervenção do Nilton - vamos deixar concluir, ele tá terminando) desde de 69 e eu nunca invadi nada! Eu tenho minhas coisas, minhas posses aqui no Guará e nunca entrei em fila de GDF pra receber nada, eu não tenho nenhuma benesse do GDF e, por isso, eu tenho o maior orgulho de falar, de peito aberto, sobre essas coisas. Bom, gostaria de, nessa, essa, essa audiência pública constasse que a população aqui presente se manifestou radicalmente contra essa proposta, e segundo, que o GDF verdadeiramente nos apresente uma proposta pra população do Guará, para os chacareiros e que, daí pra frente se resolva esse problema. E que bote, olha, até dezembro desse ano resolveremos esse impasse. Por que? O que não pode é passa governo, passa governo e nós estamos sempre aqui reunidos e nada se faz. Obrigado! (Palmas)

Nilton - Obrigado Gilson. Éh, resposta rápida. Eu acho que realmente nós temos muita gente inteligente aqui que não é de ficar se reunindo e não ter produto nenhum depois de tanto tempo, o governo ter que dar uma resposta. Essa resposta já está, vamos assim, o caminho dela já está traçado dentro do nosso plano de ação, como foi lembrado pelo Gama, que tem o plano de ação. Se você entrar dentro do site você vai ver que existe. Agora falta uma proposta governamental pros chacareiros. Foi o que já relatei. E é a minha missão conseguir isso, o mais rápido possível, porque o Ibram é membro da comissão e não consegue ter a proposta, porque depende da Terracap, depende de outros agentes públicos, mas a pressão popular é importante. E eu acho que você, se relatou que você teve oportunidade de fazer uma retirada lá de pessoas do parque, em um momento, e porque saiu acabou desandando, porque pronto, as pessoas tem outros interesses e desandou. Nós corremos o risco disso também acontecer porque, né, vamos dizer assim, as conjunturas mudam, o Presidente da Terracap muda, o Presidente do Ibram muda e pode ser que não dê encaminhamento. Então quanto mais rápido tomarmos a decisão conseguimos concluir o nosso trabalho. Estamos atrasados, temos que correr com isso pra não ficar todo mundo na ansiedade e mais uma vez, termos uma audiência e mais nada foi resolvido né? E nós estamos aqui, eu não sei se nas outras vezes o Ministério Público compôs esse esforço, éh, de tentar resolver o problema. Então ancorado nesse parceiro que nós temos hoje, da área ambiental que é o Ministério Público, eu vou conversar com os demais entes do governo e relatar, tanto durante a nossa discussão da comissão quanto governo, como governo, o Presidente da Terracap, a nossa Promac, Procuradoria do DF, pra que esse instrumento esteja o mais rápido nas mãos dos chacareiros pra poder resolver a, a, a situação. Porque é o que dá. Se não tiver isso não consegue tirar, porque judicialmente, apesar do direito ser líquido e certo para né, o Governo a gente sabe que judicializando e a gente nunca vê isso resolvido. Tem que ter a proposta, pra você ficar... é conseguir, nós somos colegas de Ibama, de muito tempo, né? E a gente um dia dizer que a gente conseguiu fazer junto essa solução depois de tanto tempo, né? Agora precisa realmente do papel né? Se a Terracap nos ajudar também, porque ela sabe dessa missão e eu, eu tô pressionando, eu tô buscando com o Ministério Público essa ajuda pra que esse documento saia pra poder conversar com os chacareiros, pra poder ter uma resposta, tá bom? Porque isso pra mim é o principal, que eu penso, é a questão dos chacareiros. E quanto a 28 A, você sabe disso, vamos dizer assim, estamos posicionando contrário com a comunidade? Tá, a comissão vai se reunir, mas é uma barganha dentro de uma negociação que nós temos com a Terracap. Então, pode ser que atrase mais os processos, porque aí teria que subir para o Governador uma decisão política. Então é isso que nós temos que analisar também, mas não sai daqui batido, nada é, vamos dizer assim, de goela abaixo contra a decisão popular não, tá?...

[Tu não tava inscrito não! (fala de pessoa da platéia: eu não tô inscrito não, mas eu posso?) Éh, se o senhor for fazer o uso bem rápido? (reclamação da platéia) Oh, o pessoal tá reclamando. A senhora tá aí...]

Márcia Fernandes - Bom dia'a todos, e ao cumprimentar Carlos Nogueira, mais conhecido como Carlinhos,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



meus cumprimentos a todos que estão aqui até agora. Eu cheguei no Guarã em 68. Eu morei no Guarã seis meses sem energia elétrica e, ao longo dos anos, eu acompanhei a construção inteira do Guarã II e eu me lembro que nós vínhamos ao parque do Guarã, ao córrego fazer piquenique, tomar banho, nadar. Nós éramos as primeiras quadras a serem ocupadas. As ímpares, a dois, quatro, a seis. Nós víamos abaixo da 22, que tinha uma bica maravilhosa pra se tomar banho. Bom, tô dizendo isso pra dizer que, não é de hoje. Quando começou-se a luta pelo Parque do Guarã, a implantação, a primeira coisa que eu descobri é que ele não se chamava Parque do Guarã, e sim Parque Ezechias Heringer. Aí eu disse: que diabo de nome é esse que arrumaram pro parque dentro da cidade. Da mesma forma que eu questionei o nome do Parque Denner, dentro do Pólo de Modas. Nós temos tantos biólogos, só que eu não sabia quem era Ezechias. Fui pesquisar e acho que o nome é bastante merecido. Agora o que eu quero dizer é o seguinte: a regularização do parque, ela já, ele já teve poligonal, ele foi cercado e quem cercou o parque, porque tirou aquela divisão da cabeça. Não! Porque existia poligonal! Agora, na verdade, o descaso com o parque é que fez com que pessoas fossem morar nele e que o metrô passasse por dentro e, fizesse a contrapartida. O metrô nunca pagou nada pro Parque do Guarã, como contrapartida, por passar dentro. O setor que era pra criar passarinhos virou clube social dentro do Parque do Guarã. Ninguém toma providência, ou seja, o que eu peço, que seria de todo mundo, é o cumprimento de todas as pessoas do fórum é o seguinte: vamos definir a poligonal, e depois discutir os outros problemas. Agora definir a poligonal, cercou, não se deixa fazer portão pra entrar carro, não se deixar fazer nada. É Parque! Por uma única entrada, todo mundo que for entrar tem que se apresentar pra dizer o que é, por que? A Comparques tirou muita gente do Parque. É o caso de vários lugares e teve gente que voltou. Então é isso que a gente não pode se esquecer. Receberam as casas e voltaram. Pessoas que moravam, trouxeram família de fora "vem porque nós vamos ganhar casa". Ou seja, nós temos que ser honestos, da importância desse parque, pra quem hoje vive lá dentro e pra nós que vivemos aqui fora. Ele é fundamental pra sobrevivência, não só do Guarã, eu acho que todo mundo aqui ama a nossa cidade, como também pras cidades limítrofes e o Guarã, como um do setor de proteção à área tombada, tem que ser exemplar. Nós não podemos. Já chega o Pólo de Modas que foi construído em cima de água, que lá tem lojas que pulsiona bomba 24 horas por dia pra tirar água do subsolo, por causa do lençol freático. Então nós temos que chegar aos limites do que a nossa cidade e chega de arranha-céu no Guarã. Fizeram essa porcaria aí e não podemos deixar nem mais um arranha-céu dentro da nossa casa. Porque senão daqui a uns dias, ninguém sai daqui de carro, ninguém entra aqui de carro. Muito obrigada! (Palmas)

Nilton - Marco Antônio!

Marco Antônio Marshall - Muito bom dia a mesa, Presidente do Ibram, Administrador Carlos Nogueira, prazer em estar aqui também, o Ministério Público, o pessoal da Terracap, companheiros, senhoras e senhores, pra nós é uma honra estar aqui hoje participando, né, desse, dessa audiência pública, a respeito de uma situação, de uma questão tão ímpar que é um Parque Ecológico, no meio de uma cidade. Eu sou brasileiro, nasci na Vila Planalto, morei a minha infância todinha aqui na QE 26, conjunto N. Então, eu conheço um pouco do Guarã e sei, eu tenho um vídeo no *youtube*, éh, marcosmarshall, Marshall é M-A-R-S-H-A-L-L, pode acessar lá. São 27 minutos que eu fiz com as minhas custas, um vídeo que eu fiz no *youtube*, que fiz a respeito da preservação desse córrego, do Guarã. Bem antes da implantação da expansão da EPTG. Então é uma necessidade minha gente! Os chacareiros estão no parque? Estão. Estão ocupando? Estão. Alguém deixou eles usar esse parque. O parque tem que ser regularização? Tem. A Novacap, a, a Secretaria de Obras tem que interagir, fazer projetos, urbanizar esse parque? Tem. E hoje é um pontapé inicial, da gente poder regularizar, regularizar a situação dos chacareiros. Nenhum chacareiro. Eu não sou chacareiro, mas se eu fosse chacareiro, ou se tivesse um parente meu chacareiro, eu gostaria que ele fosse bem atendido, porque a missão desses chacareiros hoje, eu falo aqui como ambientalista é muito ímpar também, porque nenhum chacareiro, ele depreda como depredaria uma invasão, como foi dito aqui que, né, talvez se não tivesse esses chacareiros ocupando essa área do parque, estivesse aí uma terceira Estrutural. Ou uma terceira Vila dos Parafusos, ou sei lá, o que quer que seja, né? Muitos empresários jogavam ali pneus velhos. Quem assistir meu vídeo no *youtube*, marcosmarshall, vai ver esgoto. Enfim, lixos. E nós precisamos o parque organizado. Por que, que os Estados Unidos fazem um Central Park bonito? Por que, que Águas Claras aqui, tem o Parque Águas Claras, no meio da cidade, cercado de prédios, arranha-céus cercado da residência oficial do Governador do Distrito Federal, cercado de chacareiros e funciona muito bem. Por que, que a gente não pode ter um aqui no Guarã? Podemos. Isso é função do Ministério Público cobrar, é função da Administração organizar também, manter e a função do Ibram é executar. E vai ser executado. Gente nós temos aí uma missão, que é trazer a interbairros. Quem acessar lá na internet vai ver o projeto da interbairros, a coisa mais linda necessária. Como foi dito aqui com propriedade pela ex-



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
– Brasília Ambiental – IBRAM



Administradora aqui, Márcia Fernandez, o metrô passou aqui e não deu a sua contrapartida, mas eu deixo até uma, uma sugestão, ô Presidente que a interbairros quando for passar, porque nós temos que prever isso, vai ser uma necessidade e não adianta que nós não vamos tirar mão disso, a interbairros vai passar aqui. Ou hoje, ou daqui há um ano ou daqui há dez anos. Agora, pra finalizar, Presidente, nós precisamos organizar, a mesa está de parabéns! Seu Administrador Carlos Nogueira parabéns também, tá? Os chacareiros pela luta, parabéns! E eu acho que, como o senhor falou, tem que ter uma barganha boa, boa, de boas vindas e que seja bom pra todos e, principalmente, para o parque e para a cidade do Guará. Muito obrigado! (Palmas)

Nilton – Obrigado! Eu pra dar celeridade agora, eu vou passar pro uso da palavra, pra término, dos..., dos debates, éh, pra a composição da mesa e eu quero saber quais os colegas que desejam fazer o uso da, da palavra. Deseja? Administrador? Deseja? Então o senhor...

Carlos Nogueira - 30 segundos, não mais que isso. Eu gostaria de, só ressaltar, eu estou sempre em contato com o nosso Presidente, ele tá com uma vontade obstinada, gente, de acertar isso. Pensa num sujeito que tá assim ansioso para que as coisas aconteçam. E a gente sabe muito bem que se..., que nós somos, que nós estamos como gestores, nós não somos, nós estamos como gestores. Se sai um gestor dessa qualidade, não é porque tá na presença dele não, da humildade que ele tem tido aqui pra vim nas nossas reuniões, a serenidade que ele tem conduzido as reuniões aqui. Então quando se tira uma pessoa que já está, éh, já está empenhada do, do, desse processo, aí começa tudo novamente. Tudo novamente. Então eu peço a vocês, a comissão está de parabéns, na pessoa do Cidrônio, do Gama, do professor Clessius, todos abnegados e que tem também, quando os senhores estão nas suas residências, a comissão está se reunindo diuturnamente. Eu tenho acompanhado a vida deles. Volta e meia eles estão lá no Ibram, tirado, tirando tudo do seu bolso. Eu sei que a maioria dos senhores não participam diretamente, mas quem é da comissão, eles se doam, pra justamente trazer uma solução para o bem da cidade do Guará. Se for nesse imbróglio, entra governo, sai governo, porque o governo, graças a Deus, são democráticos, então não faz a coisa de ponta a cabeça, de goela a baixo, é discutindo. Observe quantas audiências já na minha gestão, eu não posso falar na da Márcia Fernandez, da nossa Administradora querida, mas eu falo da minha. Essa acho já é a quinta ou a sexta que nós fazemos aqui. Então se nós não acharmos uma solução, o Governador tá imbuído também, de dar solução definitiva, achar uma coisa. Não adianta nós fazermos omelete sem o quebrar dos ovos, não adianta. Se, às vezes, viu professor Clessius, às vezes tem gente que quer que isso justamente aconteça e que essas discussões se posterguem, para nunca ter a solução do nosso parque. Quanto mais à discussão se alvoroçar, mais a, não tô dizendo todos, mas alguns vão dizer “é isso que nós queremos é jogar sempre lenha na fogueira, pra nunca dar solução”. Mas eu tenho certeza, eu tenho muita confiança que na nossa gestão Deus possa nos ajudar e o parque esteja definitivamente nas mãos dos nossos guaraenses. (Palmas)

Nilton – Obrigado Administrador! Eu vou passar pra Cidrônio, pra depois passar para o Dr. Roberto Carlos.

Sidrônio – Bem pessoal, na realidade, eu quero agradecer a todos e também parabenizar a equipe do Ibram. Eu li completamente todo o..., trabalho que foi feito, muito bem elaborado. Marina, você como, talvez a coordenadora desse trabalho, os meus parabéns, porque está muito elucidativo, essas coisas todas. Tem umas coisas que nós não concordamos, isso é natural. Mas o trabalho técnico tá irretorquível. E eu queria lembrar para o senhor que falou aqui por último, me permite, eu não sei o nome, ah, o senhor aí né? Realmente, questão de área pública quem passa a, a, tem o *animus* de residência em área pública, sem autorização infringindo às leis, isso tem que ser resolvido. E a comissão, principalmente, os membros da comunidade, né, estão, por alguns chacareiros, estão sendo indenizados, dizendo que a culpa é nossa, não é nada disso. Inclusive, não sei se o Marcelo tá aí, nós auxiliamos o Marcelo com a ideias construtivas, não é? E, alerta pra vocês também, a Terracap é dona das terras, mas a União tem 31%. A área da Radiobrás, nós já abrimos uma discussão com a presidente, da, da, Superintendente, a Ma... como é o nome dela mesmo? A Lúcia Carvalho que também esta medindo esforços para resolver essa área, da questão aqui. E pra encerrar, é, eu quero reafirmar pra vocês que essa audiência, viu Gilson, ela não é uma audiência consultiva, ela passou a ser informativa só. Na quinta-feira que nós vamos decidir sobre a consultiva. Obrigado!

Dr. Roberto Carlos – Bom, é só uma palavra final, dizer que tivemos atentos e anotei aqui as demandas no que concerne o MP. Éh, em relação aos chacareiros eu conheço o Marcelo muitos, há muitos anos e muitos anos. Reafirmando o que no que disse aqui os interventores, o Marcelo levava, durante mais ou menos uns cinco anos, material pra gente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- Brasília Ambiental - IBRAM



atuar em defesa do parque, em razão de irregularidades e na degradação ambiental provocado por outras pessoas. Então, aqui é, a Promotoria é de Justiça, e não é uma Promotoria de acusação ou de, ah... descompromisso com a verdade e com que é justo e o que é equânime pra todo mundo. Então, por isso que a gente tem, a gente não faz parte dessa comissão, mas a gente acompanha e cobra e movimenta os órgãos do governo, no sentido de agir. A própria comissão foi criada graças a uma audiência pública que o Ministério Público iniciou aqui nesse auditório e exigiu, na representação, que se fizesse uma comissão tal qual nós vamos impulsionar em relação à Rebio, a Reserva Biológica do Guará. Obrigado. (Palmas)

Nilton – Gente, é, eu queria agradecer à mesa como um todo, nossos colegas do Ministério Público, os colegas representando a comunidade aqui na mesa, o Cidrônio, o nosso Administrador, representante da Codhab, representante da Terracap, dizer que, como foi já foi relatado, quinta-feira a comissão vai se reunir vai pegar todas as informações passadas, os anseios e vamos tentar trabalhar em uma solução que venha, é, minimizar as aflições hoje apresentadas aqui e dizer que a única coisa, reitero, que nós não podemos é não concluir nosso trabalho dessa comissão. É a única coisa que não podemos, porque, como o colega Gilson que esteve falando por aqui, realmente, é muita reunião, muito tempo se discutindo, e resultados, né, a gente acaba não vendo o resultado, na prática existem propostas. Então a única coisa que não dá, e aí, eu vi que teve muita sinalização na 28 A, e eu vou levar isso pra reunião, a reunião que vai deliberar. Só que eu não quero criar, e agora que tá no final e eu não vou nem conseguir passar mais a palavra, mas dizer que quando a gente discutiu a 28 A no grupo, ninguém membro da comunidade dentro da comissão colocou a 28 A, é, vamos dizer assim, “Ah não! A gente não vai botar ela porque não dá”. Não, ela foi fruto até de uma, de uma negociação construtiva pra que as coisas ande rápido. É igual à questão, porque a gente pode dialogar com a Terracap dez anos, cinco anos, três anos, depende, agora se a gente tem uma forma de construir uma solução eu acho que melhor ficaria. E a mesma coisa os chacareiros, ninguém acha que a questão dos chacareiros pode ser resolvida de forma judicializada, esperando a questão do judiciário, né? A gente acha que temos que apresentar propostas para poder dar oportunidade. Qual é a palavra ce... é, final, que eu queria deixar, celeridade e responsabilidade no processo e transparência. Com essas três coisas a gente consegue fazer tudo. Então tem o compromisso do Ibram, da presidência, que membro da comissão, que não é membro da comissão, apenas coordena que vamos ter transparência – tá tudo hoje colocada na internet -, celeridade, somos nós que mais cobramos dos agentes de governo essa celeridade e vamos tentando construir e, que a gente consiga no final de um prazo dar uma resposta a vocês, é, positiva, tanto para os chacareiros como, principalmente, para toda a comunidade, porque o Guará não é só do Guará não, ele é do Distrito Federal como um todo. Então, muita gente hoje não tá aqui morando no Guará, mas um dia vai ser morador do Guará e vai poder usufruir do parque. Agora se a gente ficar enrolando, fazendo discurso, marcando posicionamento e, né, talvez ele não tenha esse parque, talvez tenha só aquele pedacinho que nós revitalizamos, né, ou talvez o pedacinho da 27 e o resto, vai virar um grande condomínio, alguns interesses, né. Então é isso que a gente tem ficar preocupado, né? Não é? Então, a verdade nua e crua é essa, todos vão ter que ceder, todos nós temos que ceder, tanto os chacareiros vão ter que ceder como nós membros do Governo vamos ter que ceder, como é o caso da Terracap, como é o caso do Ibram, que viu como uma oportunidade, como é o caso da comunidade. Agora como deve ceder. Eu não quero pegar os nossos seis membros da comunidade e botar na mão dele uma responsabilidade. Então, sobre isso nós conversaremos dia 21, na próxima quinta-feira, como compartilhar esse imbróglia que ficou no final aqui, que é essa questão da 28 A, que nós temos que discutir, mas eu lembro, é, porque já discuti né, mas eu reitero, que a 28 A, ela já passou pela nossa comissão e ela é instrumento de solução. Não deve ser excluída de embargo do processo, talvez se garantir outras benesses, alguma forma para a população do Guará, seja mais salutar do que incorporar ela, porque, às vezes, a gente sabe que, às vezes quem quer incorporar que dizer que é inviável e não quer que saia. Não, talvez, outros não, de coração colocam que a 28 é importante pra a questão, que não é, na questão ambiental, na importância que é. Sabe retratar gente, tudo que trata em dinheiro, com precaução ambiental dá pra fazer tudo. Depende de quantos queremos gastar pra fazer, tá? E eu acho que nós estamos num estado que dá pra priorizar..., tem outras prioridades no momento, e talvez não seja ainda o momento de contar, mas isso a comissão vai discutir e de que forma, só. Obrigada!



RELATÓRIO nº 501.000.004/2014 - COPAR/SUGAP/IBRAM

Interessado: Comissão de Regularização Fundiária do Parque Ezechias Heringer
Processo nº 0391-000220/2012

Assunto: Relatório de atividades realizadas pela Comissão de Regularização Fundiária do Parque Ezechias Heringer

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades realizadas no âmbito da Comissão para Regularização Fundiária do Parque Ecológico Ezechias Heringer – PEEH a fim de promover a regularização fundiária do Parque com a readequação de sua poligonal e a retirada dos seus ocupantes.

2. INFORMAÇÕES

2.1 Histórico

A Comissão para Regularização Fundiária do Parque Ecológico Ezechias Heringer foi criada pelo Decreto Distrital nº 33.520 de 03 de fevereiro de 2012 e para a qual foi atribuída como principais competências o planejamento e a execução das medidas necessárias para a retirada dos ocupantes e a readequação da poligonal da referida unidade de conservação.

A comissão coordenada pelos representantes do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM envolveu a participação de representantes dos ocupantes do PEEH e da comunidade do Guará além de representantes dos seguintes órgãos públicos do Distrito Federal: Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social (SEOPS); Secretaria do Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI); Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB); Procuradoria do Meio Ambiente, do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário (PROMAI/ PGDF); Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP); Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CODHAB); Administração Regional do Guará (RA X).

A primeira reunião da Comissão foi realizada no dia 15 de maio de 2012, sendo sucedida por reuniões periódicas ao longo dos anos de 2012 e 2013 e sendo a última reunião realizada em 22 de janeiro de 2014, na qual foi verificado o cumprimento das atividades previstas no Plano de Trabalho da Comissão e que serão descritas a seguir.

2.2. Descrição das atividades para a regularização da poligonal do PEEH

2.2.1. Estudos Ambientais para a redefinição dos limites do PEEH

Foram realizados pelo IBRAM os estudos ambientais para a redefinição dos limites do PEEH (Parecer Técnico nº 501.000.013/2013-COPAR/SUGAP/IBRAM) a partir dos quais foi apresentada a proposta de nova poligonal do PEEH com base em vistorias técnicas e considerando aspectos fundiários, urbanísticos e de relevância ambiental;

A redefinição da poligonal buscou atender princípios de conservação no sentido de atenuar efeitos de borda e os impactos provenientes de atividades humanas desenvolvidas nos limites da unidade de conservação. Foi constatado que a desafetação da área 28-A não implicaria em perdas do ponto de vista ambiental e ecológico, haja vista que é uma área degradada, desprovida de vegetação nativa e desmembrada do restante do PEEH.

A ampliação dos limites da poligonal priorizou pela inclusão de áreas ambientalmente sensíveis e constituída por vegetação nativa, como o campo de murundus à noroeste na área 28 e a área adjacente de cerrado sentido restrito; O campo de murundus é uma fitofisionomia rara e extremamente sensível do bioma Cerrado e por ser uma área hidromórfica que no PEEH se apresenta encharcada até mesmo na época da seca, é considerada como uma nascente difusa e, portanto, considerada como área de preservação permanente – APP, com importante papel ecológico na manutenção do córrego de Guará que atravessa o PEEH.

2.2.2 Planejamento e Realização de audiência pública para alteração da poligonal

A audiência pública foi realizada no dia 13 de março de 2013 no auditório da Administração do Guará, a qual obteve parecer favorável dos presentes à proposta de nova poligonal apresentada com base nos estudos ambientais que propôs a desafetação da área 28-A e a inclusão de áreas ambientalmente sensíveis e constituída por vegetação nativa como o campo de murundus à noroeste na área 28 e área adjacente de cerrado sentido restrito.

2.2.3. Atividades para a regularização da nova poligonal aprovada

Foi realizado pela TERRACAP o Levantamento Topográfico dos limites propostos para a nova poligonal aprovada e a elaboração do Memorial Descritivo (MDE) contendo as coordenadas geográficas. O cercamento constitui passo muito importante para a consolidação e efetiva regularização fundiária do PEEH, no sentido de conter novas invasões e deverá ser realizado pela TERRACAP, cujo procedimento licitatório se encontra em andamento e está contido no processo 111.000.148/2014.

Quanto à elaboração e pedido de publicação de legislação específica para alteração da poligonal, foi apresentada e aprovada a minuta de Projeto de Lei Complementar pela Comissão, que deverá ser encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo Poder Executivo.

Diante da situação em que a matrícula da Área 28 está bloqueada enquanto não for efetivada a desafetação da área 28-A, as atividades posteriores à aprovação do Projeto de Lei Complementar pela Câmara Legislativa do Distrito Federal consistem em:

- Aprovação no CONPLAN de publicação de decreto para aprovação da URB, sendo a SEDHAB o órgão responsável.
- Registro Cartorial e Transferência da área do PEEH para o GDF, sendo a TERRACAP o órgão responsável.

2.2.4 Sobre possibilidade de incorporação da área da Radiobrás ao PEEH

A área da Radiobrás (EBC) é um lote da União e se encontra totalmente envolvida pela área do PEEH, situação que se configura desvantajosa tanto pelo aspecto ambiental como pelo aspecto urbanístico. Foi então levantada pela comissão a possibilidade de incorporação da referida área, sendo dois os caminhos possíveis: o acordo com a empresa pública federal ou a desapropriação, esta que depende da aprovação da Presidência da República, visto que no Termo de doação da área não consta cláusula de reversão. Portanto, a possibilidade de incorporação fica indicada para, se possível, ser realizada nas esferas superiores de tomada de decisão, contando com posicionamento favorável desta comissão.

2.3 Atividades para a retirada dos ocupantes

Setor Protocolo Legislativo

PIC Nº 105/2014
Folha Nº 50

2.3.1. Levantamento dos ocupantes do PEEH e benefícios recebidos

Em outubro de 2012 foi realizado o levantamento dos ocupantes do PEEH através de questionário socioeconômico aplicado pela SEDEST com participação da SEOPS e IBRAM, o que resultou no cadastramento dos ocupantes identificados e com comprovação de tempo de moradia na área.

Foram estabelecidos pela Comissão os critérios para a seleção dos ocupantes que poderão firmar acordo com o governo para sua saída do PEEH e que são os seguintes: ocupantes devem ter cadastro no âmbito desta comissão, residir exclusivamente no PEEH e comprovar tempo de residência anterior à Lei 1.826 de 13 de janeiro de 1998, ato que definiu a criação do PEEH e a partir do qual não há nenhuma insegurança jurídica quanto à possibilidade de ocupação da área por chácaras; ocupantes não devem ter e

nunca ter tido imóvel, regular ou irregular, no Distrito Federal e não ter recebido anteriormente lote ou benefício do Governo.

Para fins de acordo com os ocupantes para a sua saída do PEEH foi verificada a possibilidade de cessão de lotes na região do Guará II quadra 48, opção que se revelou inviável devido a conflitos com o Plano Diretor Local- PDL do Guará e possui inclusive uma ação direta de inconstitucionalidade em curso. A TERRCAP realizou levantamento de disponibilidade de áreas rurais para assentamento, porém se manifestou desfavoravelmente. Foi ainda discutida a possibilidade de inclusão prioritária dos ocupantes em programa de benefícios governamentais. Após avaliação e discussão de várias propostas, não foi possível obter uma saída viável no âmbito desta Comissão para a proposição de um mecanismo de benefícios para aqueles que não haviam sido anteriormente contemplados.

Portanto, a Comissão se decidiu por encaminhar às esferas superiores do Governo a tarefa de proposição de um mecanismo de benefício através da minuta de Projeto de Lei Complementar a ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual a forma de compensação ou indenizações dos ocupantes será regulada.

Para identificação dos ocupantes já beneficiados anteriormente, foi realizado levantamento minucioso na base de dados da TERRACAP, SEDHAB, CODHAB e METRÔ cujo resultado está descrito no Relatório 514.000.016/2013-PEEH/COPAR/SUGAP/IBRAM, o qual identifica os benefícios recebidos por indivíduos em relação à área ocupada.

2.3.2 Retirada dos ocupantes

O termo de retirada estabelecido por esta comissão foi a **notificação administrativa** cuja entrega foi realizada pela SEOPS aos ocupantes de chácaras já anteriormente beneficiadas. A notificação por edital publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 3 de Fevereiro de 2014 estabelece o prazo de 90 dias para a DESOCUPAÇÃO das áreas indicadas.

Após o prazo de 90 dias, o Governo do Distrito Federal deverá se responsabilizar pelas seguintes ações:

- Elaboração de cronograma de saída para as famílias com direito a benefícios e que devem assinar acordo com o governo. (Os ocupantes devem providenciar a retirada de seus animais domésticos).
- Definição das famílias que não têm impedimentos judiciais para retirada e não devem assinar acordo com o governo.

Como ação permanente o GDF deverá realizar o acompanhamento jurídico das ações judiciais em trânsito para viabilizar a retirada das famílias restantes.

2.3.3 Atividades posteriores à desocupação do PEEH

O Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP/IBRAM deverá identificar as edificações que poderão ser aproveitadas para o Parque, quando da implementação do projeto urbano-ambiental do PEEH. Posteriormente, deverá ser realizada a previsão de retirada dos ocupantes e dos animais domésticos e da derrubada e retirada das edificações não compatíveis com os objetivos da unidade de conservação.

Deverá ser realizada a recuperação das áreas de degradadas pelo IBRAM por meio de compensações ambientais e florestais, dentre outros mecanismos.

Como ação permanente, deverão ser realizadas pelo IBRAM vistorias semanais das áreas desocupadas para evitar novas invasões.

É o relatório, para apreciação superior.

Brasília, 14 de Fevereiro de 2014.



MARIANNE SILVA OLIVEIRA

Coordenadora da Comissão


Analista de Atividades de Meio Ambiente

Matrícula 166.071-47

COPAR/ IBRAM

Setor Protocolo Legislativo

PLC Nº 105 / 2014

Folha Nº 53 



Relatório de Atividades

Comissão de Regularização do Parque Ezechias Heringer

Atividades de retirada das famílias		
Atividade	Situação	Órgãos responsáveis
Elaboração do termo de retirada	CONCLUÍDA.	TERRACAP/PROMAI/IBRAM
Identificação de disponibilidade de áreas rurais para assentamento	CONCLUÍDA - A TERRACAP se manifestou desfavoravelmente quanto à disponibilidade de áreas rurais para o assentamento das famílias.	TERRACAP
Pesquisa na base de dados da TERRACAP, SEDHAB, CODHAB e Metrô para identificação de famílias já beneficiadas anteriormente.	CONCLUÍDA.	IBRAM
Definição dos ocupantes que serão beneficiados com o acordo de retirada após esclarecimento e assinatura do termo de retirada.	CONCLUÍDA Observação 1 - Os ocupantes já beneficiados anteriormente foram notificados pela AGEFIS. Observação 2 - Aqueles que não receberam a notificação serão objeto de edital a ser publicado no DODF. Observação 3 - A forma de compensação ou recomposição (indenizações) dos ocupantes que obtiverem direitos será regulada pela minuta de Projeto de Lei Complementar a ser encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF.	PROMAI / IBRAM / TERRACAP / SEOPS
Elaboração de cronograma de saída para as	Atividade a ser executada após os 90 (noventa) dias posteriores à	GDF



Relatório de Atividades

Comissão de Regularização do Parque Ezechias Heringer

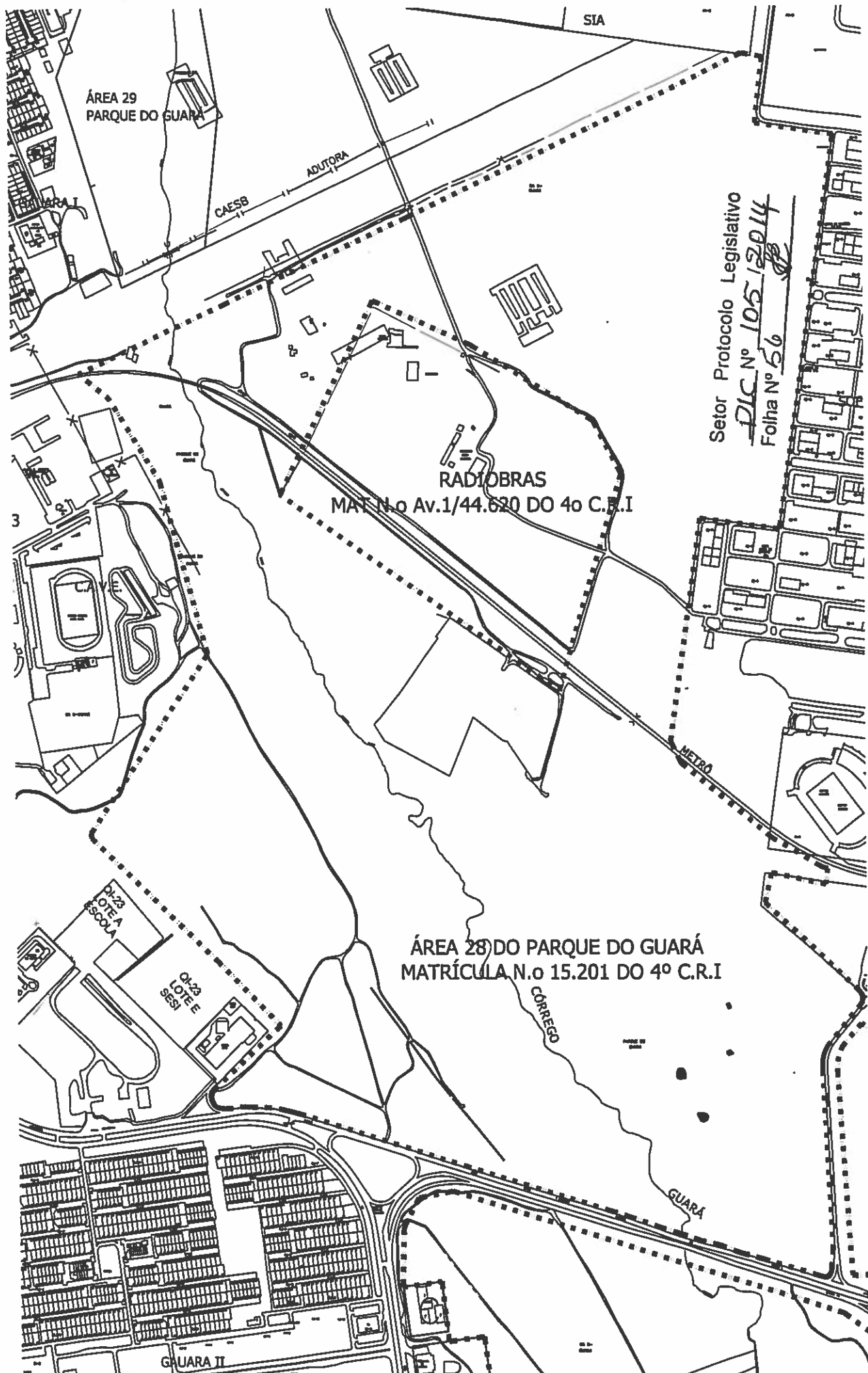
famílias que assinaram acordo com o governo. Os ocupantes irão providenciar a retirada de seus animais domésticos.	notificação das ocupações por edital.	
Definição das famílias que não têm impedimentos judiciais para retirada e não assinaram acordo com o governo.	Atividade a ser executada após os 90 (noventa) dias posteriores à notificação das ocupações por edital.	GDF
Identificação das edificações que poderão ser aproveitadas para o Parque.	Atividade a ser desenvolvida pela Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP/IBRAM, quando da implementação do projeto urbano-ambiental do Parque.	IBRAM
Previsão de retirada dos ocupantes e dos animais domésticos e da derrubada e retirada das edificações não compatíveis com os objetivos do parque.	Atividade posterior à avaliação da SUGAP das edificações que poderão ser aproveitadas para o Parque.	IBRAM
Recuperação das áreas degradadas por meio de compensações ambientais e florestais, dentre outros mecanismos.	Atividade a ser avaliada pela SUGAP, quando da implementação do projeto urbano-ambiental do Parque.	IBRAM
Acompanhamento jurídico das ações judiciais em trânsito para viabilizar a retirada das famílias restantes.	Ação permanente.	GDF
Vistorias semanais das áreas desocupadas para evitar novas ocupações.	Ação permanente.	IBRAM



Relatório de Atividades

Comissão de Regularização do Parque Ezechias Heringer

Atividades para regularização da poligonal do PEEH		
Atividade	Situação	Órgãos responsáveis
Estudos ambientais para desafetação da área 28-A.	CONCLUÍDA	IBRAM
Planejamento de audiência pública para alteração da poligonal.	CONCLUÍDA	IBRAM
Realização de Audiência Pública.	CONCLUÍDA	IBRAM, RA
Elaboração e pedido de publicação de legislação específica para alteração da poligonal.	CONCLUÍDA – foi apresentada e aprovada a minuta de Projeto de Lei Complementar à comissão. Tal minuta será encaminhada à CLDF pelo Poder Executivo.	GDF
Levantamento topográfico da poligonal.	CONCLUÍDA	TERRACAP
Elaboração de URB e MDE.	CONCLUÍDA – foi elaborado descritivo com todas as coordenadas da nova poligonal do Parque, componente do Projeto de Lei Complementar.	TERRACAP, IBRAM, SEDHAB
Cercamento.	CONCLUÍDA – procedimento licitatório contido no processo 111.000.148/2014.	TERRACAP
Aprovação no CONPLAN de publicação de decreto para aprovação da URB.	Atividade posterior à aprovação do Projeto de Lei Complementar pela CLDF, pois a matrícula do imóvel está bloqueada enquanto a desafetação da área 28-A não for efetivada.	SEDHAB
Registro Cartorial.	Atividade posterior à aprovação do Projeto de Lei Complementar pela CLDF, pois a matrícula do imóvel está bloqueada enquanto a desafetação da área 28-A não for efetivada.	TERRACAP
Transferência da área do Parque para o GDF.	Atividade posterior à aprovação do Projeto de Lei Complementar pela CLDF, pois a matrícula do imóvel está bloqueada enquanto a desafetação da área 28-A não for efetivada.	TERRACAP



ÁREA 29
PARQUE DO GUARÁ

ADUTORA

CAESB

SIA

Setor Protocolo Legislativo
DIC N.º 10512014
Folha N.º 56

RADIOBRAS

MAT. N.º Av.1/44.620 DO 4º C.R.I.

ÁREA 28 DO PARQUE DO GUARÁ
MATRÍCULA N.º 15.201 DO 4º C.R.I.

ÁREA ESCOLA

LOTE E
9551

CÓRREGO

GUARÁ

GUARÁ II



**Assunto: Distribuição do Projeto de Lei Complementar nº 105/2014
(Mensagem do Governador nº 271/2014)**

Autoria: Poder Executivo (“Altera a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará - X”)

Ao SPL para indexação e, em seguida, ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CAF (RICLDF, art. 68, I, “h”) e na CDESCTMAT (RICLDF, art. 69-B, “j”) e, em análise de admissibilidade, na CCJ (RICLDF, art. 63, I).

Informo ainda que, conforme solicitado na Mensagem do Governador, o projeto tramita sob regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em 29/10/2014.

Leonardo C. Simões de Araújo

Leonardo Címon Simões de Araújo

Matrícula 16.809

Consultor Legislativo

Leonardo Címon Simões
Matr.: 16.809-15
Consultor Legislativo
Assessoria de Plenário e Distribuição

Setor Protocolo Legislativo

PLC Nº 105/2014

Folha Nº 57